



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**JOSABETE BEZERRA CACAU**

**JOVENS USUÁRIOS DO RESTAURANTE POPULAR: DESVELANDO AS VOZES**  
**DA FOME E DA POBREZA**

**FORTALEZA-CEARÁ**

**2016**

JOSABETE BEZERRA CACAU

JOVENS USUÁRIOS DO RESTAURANTE POPULAR: DESVELANDO AS VOZES DA  
FOME E DA POBREZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho.

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Cacau, Josabete Bezerra.

Jovens usuários do Restaurante Popular:  
desvelando as vozes da fome e da pobreza [recurso  
eletrônico] / Josabete Bezerra Cacau. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do  
trabalho acadêmico com 163 folhas, acondicionado em  
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais  
Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e  
Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Planejamento e políticas  
públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Lia Machado Fiuza Fialho.

1. Juventude. 2. Fome. 3. Pobreza. 4. Restaurante  
Popular. I. Título.

JOSABETE BEZERRA CACAU

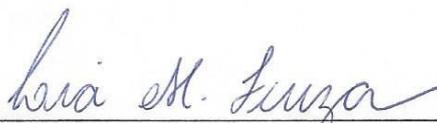
JOVENS USUÁRIOS DO RESTAURANTE POPULAR: DESVELANDO AS VOZES  
DA FOME E DA POBREZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

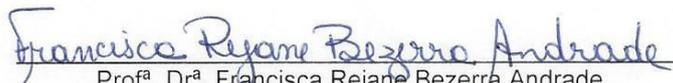
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 27/09/2016

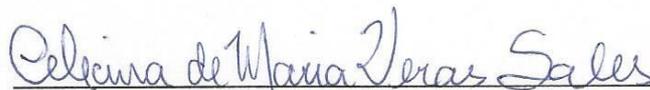
BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Lia Machado Fiuza Fialho  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Drª. Francisca Rejane Bezerra Andrade  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Drª. Celecina de Maria Veras Sales  
Universidade Federal do Ceará - UFC

A Deus, à minha família e a todos que  
contribuíram para a produção deste estudo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permitido a realização de mais este sonho. Ele é minha fortaleza, presente em todos os momentos, meu amor maior. Um dia eu sonhei em ser mestre, e hoje eu consegui. Tudo é por Ele e para Ele.

À minha família, em especial, meus pais, Arnaldo e Lourdes, e minha irmã, Joquebede, que acreditaram em mim e me estimularam nos momentos de cansaço e desânimo. Vocês foram pilares para mais esta vitória.

Ao meu noivo e amor da minha vida, Ricardo Amorim, que conheci e me apaixonei no mestrado. Foi meu braço forte e se tornou meu parceiro de vida, me motivando, me inspirando e me fazendo sonhar cada vez mais alto. Você foi a minha maior conquista neste curso, e esta comemoração será eterna, pois, em breve seremos um em família.

Aos meus amigos, dos mais próximos aos mais distantes, inclusive os que moram em outro estado, que me estimularam e compreenderam a minha ausência por muitas vezes. Que escutaram meus lamentos de cansaço, e ainda assim me acolheram num abraço.

À minha orientadora, Lia Machado, que abraçou a minha temática e me guiou com tanta maestria nesse processo de produção científica. Me fez descobrir e me encantar pelo universo da temática Juventude, além de me inspirar como profissional competente e incansável que é. Obrigada por ser mais que uma mentora, ser uma amiga.

Às professoras, Rejane Bezerra e Celecina de Maria, que contribuíram imensamente para acrescer seus conhecimentos ao meu intelecto. Obrigada pela leitura atenciosa e apontamentos essenciais para o engrandecimento desta obra.

À equipe da Célula de Segurança Alimentar e Nutricional, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, que diariamente busca garantir e ampliar o acesso ao direito humano à alimentação adequada dos moradores deste município, através de um fazer profissional ético e compromissado, permeado por companheirismo e amizade.

Em especial, à minha coordenadora e amiga, Elizangela Assunção Nunes, que partilhou comigo seu vasto conhecimento sobre a temática estudada, além de me estimular a ter perseverança na realização deste sonho.

Aos usuários do Restaurante Popular de Maracanaú, que cotidianamente convivem naquele local, que se tornou para muitos a extensão de suas casas. Em especial, aos jovens

entrevistados, que compartilharam suas histórias de vida e colaboraram para a execução deste estudo.

Aos amigos e professores do MPPPP, que tornaram esta caminhada mais leve e incrementada de saberes de diversas áreas. Agradeço pelos momentos de empenho e dedicação, e também por torcerem por este inusitado romance que teve como cenário a sala de aula.

## COMIDA

“A gente não quer só dinheiro,  
A gente quer dinheiro e felicidade.  
A gente não quer só dinheiro,  
A gente quer inteiro e não pela metade.  
A gente não quer só comida,  
A gente quer comida, diversão e arte.  
A gente não quer só comida,  
A gente quer saída para qualquer parte.  
A gente não quer só comida,  
A gente quer bebida, diversão, balé.  
A gente não quer só comida,  
A gente quer a vida como a vida quer.  
Você tem fome de quê?”

(Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto)

## RESUMO

A pesquisa objetiva compreender a percepção dos jovens pobres, usuários do Restaurante Popular, sobre a importância da alimentação fornecida para o combate à fome. Defendo a tese de dissertação que, os jovens atendidos pelo Restaurante Popular são pobres e a alimentação fornecida é importante para suas vidas, no entanto, este programa se configura de forma ainda pontual e limitado para o combate à fome, não suprimindo as carências alimentares e nutricionais dos jovens. O caminho metodológico da pesquisa adotou abordagem qualitativa, com estudo de caso único, realizado no Restaurante Popular de Maracanaú-CE. Este foi inaugurado em 2008 e é um dos programas que compõe a Estratégia Fome Zero do Governo Federal, que busca o combate à fome em todo território nacional. Foi utilizado como técnica de coleta de dados a história de vida, por meio de entrevistas semiestruturadas com três jovens usuários do restaurante popular escolhidos aleatoriamente, considerando o critério de estarem em situação de extrema pobreza e ser contemplados com o benefício eventual de isenção da taxa de acesso ao Restaurante Popular. A partir das histórias de vida dos jovens, foi possível compreender suas percepções sobre o restaurante popular, a fome e pobreza. Após a obtenção dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, esta desvelou similitudes na história de vida dos jovens discutidas nas oito categorias emergentes, sendo cinco sobre o perfil sócio histórico e econômico dos entrevistados: idade, escolarização, trabalho, composição sócio histórica familiar, condições financeiras, e três acerca da experiência de vida: violação de direitos quando criança, experiência de fome e pobreza, significado do restaurante e o benefício de isenção. Estes dados revelaram a importância do Restaurante Popular no cotidiano alimentar dos jovens usuários, porém, também traz à tona o distanciamento da proposta de combate à fome do programa com sua realidade na vida desses usuários.

**Palavras-chave:** Juventude. Fome. Pobreza. Restaurante Popular.

## **ABSTRACT**

The research aims to understand the perception of poor youth, the Popular Restaurant users on the importance of food provided for the fight against hunger. I argue that the young people assisted by the People's Restaurant are poor and the food provided is important to their lives, however, this program sets still punctual and limited way to combat hunger, not supplying food shortages and nutritional youth. He methodological research path adopted qualitative approach, with a single case study in Popular Restaurant Maracanaú - CE. This was opened in 2008 and is one of the programs that make up the Zero Hunger Strategy of the Federal Government, which seeks to combat hunger nationwide. It was used as a technique for data collection the history of life, through semi-structured interviews with three young users of the popular restaurant randomly chosen considering the criterion of being in extreme poverty and be awarded the eventual benefit of exemption from the access fee the Popular Restaurant. From lifes stories of young people, it was possible to understand their perceptions of the popular restaurant, hunger and poverty. After obtaining the data, the content analysis technique was used, it unveiled similarities in the life story of the young people discussed in eight emerging categories, being five on the social history and economic profile of respondents: age, education, job, family composition historic partner, financial conditions, and three about life: violation of a child rights, experience of hunger and poverty, meaning the restaurant and the benefit of exemption. These data revealed the importance Popular Restaurant in the young users everyday food, but also brings out the distance of the proposed anti- hunger program with its reality in the lives of users.

**Keywords:** Youth. Hunger. Poverty. Popular restaurant.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Mapa aéreo do Restaurante Popular e seu entorno.....	29
Figura 2 -	Perfil socioeconômico dos usuários do Restaurante Popular de Maracanaú.....	34
Figura 3-	Perfil socioeconômico dos usuários isentos do Restaurante Popular de Maracanaú.....	36
Figura 4-	Perfil socioeconômico dos jovens usuários isentos do Restaurante Popular de Maracanaú.....	37

## LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único do Governo Federal
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas Neusa Prado Gondim de Oliveira
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMA	Cúpula Mundial de Alimentação
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNSS	Conselho Nacional de Serviços Sociais
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de rua
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
ECA	Estatuto da Criança e Adolescência
EPAN	Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legislação Brasileira de Assistência

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAS	Ministério da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário
MESA	Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
NIS	Número de Inscrição Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OBJ	Organização Brasileira de Juventude
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa Nacional de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIS	Programa de Integração Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIASS	Programa de Interiorização de Ação de Saúde e Saneamento no Nordeste
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PROUNI	Programa Universidade para todos
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PT	Partido dos Trabalhadores
RP	Restaurante Popular
Rede SAN	Rede de Segurança Alimentar e Nutricional
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviços de Alimentação da Previdência Social
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	TRAJETÓRIA E ABORDAGENS DA PESQUISA.....	16
<b>2</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE RESTAURANTES POPULARES DE MARACANAÚ-CE.....</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>CLAREANDO CONCEITOS: JUVENTUDES, FOME E POBREZA.....</b>	<b>39</b>
3.1	JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
3.2	FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM TERRAS BRASILEIRAS.....	49
<b>3.2.1</b>	<b>Do problema social à agenda pública: fome e segurança alimentar e nutricional.....</b>	<b>54</b>
<b>3.2.2</b>	<b>A luta continua: a efetivação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil.....</b>	<b>60</b>
<b>3.3</b>	<b>POBREZA E SUA MULTIPLICIDADE DE CONCEITOS.....</b>	<b>76</b>
<b>3.3.1</b>	<b>As iniciativas públicas e privadas de combate à pobreza no Brasil.....</b>	<b>84</b>
<b>4</b>	<b>DESVELANDO VOZES: BIOGRAFIAS JUVENIS.....</b>	<b>106</b>
4.1	HISTÓRIAS DE VIDA.....	106
<b>4.1.1</b>	<b>João.....</b>	<b>108</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Joana.....</b>	<b>116</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Maria.....</b>	<b>123</b>
4.2	CONGRUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS NARRATIVAS JUVENIS.....	128
<b>4.2.1</b>	<b>Perfil sócio histórico.....</b>	<b>129</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Experiência de vida.....</b>	<b>139</b>
4.3	INTERFACE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	148
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>152</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>163</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O problema da fome no mundo não é recente, sendo algo histórico e não regionalizado na humanidade, confundindo-se sempre com a luta pela sobrevivência. Apesar disso, o combate a esta problemática por muito tempo ficou negligenciado ou a cargo de ações pontuais do Estado e da sociedade civil.

O problema da fome sempre esteve intrinsecamente ligado à pobreza no mundo todo, como afirma os dados do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM<sup>1</sup> (2014), que atualmente exprimem o quantitativo de 1,2 bilhões de pessoas no mundo vivendo em situação de extrema pobreza<sup>2</sup>. Dentro desta população de pobres, 1 em cada 8 pessoas não tem acesso regular à quantidade suficiente de alimentos para suprir a necessidade energética do corpo.

No Brasil, essa ligação entre fome e pobreza sempre persistiu, e o combate a estas mazelas por meio do poder público, por muitas vezes, se entrelaçaram em diversas nuances das políticas públicas. O Programa Bolsa Família e o Programa Restaurante Popular integram iniciativas para garantir alimentação e renda à população mais pobre do país. Apesar disso, percebemos que essas e outras iniciativas governamentais ainda não foram suficientes para combater estes problemas sociais que assolam milhares de brasileiros e agravam a desigualdade social no Brasil.

Tais situações se agravam quando a população atingida por estes problemas sociais são jovens, que, por conta de sua condição social, acabam não tendo acesso a diversos direitos socialmente constituídos. Esta porção de brasileiros é público de vários programas sociais de combate à fome e à pobreza, sendo considerado um público frágil e vulnerável, digno da atenção do poder público.

O município de Maracanaú tem 209.057 habitantes, sendo 64.171 indivíduos entre as faixas etárias de 15 a 29 anos (IBGE, 2010). Dentro deste universo, 47,69% da população maracanauense está vulnerável à pobreza, ou seja, apresentam fatores em seu cotidiano que as expõem ao risco da pobreza. É a essa população em suma que o Restaurante Popular oferta refeições diárias, pois este serviço está direcionado prioritariamente às pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou vulnerabilidade social.

---

<sup>1</sup> Nos deteremos melhor sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM mais adiante.

<sup>2</sup> O indicador adotado pelo ODM para medição da extrema pobreza é a proporção de pessoas que vivem com menos de US\$1,25 por dia, mesmo entendendo que pobreza está para além da falta de renda.

A aproximação com o objeto de estudo ocorreu a partir da minha integração ao quadro de funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Maracanaú, sendo lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SASC, no ano de 2010, no qual passei a acompanhar as famílias beneficiárias do PBF, conhecendo a realidade socialmente posta e as dificuldades de superação da situação de pobreza. Recentemente, em 2013, passei a fazer parte da equipe multidisciplinar da Célula de Segurança Alimentar e Nutricional, acompanhando tecnicamente o trabalho desenvolvido no Restaurante Popular, tendo contato diário com os 600 usuários que fazem sua refeição ali, entre eles, crianças, jovens, adultos e idosos. A partir do olhar da pesquisadora sobre o local da pesquisa, nas ações do cotidiano, aproximação dos usuários, principalmente na escuta deles, é que buscamos chegar nesses objetivos por meio da pesquisa.

A partir do instigante contato diário com os usuários do Restaurante Popular de Maracanaú, surgiram as seguintes indagações: a fome e a pobreza, como problemas sociais, têm interfaces entre si? Como o programa Restaurante Popular tem se desenvolvido no cotidiano do município de Maracanaú? Quem são os jovens que vivem em situação de pobreza que frequentam o Restaurante Popular e como estes percebem este programa? Esta pesquisa tem como indagação central a seguinte pergunta: Quais as contribuições e limitações do programa Restaurante Popular no combate à fome dos jovens pobres de Maracanaú?

A presente pesquisa tem por objetivo central compreender a percepção dos jovens pobres usuários do Restaurante Popular sobre a importância da alimentação fornecida para o combate à fome. O público que frequenta o Restaurante Popular é bastante heterogêneo, sendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, de ambos os sexos, transeuntes ou moradores do município, trabalhadores formais, informais e desempregados, estudantes, oriundos de famílias que estejam em situação de pobreza para os programas sociais do governo federal. Dentro deste universo, escolhemos estudar jovens que ali frequentam, dos quais estejam em situação de extrema pobreza, e se utilizem constantemente deste equipamento público de alimentação e nutrição.

Assim, pesquisar sobre o jovem que frequenta o Restaurante Popular torna-se algo instigante do universo de usuários deste equipamento, tendo em vista que os mesmos, muitas vezes, passam despercebidos durante o processo de formulação dos serviços públicos, bem como no cotidiano da execução da política pública de segurança alimentar e nutricional.

A partir da análise dos dados obtidos na pesquisa, defende-se o argumento de que, os jovens pobres atendidos pelo Restaurante Popular são carentes e a alimentação fornecida é importante para suas vidas, no entanto, este programa se configura de forma ainda pontual e limitado dentro do universo do combate à fome, não suprimindo as carências alimentares e nutricionais dos jovens.

Desta forma, a pesquisa busca desenhar da melhor forma seu escopo a partir de seus objetivos específicos que são: compreender as interfaces entre fome e pobreza; analisar como o programa Restaurante Popular se desenvolve na prática no município de Maracanaú; e identificar jovens usuários do Restaurante Popular para conhecer suas percepções acerca deste programa.

Esta pesquisa será de suma importância para elucidar estes questionamentos, além de acrescentar a produção científica na área de segurança alimentar e nutricional. Consideramos esta pesquisa relevante por existirem poucas políticas no qual o jovem é o sujeito em estudo, principalmente no âmbito da segurança alimentar e nutricional. Acreditamos que, através desta pesquisa, novos conhecimentos poderão ser gerados a partir dos dados aqui levantados e analisados.

## 1.1 TRAJETÓRIA E ABORDAGENS DA PESQUISA

A fome no mundo inteiro não se apresenta como um fenômeno recente, pois desde os primórdios observam-se registros dessa problemática. Abreu (2001), menciona que a alimentação e a gastronomia não estão ligadas apenas a arte de cozinhar e comer, mas também à distribuição de alimentos e ao acesso a estes. Assim, a escassez de alimentos e o não acesso às refeições necessárias ao corpo humano tornam a fome como problema constante em todas as partes do mundo e atemporal.

Ao estudarmos sobre alimentação no Brasil, nos deparamos com o problema da fome em diversos momentos e espaços<sup>3</sup>, pois, apesar de observarmos os recentes avanços nas políticas públicas que visam combatê-la, ainda existem milhares de pessoas que vivem sem a

---

<sup>3</sup>Para maiores informações sobre a história da fome no Brasil, consultar CASTRO, Anna Maria de. Fome: um tema proibido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

garantia do acesso a alimentos saudáveis e em quantidade suficiente para manter sua qualidade de vida<sup>4</sup>.

Como foi mencionado anteriormente, a presente pesquisa objetiva compreender as percepções dos jovens pobres usuários do Restaurante Popular de Maracanaú sobre a importância da alimentação fornecida nesse ambiente no combate à fome.

Entendemos que, no traçado metodológico, o processo de pesquisa deve ser percebido com uma ampliação de uma forma contínua particularmente coerente e sistemática e permeada de reflexivas interrogações (BOURGUIGNON, 2009). A partir desta compreensão, identificamos que a metodologia indica um caminho e suscita os instrumentos e técnicas próprios a serem utilizados numa abordagem da realidade. Minayo (2000), destaca que é importante relacionar os instrumentos a serem utilizados na pesquisa com o método ser escolhido, sem deixar de lado a capacidade criadora e a experiência do pesquisadora.

O método escolhido para esta pesquisa está baseado no método histórico dialético, que permite a compreensão do momento do real, por ser síntese de múltiplas determinações, por meio de contínuas aproximações ao longo de um processo de abstração deste real (MINAYO, 2000). É sabido que, para a escolha do método e das técnicas a serem utilizados, é necessário bastante reflexão e conhecimento, conhecimento este que se constrói a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida.

A pesquisa tem natureza qualitativa, direcionando o percurso a ser seguido para executar os objetivos propostos. Entendemos que dentro da realidade social que será abordada na pesquisa, existem dimensões e particularidades que não podem ser quantificadas, necessitando de uma interpretação singular do objeto a ser estudado. De acordo com Lüdke (1986, p.3),

[...] a sua visão do mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo irão influenciar a maneira como ele propõe suas pesquisas ou, em outras palavras, os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa.

Oliveira (2001, p. 117), destaca que as pesquisas qualitativas:

Possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado

---

<sup>4</sup> Fialho e Valdéz (2010, p.22) afirmam que “a noção de qualidade de vida, de um lado, está relacionada ao modo, condições e estilo de vida e, de outra parte, inclui ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana, relacionando-se, por fim, ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais”.

grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Minayo (2000, p.22), menciona que é válido considerar “que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação”, fazendo-se necessária uma abordagem qualitativa durante a pesquisa para que se contemple melhor o objeto a ser investigado. Apesar de a pesquisa ser de cunho qualitativo, optou-se por utilizar também dados quantitativos necessários para clarear o objeto de estudo, compreendendo que ambos não se opõem, ao contrário, complementam-se. Esse tipo de pesquisa permite a aproximação com o objeto a ser estudado e ainda criar novos conhecimentos a partir da realidade posta.

Ao aliar a pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental e com os dados coletados na pesquisa de campo, é propícia a produção de conhecimento específico sobre o tema abordado. Minayo (2000), cita que é característico das Ciências Sociais haver a identificação entre o sujeito e o objeto da investigação. Destaca o pensamento de Levy Strauss (1975, p. 25, apud MINAYO, 2000, p. 21) afirmando que, “numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte de sua observação”.

Para subsidiar o início desse processo, foi feita uma aprofundamento bibliográfica sobre a temática abordada, por meio de levantamento, com o intuito de compreender o estado da questão. Tal levantamento nos embasou para reflexões sobre as categorias e para análise do material empírico. Gil (1999) afirma que a pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir de materiais já elaborados sobre o tema, como livros, artigos de revistas científicas encontradas nas bases de dados online, ou seja, google acadêmico e scielo, dissertações contidas nas bibliotecas virtuais de algumas universidades, ou seja, todo o material já tornado público sobre o tema abordado. O resultado da busca desses materiais será exposto posteriormente, durante as análises dos resultados da pesquisa, bem como no diálogo com os autores acerca das categorias estudadas.

Nessa direção, os principais autores estudados nesta pesquisa serão Valente (2003), Freyre (2006), Castro (2003), Nunes (2011), Burity (2010) para a categoria fome; Araújo (2009), Silva (2009), Montañó (2012), Yazbek (2012), Siqueira (2013), Mestriner (2011), Ivo (2008), Pereira (2006), Netto (2010) para estudar pobreza; e finalmente, Abramo (2008), Fialho (2014), Ariès (1981), Sposito (2007), Clementino (2014), para a categoria juventude.

Foi realizada uma pesquisa que coletou alguns documentos norteadores: decretos, portarias, normativas, leis, cadernos, relatórios de gestão, dentre outros. Esse aporte foi de suma importância para a investigação sobre as políticas públicas que trabalham a fome, a pobreza e a juventude em nosso país, já que sem considerar os projetos e propostas previamente elaboradas, torna-se difícil refletir acerca das políticas públicas.

A pesquisa de campo foi realizada no único Restaurante Popular do município de Maracanaú, no estado do Ceará. Maracanaú situa-se na região metropolitana de Fortaleza, há 13 km desta, possui atualmente uma área média de 107 km<sup>2</sup> e tem por estimativa uma população de aproximadamente 219.749 habitantes nos dias de hoje. Tem o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, ficando atrás apenas da capital cearense, Fortaleza (IBGE, 2010).

O nome Maracanaú significa “bebedouros de maracanãs”, sendo de origem tupi, referentes às várias lagoas da cidade e a ave que povoa o local. A ocupação deste município se deu a partir do desenvolvimento de espaços de transeuntes, como afirma Silva (2009, p. 33),

O povoamento da cidade deu-se inicialmente através de ocupação espontânea, às margens das lagoas de Maracanaú e Jaçanaú e do rio Maranguapinho. A vida social concentrava-se nas mediações do atual centro histórico (Igreja do São José – 1874; Escola de Maracanaú e Cartório – 1873), com uma economia voltada para uma agricultura de subsistência, uma pecuária rudimentar e um pequeno comércio, caracterizando uma ocupação urbana incipiente. Em 1882 passou a condição de Vila, em 1906 a Distrito de Maranguape e em 1983 chega a emancipar-se como município de Maracanaú.

Maracanaú cresce em torno do Hospital de Dermatologia Sanitária Antônio Justa, conhecida como Colônia de Antônio Justa (1942), local onde os hansenianos eram levados para se tratarem; do Hospital Municipal (1952), especializado no tratamento de tuberculose; da Escola de menores abandonados Santo Antônio do Pitaguary, popularmente conhecida como Santo Antônio do Buraco, localizada na aldeia dos índios de etnia Pitaguary que ali residem até hoje. Entre as décadas de 1970 e 1980, Maracanaú passa a sediar o distrito industrial do Estado, mas apenas em 1983 deixa de ser distrito de Maranguape e torna-se município.

Nessa perspectiva, entendemos que, apesar desses espaços citados acima terem contribuído para a ocupação e desenvolvimento da cidade, a mesma cresce em meio a um histórico de exclusão social e não acesso aos direitos e serviços por conta dos moradores -

doentes, pobres e abandonados - que habitavam o local, pois eram mantidos à margem da cidade (MARACANAÚ, 2005).

Paralelo a isso, o processo de construção do espaço urbano e de sociabilidade deste município se deu a partir do desenvolvimento e industrialização de Fortaleza, o que acarretou num grande crescimento populacional de Maracanaú, com a construção de vários conjuntos habitacionais, porém, sem infraestrutura mínima para uma moradia digna. Muitos desses novos habitantes eram pessoas de baixa renda, oriundas de municípios circunvizinhos, muitas vezes desempregados, atraídos pela expansão do centro industrial, que se tornavam uma mão de obra barata e não qualificada (SILVA, 2009).

Maracanaú se desenvolveu de maneira desorganizada através de moradias em terrenos irregulares, além do crescimento populacional urbano rápido, aliado à falta de políticas públicas adequadas a esse intenso processo de urbanização, trazendo inúmeras manifestações da questão social como desemprego, fome, violência, falta de saneamento básico e moradia digna, além de inúmeras famílias vivendo abaixo da linha da pobreza.

Assim, o polo industrial de Maracanaú, que é responsável pela maior parte da arrecadação tributária do município, é na realidade um espaço de eminente desigualdade social, pois os habitantes não conseguem usufruir da riqueza socialmente ali gerada (NUNES, 2011). Comumente, esta riqueza perpassa por moradores de outros municípios, como Fortaleza, que tem maior qualificação profissional, deixando a população local à mercê deste meio de geração de renda.

Este quadro de desigualdade social em Maracanaú se confirma nos dados oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Os dados<sup>5</sup> mostram que 39.229 famílias, ou seja, cerca de 123.000 pessoas estão inseridas no Cadastro Único do Governo Federal<sup>6</sup>, e entre estas famílias, 16.752 são consideradas pobres e extremamente pobres<sup>7</sup> e, por conta disso, beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015).

---

<sup>5</sup> Estes dados foram retirados do Relatório de Informações Sociais gerado pela base de dados da Secretaria Nacional de Gestão da Informação - SAGI, pelo site: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Cadastro Único](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Cadastro%20Único). Acesso realizado em 01/04/2016.

<sup>6</sup> O Cadastro Único é uma base de dados do Governo Federal para Programas Sociais- CADÚNICO, sendo instituído em 2001 e regulamentado pelo decreto de lei nº 6.135, de 26 de junho de 2007. É voltado para as famílias que tem baixa renda do país, visando coletar seus dados para incluí-las em programas sociais.

<sup>7</sup> Silva (2014, p. 45) explica sobre o perfil das famílias inseridas no Programa Bolsa Família dizendo que, “a classificação das famílias em extremamente pobre e em pobres é feita pela adoção de valores monetários referentes às rendas per capita familiares, respectivamente, fixados em R\$77,00 e R\$ 154,00 [...] Ademais, a

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no país, Maracanaú passou a ter a gestão da política de assistência social baseada nas diretrizes deste Sistema a partir do ano de 2005, um avanço por ter um comando único na gestão municipal desta Política. Gerida pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), a política de assistência social no município possui hoje onze Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social - (CREAS), um Centro de Referência Especializado para População em Situação de rua (Centro POP), dois abrigos domiciliares, um Centro de Convivência Social para Crianças e Adolescentes e um Centro de Convivência do Idoso.

Esta Secretaria também tem o comando de outros programas e projetos por meio da Coordenadoria de Ações Complementares no âmbito da Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em relação à Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município, existe uma Rede de SAN composta por programas, projetos e Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPAN) que buscam garantir o direito humano à alimentação adequada. Os EPAN são cinco Cozinhas Comunitárias, um Restaurante Popular, um Banco de Alimentos e uma Central de Abastecimento da Agricultura Familiar, eles fornecem alimentação saudável a um preço mais acessível para famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional<sup>8</sup>. Sobre os programas e projetos, podemos citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas modalidades Leite Fome Zero Compra Direta com Doação Simultânea<sup>9</sup>, projetos de hortas comunitárias e quintais produtivos<sup>10</sup>.

---

pobreza é dimensionada somente pelo critério da renda declarada, variável insuficiente para dimensionar a complexidade, o caráter estrutural e multidimensional deste fenômeno”.

<sup>8</sup> Nos termos melhor sobre o termo insegurança alimentar e nutricional no próximo capítulo.

<sup>9</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. O programa se desenvolve em cinco modalidades, porém em Maracanaú acontece com duas: Compra Direta com doação simultânea e Leite Fome Zero. Na modalidade Compra direta com Doação simultânea, os alimentos adquiridos da agricultura familiar são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, à rede pública e filantrópica de ensino. Já na modalidade Leite Fome Zero, O PAA Leite adquire leite de vaca e leite de cabra de agricultores familiares dos estados da região Nordeste e também no norte de Minas Gerais, e os distribui gratuitamente a famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social, com crianças de 2 a 6 anos, gestantes, idosos e nutrízes.

<sup>10</sup> O Projeto Hortas Comunitárias foi criado em 2003, vinculado ao Programa Fome Zero, e visa, portanto, aumentar a oferta de alimentos para grupos sociais em situação de insegurança alimentar pela implantação de hortas, pomares e viveiros, com utilização de técnicas agroecológicas e gestão associativa. O Projeto de Quintais Produtivos usa diferentes tecnologias sociais para captação e armazenagem da água da chuva destinada à produção de alimentos e integra o programa Água para Todos, do Plano Brasil Sem Miséria, que tem como

O presente estudo centra foco no Restaurante Popular de Maracanaú, no qual estou atualmente lotada como servidora pública municipal. O Programa Restaurante Popular é um dos programas criados para subsidiar a Estratégia Fome Zero, buscando dar acesso a refeições saudáveis a quem precisa.

Restaurantes Populares são estabelecimentos administrados pelo poder público que se caracterizam pela comercialização de refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, preponderantemente com produtos regionais, a preços acessíveis, servidas em locais apropriados e confortáveis, de forma a garantir a dignidade ao ato de se alimentar . São destinados a oferecer à população que se alimenta fora de casa, prioritariamente aos extratos sociais mais vulneráveis, refeições variadas, mantendo o equilíbrio entre os nutrientes (proteínas, carboidratos, sais minerais, vitaminas, fibras e água) em uma mesma refeição, possibilitando ao máximo o aproveitamento pelo organismo, reduzindo os grupos de risco à saúde (BRASIL, 2004b, p.5).

Com esse viés, o Restaurante Popular de Maracanaú foi inaugurado em 03 de julho de 2008, sendo instalado no centro da cidade, local propício para atender pessoas de baixa renda, sejam eles transeuntes ou moradores do local, como preconiza uma das características do projeto: ter suas instalações em local de fácil acesso. Seu atendimento prioritário é para pessoas inscritas no Cadastro Único, e em média são servidas 600 refeições diárias, funcionando de segunda a sexta-feira, entre 11h e 13h. O cardápio ofertado é balanceado, variado, buscando utilizar alimentos regionais, e preparado por uma equipe qualificada na área, sendo orientado e supervisionado por uma nutricionista.

O valor cobrado por cada refeição é R\$1.00 (um real), sendo que crianças abaixo de 7 anos de idade e pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social encaminhadas pelos equipamentos da Assistência Social (CRAS, CREAS e Centro Pop) são isentas dessa taxa. Esses indivíduos/famílias isentas da taxa de acesso por estarem em algum tipo de situação de vulnerabilidade social e risco, são acompanhadas pelas equipes dos equipamentos supracitados, e em paralelo a isso, é realizado um monitoramento dessas isenções pelo profissional de Serviço Social do Restaurante Popular.

A partir desse monitoramento realizado, em observação ao número de isenções e o perfil das famílias isentas, é que se iniciou o processo de questionamento acerca do objeto em estudo. Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos a partir dos seguintes critérios: jovens na condição de isentos que frequentaram o Restaurante Popular num período mínimo de um mês.

---

objetivo ampliar a capacidade produtiva das famílias. São doados aos agricultores sementes e desenvolvidas tecnologia para captação de água a fim de garantir a produção agrícola naquele local.

Esta escolha se deu a partir da observação e monitoramento desses indivíduos/famílias, que por muitas vezes estão submetidos a diversas situações de exclusão social, sendo a impossibilidade de acesso a refeições saudáveis e em quantidade suficiente para sua sobrevivência apenas uma das formas de exclusão. Ao aprofundar nos estudos sobre os jovens, nos instigamos a investigar sobre a percepção desses jovens isentos sobre o Restaurante Popular, sobre questões como a fome e a pobreza.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, utilizamos o método de história de vida, buscando perceber mais a fundo as concepções, vivências e experiências dos jovens que frequentam aquele local. Destacamos que a história de vida traz a história contada na versão do sujeito, o que pode ser bastante rico para a pesquisa, pois sua verbalização ocorre sem muitas intervenções do pesquisador. Assim, o objetivo do método história de vida “é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. A história de vida contada pelo próprio sujeito busca compreender o universo do qual ele faz parte” (GAULEJAC, 2005, apud SILVA *et. al.*, 2007, p. 41).

A utilização desse método é imperiosa para obtenção dos resultados, pois acreditamos que a história de vida é rica e permite compreender minúcias e subjetividades singulares, pois, no momento em que o indivíduo relata os fatos de sua vida, sua narrativa é carregada de valores, definições e atitudes que traduzem sobre o grupo ao qual este indivíduo pertence, ou seja, o contexto sociocultural no qual se insere. Como afirma Spindola e Santos (2003, p. 122), “nessa concepção, concluíram que as histórias de vida não falam sozinhas sendo necessário enquadrá-las no contexto em que se desenvolvem, ou seja, avaliar todo um conjunto de significações que formam a vida cotidiana”.

Foram realizadas entrevistas livres, guiadas por um roteiro semiestruturado que servia apenas para nortear a pesquisadora, mas não era apresentado ao entrevistado, pois este não intuía determinar o que deveria ser narrado. O objetivo era, tão somente, não deixar de captar informações importantes. As perguntas abertas, como instrumento de coleta de dados, permitia ser solicitado ao sujeito esclarecimentos sobre determinado assunto durante a fala, ainda que o desejo fosse proporcionar ao entrevistado uma fala livre.

O número de pessoas entrevistadas foi definido ao longo da pesquisa, dependendo da quantidade de informações já obtidas. Deste modo, a coleta das narrativas, com cada participante, foi encerrada à medida que estes atinjam o ponto de saturação, ou seja,

começavam a se tornar repetitivos ou não acrescentem fatos novos aos relatos anteriores (SPINDOLA; SANTOS, 2003).

Destacamos que, durante a abordagem dos jovens, estes foram esclarecidos sobre os pontos da pesquisa, ou seja, foram informados que sua participação na pesquisa era voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento. Além disso, foi esclarecido que a pesquisa não traria quaisquer benefícios dentro de seu acesso ao Restaurante Popular, sendo explicado os objetivos da mesma para que possam ter clareza e tranquilidade com as informações ali prestadas. Também será assegurado o anonimato deste, bem como o respeito à fala de cada um, e também, ao silêncio, se esse for o caso. Mediante aceitação do convite, foi formalizada a participação das mesmas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

No terceiro momento da pesquisa, os dados coletados foram organizados e analisados. Para esta etapa, entendeu-se que a análise de conteúdo se apresentou como técnica mais apropriada para viabilizar a compreensão dos resultados. A partir dos estudos de Bardin (2009), a análise de conteúdo possibilita o desvendamento de significados diferentes tipos de discursos e deve ser feito a partir da identificação dos principais temas ou dados encontrados nas falas. Depois disso, é salutar estruturá-los de maneira organizada a fim de realizar uma análise mais consistente, porém sem perder a visão de todo e ainda, possibilitando conclusões baseadas na subjetividade de cada jovem.

Minayo (1994, p.69) cita as finalidades desta fase de análise, que seria a “compreensão dos dados coletados, confirmar ou não dos pressupostos da pesquisa [...] e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado”. É nesse momento final em que o pesquisador retorna à pergunta de partida e inicia um processo de reflexão sobre elas. Com a coleta dos dados, é feita a relação entre eles e os objetivos da pesquisa.

Finalmente foi realizada a conclusão da pesquisa na elaboração do texto final. Reforçamos que o resultado da pesquisa retornará para o município a fim de compreender melhor a relação entre fome e pobreza, e ainda se utilizar desta para melhor elaboração de políticas públicas de intervenção nesses problemas sociais.

Visando analisar todos os imbricamentos propostos de forma organizada, compreensível e clara, o relato escrito desta pesquisa foi subdividido em cinco capítulos, assim distribuídos: 1. Introdução e traçado metodológico da pesquisa; 2. O desenvolvimento do programa de Restaurantes Populares de Maracanaú-CE, no qual debateremos como este

programa foi implantado e vem se desenvolvendo; 3. Clareando conceitos: onde serão discutidos os constructos juventudes, fome, pobreza; 4. Desvelando vozes: biografias juvenis, no qual conheceremos as percepções dos jovens sobre o Restaurante Popular; 5. Últimas considerações, que abordarão o comparativo entre os objetivos da pesquisa, a hipótese levantada e os dados obtidos, no qual, com uma síntese do trabalho defendemos nosso argumento final; e por fim, as referências bibliográficas.

## 2 O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE RESTAURANTES POPULARES DE MARACANAÚ-CE

A problemática da fome e da pobreza, como vimos no capítulo anterior, não são recentes no cotidiano brasileiro. Durante muitas décadas, estas refrações da questão social estiveram fora dos interesses de atuação do Estado, deixando-as a cargo das ações comunitárias e da Igreja, permeadas do sentimento de caridade, benesse e do favor.

O estado brasileiro passou a atuar com programas de alimentação voltados principalmente à população mais carente inicialmente no período de 1940 a 1967, através dos Serviços de Alimentação da Previdência Social – SAPS, no qual implantaram restaurantes populares voltados para o fornecimento de refeições de preço acessível, mas sem comprometer a qualidade do alimento, a trabalhadores inseridos no mercado formal (PINHEIRO, 2008).

Ao longo dos anos, o conceito de segurança alimentar e nutricional foi ampliado, e o governo brasileiro firmou compromisso público com a implantação de uma política pública direcionada a esta área. No ano 2001, o Instituto Cidadania lançou um projeto que visava a compilação de estratégias para o combate à fome, intitulado de “Projeto Fome Zero”. Este projeto traçava o plano de diversas ações em diferentes eixos na busca do combate à fome no Brasil. Ora, neste período o Brasil registrava taxas elevadas de miséria entre sua população, como afirma o próprio documento:

O Projeto Fome Zero identificou, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1999, a existência de 9,3 milhões de famílias e 44 milhões de pessoas muito pobres (com renda abaixo de US\$ 1,00 por dia, que representa cerca de R\$ 80,00 mensais em R\$ de agosto de 2001), que foram consideradas o público potencial beneficiário deste Projeto, por estarem vulneráveis à fome (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 9).

Assim, apesar de já ocorrer ao longo do século XX iniciativas públicas em busca do fornecimento de alimentação saudável à população mais vulnerável, apenas no ano 2004 estas ações passaram a compor agenda governamental como política pública de segurança alimentar e nutricional, dentro da perspectiva da garantia do direito e da cidadania. Desta forma, a partir do projeto elaborado pelo Instituto Cidadania, o governo federal elaborou e lançou o Programa Fome Zero no ano de 2003, que direcionava diversas ações no qual consideravam a pobreza e a fome como questão pública, alvo de políticas públicas de promoção de cidadania e buscando a melhoria de vida de milhões de brasileiros (YAZBEK,

2004).

Assim, nos deteremos na iniciativa pública de criação do Programa de Restaurantes Populares, no qual integra o nosso campo de estudo. O Programa Restaurante Popular compõe a iniciativa do Programa Fome Zero, visando criar uma grande rede de proteção alimentar àquelas pessoas que fazem sua refeição fora de casa, em espaços de grande circulação, atingindo principalmente aquelas em situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2004b). O Programa Restaurante Popular tem como objetivo:

apoiar a implantação e modernização de restaurantes públicos populares geridos pelo setor público municipal/ estadual, visando à ampliação de oferta de refeições prontas saudáveis e a preços acessíveis, reduzindo assim, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar (BRASIL, 2004b, p. 4).

Neste período já ocorriam algumas iniciativas de restaurantes populares em determinados estados brasileiros, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, porém, cada um tinha uma forma de gestão, seja ela vinculada às instituições filantrópicas ou terceirizadas. Somente a partir do Programa Fome Zero houve uma disseminação dos restaurantes populares país afora, vinculados às diretrizes de segurança alimentar e nutricional, do combate à fome e do direito humano à alimentação adequada (DUTRA, 2007).

Até o ano de 2005, apenas cinco estados brasileiros registravam a presença de restaurantes populares. Após a implantação do Programa de Restaurantes Populares vinculados ao Programa Fome Zero, 74 convênios com estados e municípios foram realizados neste mesmo ano visando à implantação de novos restaurantes populares por todo o país. Destacamos que cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>11</sup>, que fora instituído neste mesmo período, o processo de implantação desses equipamentos públicos, e a manutenção e funcionamento, cabe ao ente conveniado, seja estado ou município.

Atualmente, existem, no Brasil, 74 Restaurantes Populares em funcionamento e

---

<sup>11</sup>Atualmente o Brasil passa por um período delicado em sua organização política, tendo ocorrido no último dia 12 de maio de 2016 o afastamento da então Presidenta Dilma Rousseff por meio da abertura do processo de impeachment, sendo acusada de cometer crimes de “pedaladas fiscais”. Como presidente interno, assumiu o vice presidente Michel Temer que já começou seu mandato interino com medidas polêmicas como a extinção de alguns ministérios, e junção de outros. Isso ocorreu com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que passou a se chamar Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, pela medida provisória nº726, de 12 de maio de 2016. Esta mudança é considerada como retrocesso, pois reduz a política pública agrária a uma secretaria dentro de um ministério, priorizando o micro empreendedorismo à reforça agrária. Além disso, os programas sociais vem sofrendo grandes corte e percas, buscando focalizá-los dentre os pobres, os mais pobres. Os direitos sociais garantidos após anos de luta do povo brasileiro encontram-se ameaçados por conchavos feitos dentro de gabinetes, mostrando as características deste novo governo e a quem ele está a serviço.

outros 69 encontram-se na fase de implantação, totalizando 143 unidades espalhadas em 113 municípios (REDE SAN, 2011). No estado do Ceará estão instalados seis restaurantes populares, localizados em Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Crato, Juazeiro do Norte, Sobral e Itapipoca, além de outros equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Deteremos-nos neste estudo ao Restaurante Popular de Maracanaú, no qual, como já foi mencionado, ocorreu a pesquisa realizada e relatada aqui.

Como foi supracitado, o Restaurante Popular- RP de Maracanaú foi inaugurado em 03 de julho de 2008, estando localizado na parte central da cidade. O local de sua instalação segue as orientações contidas no manual de instalação e funcionamento destes equipamentos, como podemos ver a seguir:

Os restaurantes populares devem estar localizados em regiões de grande movimentação de pessoas de baixa renda, como por exemplo, áreas centrais da cidade, próximas a locais de transporte de massa e/ou em áreas de grande circulação de população de baixa renda. A instalação deve permitir que os usuários não tenham que utilizar meios de transporte para a realização de deslocamentos no horário de almoço (BRASIL, 2004b, p.7).

O RP tem por endereço Av. Central. s/n, bairro Jereissati I, e ao redor de seu prédio existem alguns órgãos públicos e privados que proporcionam o grande deslocamento de pessoas em torno dele, como o Hospital Municipal João Elísio de Holanda, o Hospital da Mulher, o Centro de Especialidades Odontológicas Neusa Prado Gondim de Oliveira - CEO Regional, a agência do Banco do Brasil, a estação do metrô, centro comercial, dois shoppings, dentre outros. A figura abaixo representa o mapa das redondezas do Restaurante Popular, buscando explicitar melhor sua localização na cidade de Maracanaú:



Destinados a municípios com mais de 100.000 habitantes, os RPs devem estar em regiões centrais das cidades, haja vista seu público consiga acessá-lo sem maiores dificuldades, estando de preferência próximo a terminais de transporte coletivo. Assim, os RPs buscam atingir o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, sejam eles trabalhadores formais ou informais, desempregados, estudantes, idosos e famílias que estejam nesta condição (BRASIL, 2004b).

O Restaurante Popular de Maracanaú atende prioritariamente às famílias e os indivíduos inseridos no Cadastro Único do Governo Federal e/ou atendidos nas unidades públicas da Política de Assistência Social – CRAS, CREAS, Centro Pop, Centros de Convivência. Para ingressar no RP, é solicitada uma carteira de acesso, a qual é feita no próprio restaurante em horário diferente daquele em que é servida a refeição. Esta carteira de acesso consta o NIS - Número de Inscrição Social que é gerado a partir do Cadastro Único, porém, em casos de pessoa idosa e pessoa em situação de rua, não é exigido tal Cadastro para realizar as refeições ali<sup>12</sup>. A carteira é válida por dois anos a partir da data da validade do Cadastro Único ou pela data da confecção.

Por dia, são atendidas em média 600 pessoas no RP, tendo um público bastante heterogêneo. Ao longo desta pesquisa, tive dificuldade em ter acesso a documentos oficiais específicos sobre o público atendido ali, pois apenas recentemente foi iniciado um monitoramento mais organizado sobre as atividades ali realizadas. Com isso, percebemos que durante muitos anos de funcionamento deste equipamento, por conta da falta de funcionários específicos para isso, pois havia um acúmulo de função técnica e gerencial, além da sobrecarga gerada durante a rotina do preparo das refeições servidas aos servidores. O Restaurante Popular, assim como os demais equipamentos públicos de alimentação e nutrição, realizou diversas atividades para além da oferta da refeição, porém não as registrava em

---

12 Buscando cada vez mais obter uma maior integração e interdisciplinariedade entre as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e a Política de Assistência Social de Maracanaú, é que foi adotado o uso do Cadastro Único para realizar as refeições no Restaurante Popular e nas Cozinhas Comunitárias deste município. Apesar disso, levando em consideração a fragilidade das situações vividas pelo público composto por idosos e moradores de rua, como ausência da família e de documentação civil, não é exigido, dessas pessoas, a inscrição do Cadastro Único para almoçar ali. Destacamos que a Política de SAN tem como diretriz a promoção do direito humano à alimentação adequada, assim como está posto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN: “É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade”(BRASIL,2006,art2º).

documentos oficiais, o que resulta em registros superficiais e não aprofundados. Estas atividades passaram a ser registradas e monitoradas a partir de 2014, algumas como atividades de educação alimentar e nutricional, palestras, oficinas e grupos produtivos, visitas guiadas à rede de segurança alimentar e nutricional, visitas de acompanhamento e orientação aos agricultores familiares, avaliação nutricional dos usuários, dentre outras.

Segundo o Relatório de Gestão (MARACANAÚ, 2015), no ano de 2015 foram servidas 272.927 refeições em toda a Rede de Segurança Alimentar do município (um Restaurante Popular e cinco Cozinhas Comunitárias). Deste total, apenas no Restaurante Popular, foram servidas 138.644 refeições durante seu horário de funcionamento para o almoço que é de segunda a sexta feira, das 11h às 13h.

Estas refeições são balanceadas, sendo ofertado um variado cardápio contendo arroz, feijão, macarrão ou farofa, verdura, carne, frango ou peixe e, suco ou frutas. As refeições servidas são baseadas nas orientações do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, no qual orienta a quantidade ideal de calorias necessárias a um trabalhador adulto. Em média são servidas 850 kcal, distribuídas nos alimentos que formam as cinco guarnições, garantindo, combinados entre si, os micro e macro nutrientes necessários para manutenção energética de um adulto no período do almoço. A equipe de trabalho envolvida no preparo e na distribuição das refeições é formada por pessoas qualificadas na área da alimentação, contando com a orientação e supervisão de um nutricionista.

Além das refeições ofertadas no RP, durante o ano de 2015, 941 novos usuários foram inseridos no banco de dados do Restaurante através da confecção de novas carteiras de acesso, e 197 pessoas renovaram a carteira de acesso que já possuíam. Diante deste número, podemos perceber que o Restaurante tem um público bastante rotativo, ou seja, que não frequentam diariamente o local. Além de pessoas residentes em Maracanaú, ali também são atendidas moradores de municípios circunvizinhos que fazem fronteira com Maracanaú, como Pacatuba, Fortaleza e Maranguape.

Mesmo com estes dados retirados dos documentos oficiais no que se refere à quantidade de refeições servidas e de novos usuários inseridos no banco de dados do Restaurante, os achamos insuficientes para conseguirmos nos aprofundar em conhecer quem são estes usuários que ali se alimentam. Para isso, nos debruçamos a partir das listagens da confecção de carteiras de acesso, referentes aos meses de janeiro a março de 2016, e a partir daí, por meio da consulta à base de dados do Cadastro Único, foi elaborado um perfil

socioeconômico desses usuários.

Nesses três meses, foram analisados 465 usuários como amostragem de pessoas que frequentam o Restaurante Popular. Destes, 56,36% são mulheres e 43,63% são homens, e 71,52% se declaram pardos, 21,21% brancos, 5,45% negros e 1,81% índios. Percebemos que a quantidade de homens e mulheres que se alimentam no Restaurante é equilibrada entre si, sendo notória a participação massiva de homens trabalhadores no local. Dentro desta avaliação, podemos entender que o público é heterogêneo em si, e que a busca por um serviço público da Política de Segurança Alimentar e Nutricional é feita por ambos os sexos, diferente de outras políticas, como a Assistência Social, no qual a mulher ainda tem tido centralidade em suas ações, programas e projetos.

Dentro desta amostragem, apenas 4,84% tem entre 0 e 15 anos, 21,21% tem entre 16 e 29 anos, sendo considerados jovens, 33,33% tem entre 30 e 59 anos, sendo os adultos, e 40,6% são de pessoas idosas, ou seja, de 60 anos ou mais. Deteremo-nos mais adiante sobre os usuários jovens que frequentam o Restaurante Popular.

A análise deste dado muito surpreendeu durante a pesquisa, pois, a partir da observação da pesquisadora no Restaurante Popular, aparentemente, o número de jovens seria maior que o número de adultos. Isso se deu por conta de muitos usuários buscarem manter a aparência jovem, com afirma Clemente (2009), como é uma tendência da sociedade de valorizar a imagem juvenil, fazendo referência a uma vida saudável, desprendida e espontânea. Diógenes (2008), reforça a dificuldade na definição de aspectos que envolvam a juventude, pois a questão etária se torna muito limitante diante de outros aspectos que a sociedade atribui à juventude.

No tocante à renda dos usuários do RP, consideramos a renda per capita, ou seja, a renda total da família dividida pelo número de membros, declarada no Cadastro Único. Assim, 26,66% têm renda per capita entre R\$0 e R\$77,00; 7,87% possui renda per capita entre R\$78,00 e R\$154,00; 41,21% têm renda per capita entre R\$155,00 a R\$880,00; e 2,42% possui uma renda per capita acima de R\$880,00<sup>13</sup>. Estes valores foram escolhidos como indicadores a partir dos critérios de renda utilizados nos programas sociais do Governo Federal, especificamente, o Bolsa Família e Brasil Sem Miséria<sup>14</sup>.

<sup>13</sup>Valor do salário mínimo vigente no momento da pesquisa é de R\$880,00 (março/2016).

<sup>14</sup>O Programa Bolsa Família, juntamente com a estratégia Brasil sem Miséria, considera como critério para entrar neste programa social as famílias que tenham renda per capita inferior a R\$77,00, ou famílias com renda per capita entre R\$78,00 a R\$154,00, sendo assim classificadas como extremamente pobres, ou pobres, respectivamente. Durante a elaboração do texto final da pesquisa, o governo federal, através do Decreto nº 8.747,

Os dados coletados em relação à renda dos usuários do Restaurante são bastante significativos para nossa pesquisa, visto que a situação de fome constantemente está ligada à situação de pobreza, ou à insuficiência de renda. A maioria dos frequentadores informou ter uma renda por membro da família entre R\$156,00 a R\$880,00, ou seja, mesmo que a renda familiar seja no valor de um salário mínimo, quando dividida entre seus membros, este valor se torna irrisório diante das despesas cotidianas de uma família.

O art.7º da Constituição brasileira presume que o salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social (BRASIL, 1988). Segundo pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2016), para suprimir as necessidades apontadas, o salário mínimo deveria ser de R\$ 3.795,24, baseada em valores de janeiro de 2016. Vemos assim, a disparidade entre os valores ideais e os valores reais da renda das famílias e indivíduos usuários do Restaurante Popular de Maracanau.

Além disso, percebemos que muitos usuários do Restaurante não estão inseridos no mercado formal de trabalho, não tendo como renda garantida nem mesmo o salário mínimo. Desta forma, esta população está desprotegida socialmente, por não ter suas necessidades mínimas garantidas no mundo do capital. Podemos perceber que o valor da renda familiar não consegue dar conta das necessidades de uma alimentação saudável e em quantidade suficiente a seus membros, cabendo ao Estado a garantia e viabilização do direito humano à alimentação adequada a estas famílias. O Restaurante Popular torna-se uma alternativa de realização de refeições saudável e um baixo custo como estratégia de não comprometimento do orçamento familiar.

Outro importante dado expresso na pesquisa foi sobre o grau de escolaridade de seus membros. Da amostra de usuários, 39,39% declararam ter o Ensino Fundamental Incompleto; 13,33% têm o Ensino Fundamental Completo, 16,36% têm o Ensino Médio Incompleto, e 30,90% têm o Ensino Médio Completo.

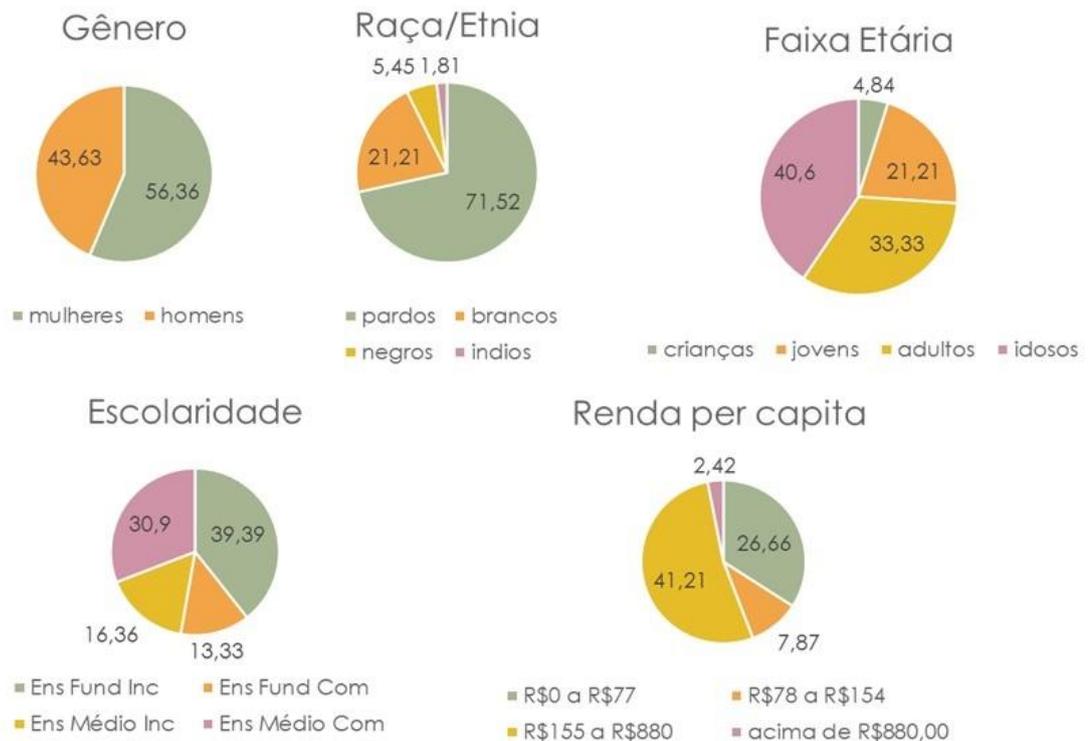
Como mencionamos acima, o objeto de estudo desta pesquisa são os jovens que não tem, por algum motivo, condições de acessar as refeições pagas ofertadas no Restaurante

---

de 5 de maio de 2016, anunciou um reajuste nos valores dos benefícios do Bolsa Família, bem como os critérios de renda, passando de R\$77,00 para R\$85,00, bem como de R\$154 para R\$170,00. Como a pesquisa já houvera sido realizada, optou-se por permanecer com os valores anteriores como indicadores.

Popular, e por isso, são isentos da taxa de acesso. Nesse sentido, usamos a mesma metodologia para obtermos informações mais aprofundadas sobre o perfil desses usuários, ou seja, coletamos uma amostragem a partir da listagem dos usuários isentos entre os meses de abril a junho deste ano. A seguir, apresentamos um quadro resumo dos dados analisados acima:

**Figura 2- Perfil socioeconômico dos usuários do Restaurante Popular de Maracanaú**



Fonte: Listagem de usuários do Restaurante Popular (2016).

Ao longo desses três meses, foram encaminhados<sup>15</sup> ao Restaurante Popular 384 usuários para se alimentarem com a isenção da taxa de acesso. Destes, 60,16% são homens e

<sup>15</sup> As isenções da taxa de acesso ao Restaurante Popular são consideradas como benefícios eventuais, segundo a Resolução nº11, de 17 de maio de 2012, do Conselho Municipal de Assistência Social de Maracanaú. No artigo 3º desta resolução, considera-se os benefícios eventuais como provisões suplementares e provisórias, prestada aos cidadãos em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública. Sobre o auxílio alimentação, a resolução considera: “provisão de caráter suplementar destinados à famílias ou pessoas em situação de insegurança alimentar decorridas de perdas ou dados em virtudes de calamidade pública e outras vulnerabilidades temporárias. Este benefício consiste no acesso a alimentação por meio de itens da Cesta básica ou isenção de taxas e contribuição às unidades que integram a rede de segurança alimentar” (MARACANAÚ, 2012, art.7, inciso III).

39,84% são mulheres, diferentemente do número e frequentadores pagantes do Restaurante Popular. Isto ocorre por conta do alto número de pessoas em situação de rua do sexo masculino que são isentos e frequentam diariamente aquele local, tornando grande parte da amostragem composta de público masculino.

Dentro da amostra, 78,12% dos usuários se declaram ser pardos, 17,6% se declaram brancos, 3,14% se declaram negros e 0,78% se declaram índios. No que tange à faixa etária, 10,15% são crianças e adolescentes, entre 07 e 15 anos, 25,78% são jovens entre 16 e 29 anos, 57,81% são adultos de 30 a 59 anos, e 6,25% são idosos de 60 anos ou mais.

A partir desse dado, percebemos que o número de jovens isentos é elevado diante das outras faixas etárias, perdendo apenas para os adultos. Diante disso, surgem as indagações de quem são esses jovens, de conhecer suas histórias de vida, de conhecer suas motivações para frequentar o Restaurante Popular. Aprofundaremos-nos na vida de alguns desses jovens.

Sobre a renda per capita dessas pessoas, 71,09% declararam ser entre R\$0 e R\$77,00, 17,18% tem renda entre R\$78,00 e R\$154,00, 5,4% tem renda entre R\$155,00 e R\$880,00, e 4,6% declararam ter renda acima e R\$880,00. Este dado é alarmante, pois revela que a maioria das pessoas que são isentas estão em situação de extrema pobreza, provavelmente comprometendo o seu acesso ao mínimo sociais, principalmente a uma alimentação regular e saudável.

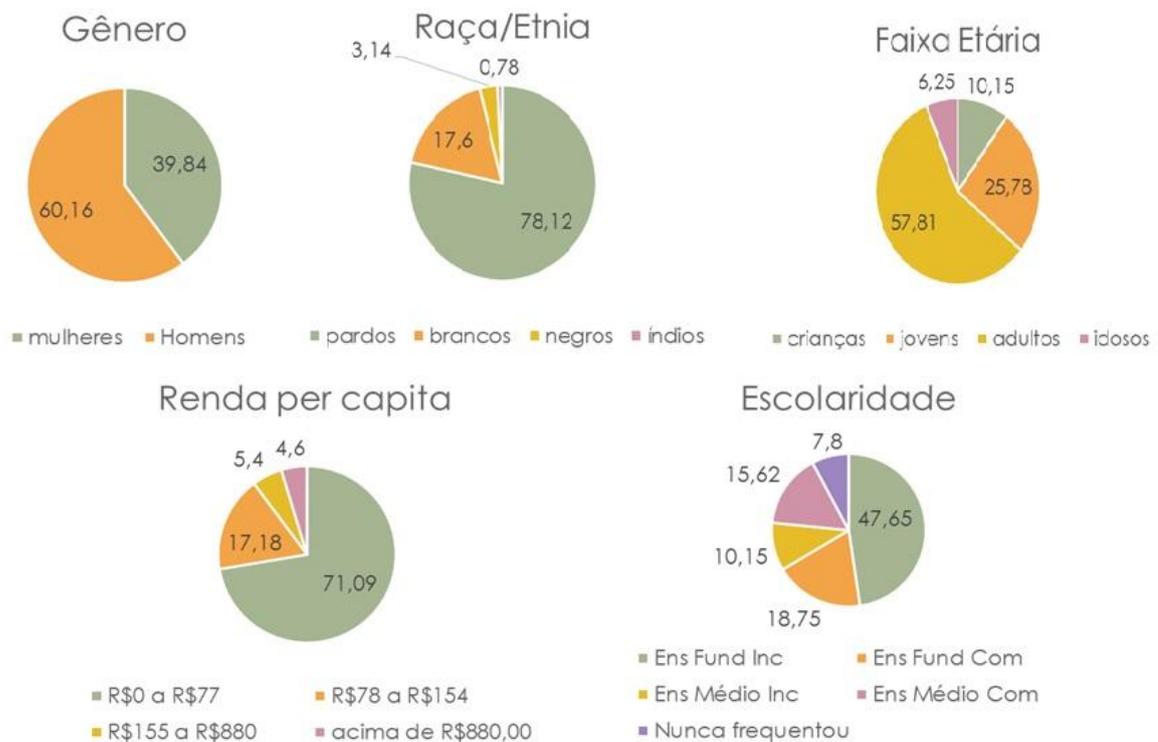
Como afirma Monteiro (2003), pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, sendo que a extrema pobreza é o agravamento da restrição a estes elementos. A alimentação é primeira a ser prejudicada quando ocorre a falta de recursos financeiros para a sobrevivência, seja na quantidade de refeições ou itens que compõem esta refeição, ou na qualidade deste alimento, sendo oferecido, prioridade, aquilo que é mais barato para o consumo diário de toda a família.

Podemos ainda analisar que estas pessoas isentas vivem sob constante situação de insegurança alimentar, pois o acesso regular e permanente à alimentação saudável, em qualidade e quantidade suficiente compromete o acesso a outras necessidades essenciais. Assim, como afirma Albuquerque (2009), a condição de pobreza e a vivência da fome não permitem ao ser humano senão o contato com um padrão de consumo alimentar de natureza insuficiente e inadequada. Desta forma, a família pobre, em situação de insegurança alimentar, torna-se vulnerável, podendo representar um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade.

Sobre os aspectos de escolaridade, a amostragem, das pessoas isentas, mostrou que 47,65% tem o Ensino Fundamental Incompleto, 18,75% tem o Ensino Fundamental Completo, 10,15% tem o Ensino Médio Incompleto, 15,62% tem o Ensino Médio Completo, e 7,8% apontaram que nunca frequentaram escola ou se consideram analfabetos.

Em destaque, apontamos que neste público surgiu a informação do analfabetismo entre os usuários, além da baixa escolaridade exacerbada, o que compromete ainda mais as condições de acesso ao mercado formal e informal de emprego, podendo agravar a situação de pobreza. Abaixo, destaca-se um quadro com gráficos que revelam dos dados coletados:

**Figura 3- Perfil socioeconômico dos usuários isentos do Restaurante Popular de Maracanaú**



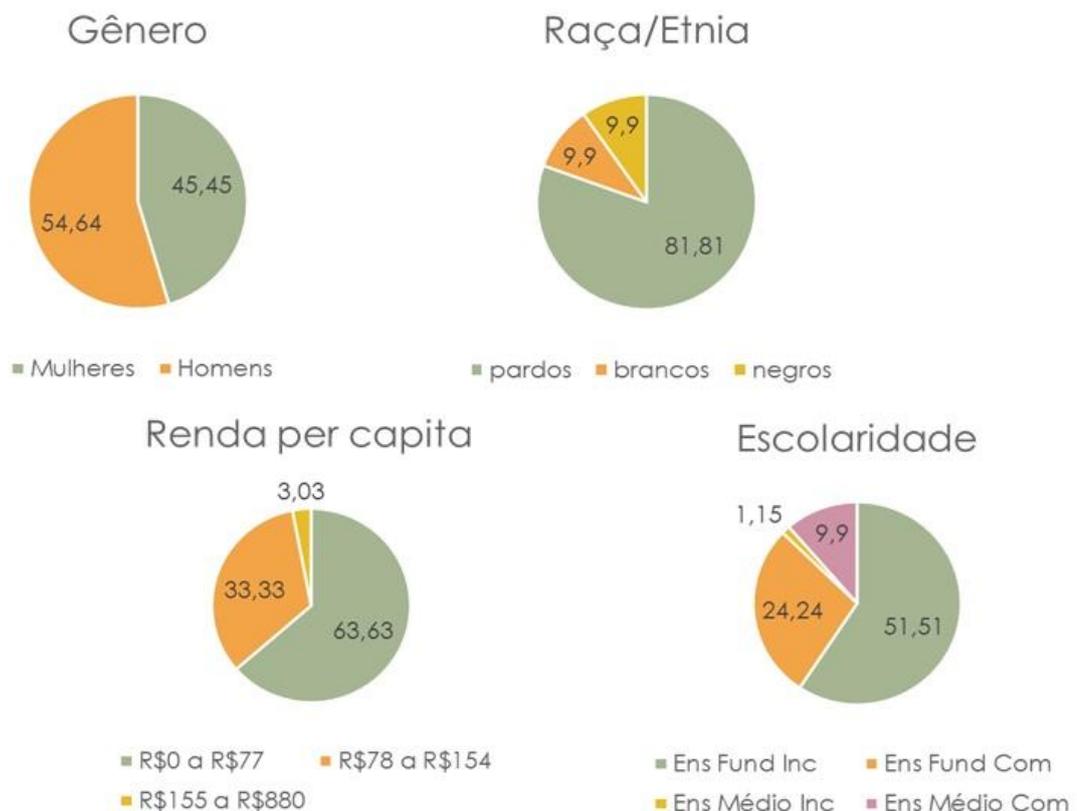
Fonte: Listagem de usuários isentos do Restaurante Popular (2016).

Como o foco desta pesquisa são os jovens isentos que fazem refeição no Restaurante Popular, nos aprofundamos em conhecer o perfil destes usuários que vem buscando este equipamento de alimentação e nutrição para realizar suas refeições. Diante do universo que amostragem escolhida para a pesquisa aponta, de 384 usuários isentos, 99 são jovens entre 16 e 29 anos. Destes, 45,45% são mulheres e 54,64% são homens, sendo um

público balanceado quanto ao gênero. Sobre a raça/etnia dos jovens, 81,81% são pardos, 9,9% são negros e 9,9% são brancos.

Quanto à renda per capita, 63,63% dos jovens tem renda per capita entre R\$0 e R\$77,00, 33,33% tem renda per capita entre R\$78,00 e R\$154,00 3,03% tem renda entre R\$155,00 a R\$880,00, e nenhum apontou ter renda acima de R\$880,00. Aliado a isso, podemos constatar uma baixa escolaridade desses jovens, que muitas vezes estão fora da faixa etária para aquela série, ou até mesmo já deixaram de estudar. Dentre os jovens da pesquisa, 51,51% não concluíram o Ensino Fundamental, 24,24% concluíram o Ensino Fundamental, 1,15% tem o Ensino Médio inconcluso, e 9,9% concluíram o Ensino Médio. Nenhum declarou ter Ensino Superior ou ser Analfabeto. A seguir, temos um quadro que apresenta os dados sobre os jovens isentos demonstrados através de gráficos:

**Figura 4- Perfil socioeconômico dos jovens usuários isentos do Restaurante Popular de Maracanaú**



Fonte: Listagem de usuários isentos do Restaurante Popular (2016).

Diante desses dados, podemos analisar que o ciclo da pobreza se reproduz diversas vezes dentro das famílias, principalmente no que tange ao acesso a uma escolarização de qualidade e permanência nos estudos. Além disso, a renda per capita desses jovens e de suas famílias se mostra muito abaixo do valor necessário para suprir as questões objetivas da vida deles, podendo comprometer inclusive o acesso à alimentação.

Os jovens são considerados por alguns autores como seres em desenvolvimento, até chegar à fase adulta da vida. Porém, ao analisarmos informações obtidas a partir do Cadastro Único, muitos desses jovens já assumem funções da vida adulta, como ser responsável pelo sustento da família, já terem filhos, terem saído da casa dos pais, dentre outros eventos sociais que assim, permanecem no imaginário da sociedade como atribuições da vida adulta.

Esta realidade está longe da juventude brasileira, já que muitos jovens conciliam estudos com trabalho, vivem a maternidade e paternidade ainda na adolescência, mas ainda continuam morando na casa dos pais. Clemente (2009) aponta, ainda, que fatores como aumento da expectativa de vida dos brasileiros, a ampliação do tempo de permanência na escola, o desemprego estrutural, entre outros, produzem um prolongamento e uma visão da juventude não mais de forma cronológica, mas envolvendo aspectos ideológicos e culturais.

A partir deste público tão rico e cheio de peculiaridades, esta pesquisa traz como enfoque os jovens que são usuários da política pública de segurança alimentar e nutricional e aderiram ao serviço do Restaurante Popular em sua rotina. A partir da análise dos aspectos mencionados acima, buscamos conceitos em diversos autores que teorizassem sobre esta juventude, porém, como foi verificado, é uma juventude pobre e que tem fome.

Para conhecermos as expectativas e anseios desses jovens frente às questões que vivenciam de pobreza e fome, além de conhecer como estes visualizam o serviço ofertado pelo Restaurante, entrevistamos alguns desses jovens, nos aprofundando na história de vida de cada um. Nos capítulos a seguir nos deteremos em conhecer os aspectos conceituais sobre juventude, fome e pobreza, e no capítulo seguinte, conheceremos a história de vida de alguns desses jovens.

### 3 CLAREANDO CONCEITOS: JUVENTUDES, FOME E POBREZA

#### 3.1 JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério  
O jovem no Brasil nunca é levado a sério  
[...] Sempre quis falar  
Nunca tive chance  
Tudo o que eu queria  
Estava fora do meu alcance  
(Não é sério – Chorão, Champignon, Pelado Negra Li, 2008)*

As populações afetadas por esses problemas sociais são compostas por várias gerações - crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. No entanto, o foco deste estudo são os jovens em situação de pobreza extrema que fazem uso do Restaurante Popular de Maracanaú, logo interessa salientar o que especifica essa categoria.

Quando nos propomos discutir sobre juventudes e políticas públicas, precisamos compreender de que juventudes estamos falando. A imagem que a sociedade moderna tem dos jovens é permeada por ideias bastante contraditórias. Por um lado, a mídia publicitária explora uma imagem da juventude ligada a corpos saudáveis, liberdade, espontaneidade, por outro lado, os noticiários de TV mostram uma juventude de forma negativa, vinculada à desordem social e violência, principalmente aqueles jovens negros e pobres.

Clementino (2009), afirma que vivemos em uma sociedade “juventocêntrica”, na qual o jovem se tornou modelo cultural valorizado e consumido por todos que estejam ou não nessa condição. Porém, a imagem dos jovens reais muitas vezes está permeada de estereótipos e preconceitos, como a ideia de irresponsabilidade e imaturidade para os jovens como um todo, enquanto a violência e os desvios são características atribuídas a jovens de determinada classe social e raça.

Também ainda é conflituosa a definição da categoria juventude dentro de uma faixa etária da vida, pois alguns órgãos estatais buscaram definir este período dentro da cronologia da vida. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE define jovem aquele indivíduo entre os 15 e 24 anos, o Estatuto da Criança e Adolescência - ECA define adolescente aqueles entre 12 e 18 anos, e ainda, o recentemente aprovado Estatuto da Juventude, entre 15 e 29 anos. Isto gera uma profunda confusão entre os termos adolescência e juventude. A Organização Mundial de Saúde apresenta a adolescência como,

um processo fundamentalmente biológico e psíquico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (dez a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Esta definição leva em conta o desenvolvimento biopsíquico dos sujeitos. Já a juventude é considerada uma categoria que foi social e historicamente constituída e que está relacionada com um período no ciclo vital dos indivíduos para o qual cada sociedade atribui sentidos, expectativas e significados diversos (CLEMENTE, 2009, p.56).

Assim, a juventude muitas vezes é vista como uma fase de preparo para vida adulta, mas nem sempre foi assim, tão demarcada etariamente. Bem como a adolescência, que hoje é vista de forma naturalizada, como algo do processo de formação biológica do ser humano com suas alterações no corpo, e características comportamentais de rebeldia, variação de humor, dentre outras.

Vitiello (1994, apud FIALHO, 2015), afirma que a adolescência tem seu estado inicial a partir das mudanças do corpo no período da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu crescimento e sua personalidade, a partir de sua independência e inserção em seu grupo social, tornando-se assim uma transição entre a infância e a vida adulta. Como não há uma mensuração unânime sobre o início e término desta fase, a adolescência acaba por se apresentar em tempo e ritmo variado entre as pessoas, e entre eles, os adolescentes vão superando sua dependência da fase infantil e conquistando relativa autonomia adulta em um processo dialético na sociedade moderna.

Porém, nem sempre houve esta fase da vida distinta para definição de adolescência ou juventude. Segundo Ariès (1981), até o final do século XVII, as crianças não tinham a infância como algo inerente a sua condição etária, e sim, acompanhavam os pais nas práticas profissionais e nos momentos de lazer, sendo sempre tratados como mini adultos por não haver clara definição entre as fases da vida.

O período da infância estava reduzido à temporalidade em que a criança estava mais frágil, enquanto ela não se basta, e partir do momento que adquirisse algum desembaraço físico, já era mostrada aos adultos e partilhava dos jogos e trabalhos. A adolescência era desconsiderada nesta época, e a criança pequena se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude. Assim, “o cotidiano infantil era ordenado de acordo com a rotina do mundo adulto que estabelecia, mediante um conjunto de ações e comportamentos sociais considerados aceitos, as práticas válidas” (FIALHO, 2015, p. 22).

A partir desses apontamentos, percebemos que a infância, adolescência e juventude são fases da vida que não estavam delimitadas neste período, sendo atribuídas

atividades do mundo adulto a infantes, mesmos sem os mesmos estarem preparados e tendo atingido a maturidade corpórea, psíquica e social. Crianças ainda de tenra idade passavam a participar da vida adulta sem antes passar por etapas da juventude, aspectos que se tornaram tão importante na sociedade contemporânea.

Posteriori a este momento, a partir do XVIII, com o advento da modernidade, a organização social do mundo do trabalho e o advento da industrialização em alguns países, começaram também algumas mudanças dentro da família no que tange à criança e ao adolescente. Houve, então, o surgimento da escola e com ela, a separação do convívio entre crianças e adultos.

Fialho (2015), destaca que, a partir deste momento, os papéis sociais passam a ser bens distintos entre si, se inserindo nesse novo modelo de sociabilidade a separação entre faixas etárias para agrupar as crianças no mundo escolar. Assim, a criança sai do anonimato e passa a ser valorizada pela família, que acaba direcionando sua organização em torno da criança. Não distante deste movimento, os jovens também tem destaque nesse novo modo de organização social, sendo aqueles que não podem mais ser considerados crianças, mas que ainda não havia ingressados na vida adulta por meios dos “ritos de passagem”: casar-se, ter filhos, ter independência financeira. A esses jovens é atribuída a organização de festas e jogos.

Apesar do advento da escola e de uma maior dedicação da família para com os jovens, existem outros fatores que influenciam a formação da juventude, sendo eles: fatores estruturais, referente às condições sociais; fatores sociopsicológicos, que dizem respeito ao controle social da família, escola e sociedade; e fatores individuais, envolvendo aspectos psicológicos e biológicos<sup>16</sup>.

Deteremos-nos em fatores estruturais, no qual a desigualdade econômica e social provocada pelo advento do modo de produção capitalista, principalmente em alguns países periféricos, como o Brasil, prejudica o desenvolvimento dos jovens que por muitas vezes estão submetidos a situações de submoradias, falta interina ou baixa escolarização, precariedade de alimentação, lazer, cultural, saúde, aliado, muitas vezes, famílias com vínculos fragilizados.

---

16 Para aprofundar cada um desses fatores, ver SCHOEMAKER, D. J. THEORIES OF DELINQUENCY. na Examination of explanations of delinquency Behavior. New York: Oxford University Press, 1996.

Nesse sentido, nos voltamos para jovens e adolescentes brasileiros, que, a partir do século XIX, passaram a serem vistos como um problema social, pois a urbanização e a industrialização, muitos jovens não escolarizados não foram absorvidos pelos postos de trabalho, gerando ociosidade.

Diógenes (2008), explica que, entre as décadas de 1950 e 1970, houve uma explosão desenvolvimentista no segundo pós-guerra, fazendo com que fosse atribuída ao jovem brasileiro a esperança de renovação e transformação social por meio de seu caráter questionador. Isto também ocorreu baseado nos movimentos sociais estudantis que se organizaram neste período contra o governo ditatorial que estava no poder, em busca da redemocratização do país.

Porém, a esperança das grandes mudanças sociais não ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, e a juventude passa a uma expressão mais contida. A partir dos anos de 1990, a cultura do consumo em massa do capitalismo ganhou espaço entre os jovens, que expressavam o apoio ao consumo de produtos industrializados por meio de músicas, ritmos e danças. Nas décadas subsequentes, de fato, os jovens foram alvo do consumo globalizado, se expressando em individual e coletivamente essas identidades específicas, buscando definir seu espaço dentro do cenário social.

Com esta tamanha diversidade que abrange o constructo juventude, entendemos que é uma categoria social heterogênea, que necessita de contínua decifração. Como afirma Diógenes (2008), vimos que a juventude é uma invenção moderna, que ganhou contornos bem nítidos apenas no início do século XX, e passa a ser um terreno de constante transformação. Assim, o termo adolescente tornou-se diretamente ligado às questões etárias, não abrangendo a complexidade que é esta fase da vida.

Por isso, nesta pesquisa optou-se pelo termo juventudes, ao compreender que esta é uma fase da vida complexa, permeada de transformações biológicas, psíquicas, sociais e culturais. Como afirma Fialho (2015, p. 23),

Nessa perspectiva, as juventudes devem ser consideradas como categorias heterogêneas, repletas de multiplicidades, que precisam ser compreendidas nas suas singularidades, abandonando a ideia de um processo de desenvolvimento retilíneo e universal com cultura homogênea, concebendo-as como uma elaboração que varia conforme a época e as condições políticas, sociais e culturais vivenciadas.

A partir deste entendimento, as juventudes brasileiras se configuram atualmente um campo de investimento das políticas públicas em diversas áreas, seja educação, trabalho e renda, educação, cultura, saúde, etc. O jovem no Brasil, durante muitas décadas, foi tratado

apenas como um problema social, tendo, inclusive, ações públicas direcionadas para coibição de infrações e delinquências.

As políticas públicas para juventude brasileira durante anos retrataram este público como mini adultos, os quais necessitavam de ações coercitivas de punição para os “menores de idade”, a fim de transformá-los, passando de indivíduos vadios e delinquentes a produtivos e úteis para a economia do país (FIALHO, 2014). Desta maneira, as iniciativas por parte do poder público se concentravam nos reformatórios, orfanatos e escolas correcionais direcionadas a menores abandonados, fruto da exclusão social que crescia latentemente no período industrial.

O emprego de crianças e jovens no âmbito fabril ocorria de forma exploratória, em condições subumanas, gerando fadiga, doenças, acidentes, aliados à falta de escolas e espaços de lazer e sociabilidade, fazendo com que grande parte destes indivíduos ficasse pela rua dos centros urbanos em busca de sobrevivência. Assim, a pobreza e o descaso do Estado para com a população infanto juvenil agravava ainda mais a situação, o que muitas vezes gerava o envolvimento destes com ações ilícitas. As ações governamentais então vinham para punir esses indivíduos, e não proteger e promover essa frágil fase da vida.

Em 1927, foi publicado o Código de Menores, que teve sua segunda versão no ano de 1979, e se apresentava como legislação de proteção e assistência ao menor abandonado delinquente, mas que, de fato, detinha caráter discriminatório por associar a pobreza à delinquência, não considerando as reais causas da desigualdade social em que estavam inseridos estes indivíduos (FIALHO, 2014).

Desta forma, percebemos que o Brasil lentamente foi se adequando a uma nova visão mundial sobre juventude que surgia, não apenas direcionadas aos jovens infratores, mas também às diversas juventudes que compunham a sociedade brasileira. No cenário internacional, a ONU aprovou em 1965 a “Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos”, fazendo com que a preocupação com os jovens e sua inclusão na sociedade apontasse.

Apenas 20 anos depois, as organizações internacionais retomaram a temática da juventude e declararam 1985 o Ano Internacional da Juventude - participação, desenvolvimento e paz, estimulando a elaboração do “Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e além”, feito em 1995. Inicialmente, o programa apontou iniciativas em dez áreas prioritárias: Educação, Emprego, Fome e Pobreza, Saúde, Meio

Ambiente, Drogas, Delinquência Juvenil, Atividades de Tempo Livre, Gênero e a Participação Efetiva dos Jovens na Vida Social e nos Processos de Tomada de Decisão. Também vale destacar, que entre os anos 1991 e 1996, a ONU promoveu o primeiro e segundo Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas (CLEMENTINO, 2009).

No Brasil, como já foi mencionado nos subitens anteriores, o final da década de 1980 foi marcado demasiadamente pelos movimentos populares reivindicando direitos civis e sociais a todos os seguimentos populacionais. A Carta Magna brasileira, aprovada em 1988, menciona em seu texto, que são assegurados direitos sociais de educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, proteção aos cidadãos, inclusive ao público infante juvenil. Em seu artigo 227, a Constituição deixa claro que:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

Apesar disso, ainda se fazia necessário uma legislação que apontasse especificamente sobre a criança e o adolescente, garantindo a sua prioridade no atendimento por parte do Estado e da sociedade. Desta forma, em 13 de julho de 1990, foi aprovada a lei nº8.069, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no qual vinha legislar sobre direitos e deveres do público infante juvenil.

Inspirado na Convenção dos Direitos da Criança de 1989, e em outras leis universais, o ECA se destaca como um grande avanço na legislação brasileira, por colocar a criança e o adolescente como sujeito de direitos, digno de proteção por parte do Estado, da sociedade e da família, além de ter prioridade nos atendimentos. O estatuto vem então superar a lógica do Código de menores e das instituições de caridade que legitimavam o binômio “compaixão – repressão”, passando, de fato a considerar a criança e o adolescente como cidadão dotado de direitos exigíveis e contemplados em lei. O estatuto também vem a definir etariamente criança e adolescente, como pessoas até 12 anos, e entre 12 a 18 anos, respectivamente.

Apesar de todo avanço na legislação de proteção à infância e juventude, percebemos que, ao longo dos últimos 20 anos, as políticas públicas que visam a garantia de direitos desses sujeitos não têm contido as desigualdades e contingências sociais que afligem

a este público. Esta faixa etária da vida está constantemente descoberta de proteção por parte do Estado, e conseqüentemente por arte da família, no que tange à educação, alimentação, lazer de qualidade, gerando uma geração à margem da sociedade e tornando-se um problema social. Além disso, este estatuto não abrange os jovens que estão fora da sua área de cobertura, acima de 19 anos, fazendo-se necessárias políticas públicas que ampliem o atendimento às pessoas que estão saindo da adolescência e ainda não ingressaram na vida adulta.

Assim, entre os anos 1995 e 2002, foram elaboradas e desenvolvidas iniciativas públicas no campo da juventude através de planos locais e regionais, ainda muito direcionadas a problemas que atingiram os jovens: violência, consumo e tráfico de drogas, por exemplo. Estas iniciativas reforçam uma visão estigmatizada do jovem como um problema social, inerente à condição de risco e vulnerabilidade social.

Estas iniciativas públicas estavam direcionadas para programas esportivos e culturais, voltadas para rapazes ociosos e meninas que ainda não tinham engravidado, ambos de periferia (CLEMENTINO, 2009). Percebe-se a fragilização dessas ações na qual não contemplam as juventudes em sua amplitude e heterogeneidade, sendo ações focalizadas e estigmatizadas.

Durante este período, não houve políticas públicas nacionais para as juventudes, porém ocorreram alguns momentos importantes que foram importantes para a construção deste escopo. Em 1995 houve o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude; em 1997, o governo federal criou uma assessoria de juventude vinculada ao gabinete do Ministro da Educação e ainda a criação de um departamento de pesquisa específico para juventude por parte da UNESCO no Brasil; em 1998, foi realizado o I Festival Nacional de Juventude, em Brasília, promovido pelo Governo do Distrito Federal; em 2002 e 2003, foram criados os Observatórios de Juventude nas Universidades Federal Fluminense - UFF e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, respectivamente; também, no ano de 2002, uma grande diversidade de organizações e movimentos de juventude se reuniu no Rio de Janeiro a partir da convocação da Organização Brasileira de Juventude – OBJ e, com base nos consensos internacionais, aprovaram uma carta comum chamada de “Agenda Jovem 2002”. Toda esta mobilização social ao longo de anos fez com que os candidatos às eleições presidenciais elaborassem propostas de políticas públicas para as juventudes brasileiras (CLEMENTINO, 2009).

Podemos observar que, até a década de 1990, o jovem não estava contemplado em sua plenitude nas ações governamentais direcionadas a ele. Como afirma os autores:

Dessa maneira, no fim do século XX, uma vez mais, a *juventude* – como segmento etário específico caracterizado pela sua transitoriedade – não encontrava seu lugar tanto no âmbito das políticas de proteção social quanto entre aquelas que visavam à transferência de renda. Ou seja, como segmento populacional, com questões específicas de exclusão e inclusão social, os jovens continuavam invisíveis. Assim, reinserção escolar e capacitação para trabalho eram vistos como antídotos à violência e à fragmentação social, e não como direitos dos jovens. Ou seja, como segmento populacional, com questões específicas de exclusão e inclusão social, os jovens continuavam invisíveis. Assim, reinserção escolar e capacitação para trabalho eram vistos como antídotos à violência e à fragmentação social, e não como direitos dos jovens (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p.16).

Assim, a partir dos anos 2000, as políticas públicas de juventude no Brasil começaram a ter corpo e direcionamento específico a este segmento. Em 2004, foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude junto à Câmara dos deputados, que gerou conferências estaduais, e em seguida, a Conferência Nacional de Juventude. Como resultado, a conferência apresentou subsídios e diretrizes para a formulação do Plano Nacional de Juventude, contendo metas estabelecidas para os próximos dez anos, além da elaboração do Estatuto da Juventude.

Entre os anos 2003 a 2005, ocorreram diversos fóruns e movimentos de participação juvenil para a formulação dessa agenda pública governamental. Estas iniciativas buscavam tornar as ações governamentais para juventudes em políticas públicas de Estado, garantindo os direitos da população jovem constantemente. Em 2004 também se desenvolveram grupos de trabalho interministerial a fim de contribuir com a elaboração da Política Nacional de Juventude.

Finalmente em 2005, o governo federal vigente apresentou suas propostas para este seguimento: Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, além de diversos programas sociais.

A Secretaria Nacional de Juventude, hoje vinculada à Secretaria - Geral da Presidência da República, passou a ser a organização do governo responsável por integrar as ações que tenham como foco os jovens, bem como estabelecer a interlocução com a sociedade civil e com os Ministérios e demais secretarias. O CONJUVE vem com a proposta de estabelecer as diretrizes da política nacional de juventude, a partir do diálogo entre a sociedade civil e o governo.

Neste período foram criados diversos programas e projetos do governo federal direcionados à população juvenil, como o Projeto Agente Jovem, Programa Brasil

Alfabetizado, Programa Cultura Viva, Programa Universidade para todos – PROUNI, dentre outros<sup>17</sup>. Destacamos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, que foi o principal programa para os jovens deste período, e buscava incluir jovens de 15 a 24 anos com estudos incompletos e fora do mercado de trabalho formal através de uma metodologia profissionalizante, além da concessão de uma bolsa em dinheiro para auxiliar nas despesas.

Além disso, também no ano de 2006, foi lançado um documento denominado de Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas, direcionado pelo CONJUVE e pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. Este foi primeiro documento oficial que usava estes termos, e era fruto dos debates iniciais dos atores políticos para a implementação de uma agenda pública, de emendas que se tornariam ações efetivas da SNJ.

Em 2007, o governo federal reformulou o PROJOVEM, passando a ter quatro modalidades: urbano, campo, trabalhador e adolescente. Este programa ganhou investimento do governo federal no valor de R\$5 bilhões e passou a integrar o Plano Pluri Anual do Governo. Apesar desses programas para os jovens serem considerados verdadeiros avanços, podemos perceber que grande parte dessas iniciativas estão no âmbito da escolarização e profissionalização desse jovem brasileiro, direcionando-o ao mercado de trabalho. Como afirma os autores Barreiro e Malfitano (2014),

Os projetos e programas que estavam em execução naquele período marcaram uma não linearidade em suas proposições, uma vez que surgiram de ações isoladas de diversos Ministérios. Não constituíam um traçado metodológico unificado, caracterizando-se mais como um conjunto de projetos, com diferenças ideológicas, do que como uma política pública (BARREIRO, MALFITANO, 2014, p. 15).

Em 2008, houve a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, tendo como objetivo ampliar o diálogo e debate com os jovens acerca das políticas de juventude e, ao final, foram indicadas setenta resoluções e vinte e duas prioridades aprovadas pelos delegados presentes, na etapa nacional em Brasília, para serem encampadas pelo Governo Federal (CLEMENTE, 2009).

Três anos após esse momento, em 2011, ocorreu a II Conferência Nacional de Juventude, como o tema: “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil!”. Além disso, o governo federal assumiu o compromisso de manter os programas e projetos já existentes voltados aos jovens, e houve ainda a oferta de novas iniciativas, como o Programa Estação

---

17 Para mais informações sobre cada um desses programas, consultar o Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

Viva, que visa ampliar o acesso ao jovem, ofertando tecnologias sócias para o desenvolvimento de locais permanentes para a juventude (BARREIRO, MALFITANO, 2014).

Uma grande conquista deste período, dentre o leque de iniciativas para a juventude, foi em 2013, ao lançar o Estatuto da Juventude, tendo por objetivo instituir direitos de jovens através de princípios e diretrizes da Política Nacional de Juventude e da criação do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE (BRASIL, 2013).

Como inovação, o SINAJUVE tem as delimitações de competências dentro do Estatuto no que tange aos entes federados, União, estados e municípios. Como competência da União, destacamos a elaboração do Plano Nacional de Políticas de Juventude, além da convocação e realização de eleição para o Conselho Nacional de Juventude e as Conferências. Também estão no corpo do Estatuto os objetivos e atribuições dos conselheiros de juventude dentro dos conselhos nacionais, estaduais e municipais.

O Estatuto da Juventude traz como princípios a garantia de direitos universais, direito à autonomia e emancipação, à promoção de uma vida segura por uma cultura de paz, dentre outros. Além disso, orienta que as ações para as juventudes devam seguir as diretrizes propostas, como a participação juvenil, a intersetorialidade entre as políticas estruturais, a promoção do território como espaço de promoção e outras.

Ele dispõe de direitos de diversos âmbitos para as juventudes brasileiras, buscando abrangê-las em sua diversidade e heterogeneidade, nas áreas de participação social, cidadania, educação, profissionalização, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação, lazer, território e mobilidade, segurança pública e pleno acesso à justiça (BRASIL, 2013). O Estatuto de fato trouxe uma amplitude na abrangência dos direitos dos jovens em diversos âmbitos, porém, é salutar pensarmos que uma temática extremamente importante, que é a segurança alimentar e nutricional, ficou de fora das garantias asseguradas pelo Estatuto.

Os jovens, assim como as crianças e os adolescentes, são os mais prejudicados com a falta de mecanismos do Estado que garantam a eles o acesso a uma alimentação de qualidade, e em quantidade suficiente para seu desenvolvimento. Percebemos que esta parte da população é atingida pelas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional de forma genérica, não respeitando as necessidades deste público em pleno desenvolvimento biopsíquico e social. Além disso, aqueles que convivem à sombra da fome e da pobreza se

tornam ainda mais vulneráveis socialmente, tendo seus direitos básicos negados em meio à luta pela sobrevivência.

A partir destas reflexões, iremos nos aprofundar nas discussões sobre a problemática da fome e da pobreza, sempre tendo como foco as políticas públicas brasileiras que vem se configurando no cenário atual.

### 3.2 FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM TERRAS BRASILEIRAS

*Metade da humanidade não come;  
e a outra metade não dorme, com medo da que não come  
(JOSUÉ DE CASTRO, 1980).*

Abordar a temática da fome e desnutrição implica uma análise crítica aprofundada, principalmente no que tange as ações governamentais implementadas por intermédio das políticas públicas que visam assegurar o direito humano a alimentação adequada como direito inerente à pessoa humana.

As ações governamentais no Brasil, que abordavam a temática da alimentação datam seu início de 1930, período em que as iniciativas estavam direcionadas para a visão de distribuição de alimentos, ideia que perdurou por décadas. Somente por volta de 1960, as ações públicas passaram a ser de estocagem e distribuição de alimentos, e depois, na década de 1970, houve maiores incentivos às produções da agroindústria, da gestão direta das estruturas de comercialização e na regulação do mercado.

Foi, no entanto na década de 1980, que houve um verdadeiro desmonte das políticas agrícolas. E, nos anos 1990, se vivenciou dois momentos importantes. O primeiro se configurou com a intensa mobilização social em torno da temática do combate à fome e à miséria, e o segundo momento caracterizou-se pelo desmonte das estruturas anteriores e substituição por políticas focalizadas de articulação com as comunidades, através de entidades filantrópicas e fornecimento de programas de transferência de renda mínima.

Em decorrência da mobilização social e amadurecimento das discussões políticas em torno miséria e seus desdobramentos, o início do século XX no Brasil foi marcado por crescente efusão das políticas públicas de alimentação e nutrição, destacando a luta pela consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN, a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN, da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, da Política Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional – PNSAN, além de programas e projetos de outras áreas que contribuem para a efetivação do direito humano à alimentação adequada de milhões de brasileiros.

A temática da fome no Brasil, apesar de se tornar um problema reconhecido publicamente apenas em tempos recentes, foi registrada entre a população brasileira desde o período colonial. O autor Gilberto Freire, em seu clássico literário *Casa Grande e Senzala* (2006), relata que a alimentação no período colonial já era escassa no Brasil, sendo considerada terra de alimentação incerta e vida difícil.

Freire (2006), descreve que a monocultura era a atividade econômica predominante, que os senhores feudais eram grandemente endividados e os preços dos alimentos de necessidade primária angustiavam a população, além das variações climáticas que assolavam as propriedades com secas e enchentes. “A deficiência pela qualidade e pela quantidade era sentido desde o primeiro século, o estado de parcimônia alimentar em grande parte da população. Parcimônia às vezes disfarçada pela ilusão da fartura que dá a farinha de mandioca intumescida pela água” (FREYRE, 2006, p.105).

Apesar da escassez de alimentos nesse período, os escravos nas senzalas tinham refeições oriundas das sobras que vinham da casa dos senhores, compostas por milho, toucinho, feijão e farinha, e assim, frente ao trabalho árduo que lhe era exigido, essas iguarias tornavam-se uma verdadeira abundância.

Na primeira metade do século XX, o médico Josué de Castro lança sua obra épica “Geografia da Fome”, e a partir desta publicação, passa a ser denunciada mais enfaticamente a fome no Brasil, que até então era tida como um tema “proibido”, por afrontar interesses morais, políticos e econômicos. Em seus escritos, Castro (2003), desenvolve uma análise dos hábitos alimentares da população a partir de seus grupos sociais e das regiões geográficas, buscando descobrir as causas da fome, sejam elas naturais e/ou sociais.

Esse processo de mapeamento da fome no país clareou a trágica situação da fome, contrapondo-se ao argumento usual que a atribuída, exclusivamente, a fenômenos naturais, sem considerar as questões sociais e econômicas. O autor iniciou seus estudos nos alagados da cidade de Recife, os mangues do rio Capibaribe, onde ele cresceu e conviveu com a miséria bem de perto. Ele comparava a vida dos habitantes do mangue – homens e caranguejos - no qual se assemelhavam na luta pela sobrevivência na busca por sua

alimentação. Assim, a fome se apresenta como uma calamidade social que assola e escraviza grande parte da sociedade por está excluída de um direito fundamental, a alimentação.

E quando cresci e saí pelo mundo afora, vendo outras paisagens, me apercebi com nova surpresa que o que eu pensava ser um fenômeno local, um drama do meu bairro, era um drama universal. Que a paisagem humana dos mangues se reproduzia no mundo inteiro. Que aqueles personagens da lama do Recife eram idênticos aos personagens de inúmeras outras áreas do mundo, assoladas pela fome (CASTRO, 2003, p. 37).

Castro explica em suas obras que as causas da fome não estão interligadas com a expansão demográfica no mundo e a baixa produção de alimentos, já que a fome assola a humanidade muito antes da superpopulação do planeta, em especial, nos períodos pós-grandes guerras.

Esse fenômeno, que dizimava as populações do Terceiro Mundo, era escamoteado, era abafado, era escondido (CASTRO, 2003). A massa populacional que sofre com a fome é a mesma que está sucumbida à desigualdade social e econômica, colocados à margem do poder de compra e consumo dos alimentos. Segundo Castro (2003), a fome de alimentos faz parte das ações instintivas primárias do homem, porém se torna tabu dentro dessa sociedade racionalista que exige que a razão se sobreponha aos instintos da conduta humana. Assim, a fome é desvelada não como um fenômeno de expressão puramente regional, limitado à determinadas zonas do mundo, e sim, um fenômeno geograficamente universal, cuja sua ação nefasta nenhum continente escapa.

Há duas formas de morrer de fome: não comendo nada ou comendo de forma errada. Na primeira forma, o indivíduo pode vir a falecer a partir do definhamento vertiginoso causado pela falta do alimento, já na segunda, a morte pode atingi-lo pela falta de uma alimentação adequada e entrar num regime de carências ou deficiências específicas. Tais modos de restrição alimentar reverberam, primeiramente, a fome momentânea, parcial, caracterizada pela vontade momentânea de comer, na qual sentimos que não sendo sanada se transforma em fome aguda, crônica. Esta, ainda mais grave, se traduz por um processo paulatino, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo (CASTRO, 2003).

Monteiro (2003), colabora com discussão da temática diferenciando a fome aguda da fome crônica. A fome aguda é aquela equivalente à urgência de se alimentar, um grande apetite momentâneo, já a fome crônica se configura de forma permanente, “ocorre quando a

alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o exercício de suas atividades cotidianas” (MONTEIRO, 2003, p.3).

Em sua literatura é possível perceber que o Castro (2003), busca sugerir maneiras de solucionar o problema da fome no mundo, colocando em cheque alguns teóricos que abordam este tema como algo fatídico e determinado em si. Apesar de seus escritos datarem do século passado, ainda são bastante pertinentes ante a realidade hoje posta, pois o autor considera a fome como um fator consequente das relações desiguais inerentes a sociedade capitalista, contrariando a versão de que a fome se dá pela falta da produção de alimentos no planeta.

Assim, não são os obstáculos naturais – nem o solo, nem o clima – que tornam esta tarefa difícil, como tampouco são os fatores de natureza geográfica que produzem geralmente as fomes. Em geral, são fatores sociais, consequência de estruturas econômicas defeituosas (CASTRO, 2003, p. 84).

Ao explicitar que as causas da fome estão relacionadas às desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista, infere que a acumulação de riquezas se restringe a poucos, formando bolsões de miseráveis com sua expressão máxima que é a fome (NUNES, 2011).

Alguns teóricos fazem a diferenciação entre desnutrição e fome, abordando a desnutrição ou as deficiências nutricionais como “doenças que decorre do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou ainda do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos” (MONTEIRO, 2003, p.9).

Castro (2003), apontou a desnutrição como a fome aguda, já Maluf (2009, apud NUNES, 2011), a define a partir dos sinais clínicos que são provenientes da falta de nutrientes, ou ainda das más condições de higiene e de doenças que comprometam o aproveitamento biológico dos alimentos.

Tanto a fome como a desnutrição são aspectos diferenciados do mesmo problema. Não se pode reduzir a fome apenas à sua dimensão estritamente nutricional, pois assim, seria limitar o ser humano a sua condição biológica. Também não podemos condicionar a fome a uma única dimensão econômica, pois “representa submeter integralmente o processo alimentar às leis do mercado onde o alimento é mercadoria e o homem, consumidor, quando tem condições de compra” (VALENTE, 2003, p. 57).

Como podemos perceber, a fome é um aporte de difícil definição, pois a questão alimentar não pode ser olhada apenas por uma perspectiva, seja ela na dimensão econômica de acesso à renda, dimensão alimentar da disponibilidade de alimentos ou dimensão biológica, considerando o estado nutricional. Como afirma Valente (2003, p. 56),

[...] a fome e a alimentação, dentro de uma perspectiva de direitos humanos, são facetas de um fenômeno muito mais amplo do que isto. Elas incorporam dimensões relacionadas a diferentes necessidades históricas, culturais, psicológicas e espirituais dos seres humanos, incluindo a questão básica da dignidade.

Defende-se que a fome humana não deve ser mensurada apenas a partir de indicadores de disponibilidade de alimentos no mercado, ou no domicílio, ou dos gastos familiares com alimentos, de inquéritos de consumo alimentar, ou mesmo de indicadores de estado nutricional, sejam eles diretos ou indiretos. A fome dificilmente será mensurada nesses índices, pois ela se configura com facetas fortemente subjetivas (VALENTE, 2003).

Mesmo com as atuais iniciativas governamentais nos mais variados países visando combater a fome, ainda existem 805 milhões de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional no mundo, ou seja, uma em cada nove pessoas não tem mantimentos suficientes para sobreviver (FAO, 2014). Tal número é inaceitável e nos permite perceber a desigualdade de desenvolvimento econômico e social que existe entre alguns países ao redor do mundo.

É pertinente diferenciar as situações de insegurança alimentar e nutricional da fome propriamente dita, já que ambas convivem próximo, porém se distinguem entre si. O estado mais agravado de insegurança alimentar e nutricional é a fome, porém pode ser percebido em diferentes graus e dimensões (BURITY, 2010). Esta se pode manifestar em duas formas: a insegurança alimentar relativa, na qual é manifestada pelo comprometimento da qualidade da alimentação (variedade e qualidade sanitária dos alimentos); e insegurança alimentar absoluta, cuja situação em que o indivíduo ou família passam por períodos concretos de restrição na disponibilidade de alimentos para consumo.

Foram citadas acima situações de insegurança alimentar que envolve aspectos físicos, que afetam diretamente as funções biológicas do homem. Porém a insegurança alimentar também desenvolve aspectos psicológicos, nos quais são manifestados através de ansiedade, medo, depressão, dentre outros. Isso ocorre a partir da “preocupação de uma pessoa ou de uma família com a falta do alimento de forma regular, ou seja, que o alimento acabe antes que haja condições ou dinheiro para produzir ou comprar mais alimentos” (BURITY, 2010, p. 26).

A insegurança alimentar possui diversas facetas, que, apesar de diferentes, são bastante graves. Como afirmam Silva e Takagi:

Engloba aqueles que comem pouco por falta de renda; os que comem inadequadamente porque não ingerem os nutrientes necessários para uma vida saudável, embora possam até ingerir a quantidade necessária de calorias e proteínas (muitos, especialmente crianças, podem ter doenças associadas que impedem a absorção de nutrientes); e também os que comem demasiadamente, necessitando de uma reeducação alimentar (SILVA e TAKAGI, 2004, p. 44).

Assim, quaisquer que sejam as formas de se manifestar a insegurança alimentar no cotidiano de uma família ou indivíduo, todas violam o direito humano à alimentação adequada, constatando-se a falta de responsabilidade do Estado em assegurar este direito. Para a superação da problemática da fome, entendemos que apenas em uma sociedade que supere a lógica do capital e busque relações mais justas e igualitárias isso ocorrerá.

Faz-se necessário um novo modelo socioeconômico que rompa com as desigualdades sociais. Enquanto não ocorre este rompimento, o Estado e a sociedade civil tem se articulado e buscado construir mecanismos de combate à fome. Destacamos que ao longo dos anos, as ações públicas com este direcionamento passam a garantir e viabilizar o direito humano à alimentação adequada, indo de encontro às ações pontuais e clientelistas, fundadas no ranço da benesse e da caridade, de doações de alimentos em troca de apadrinhamento político.

No próximo tópico nos deteremos a conhecer um pouco mais sobre as iniciativas públicas, sejam elas por parte do governo ou por parte da sociedade civil, a fim de garantir o direito humano à alimentação adequada e principalmente, erradicar a fome no Brasil.

### **3.2.1 Do problema social à agenda pública: fome e segurança alimentar e nutricional**

A luta contra a fome e o desenvolvimento de um conceito do estado de segurança alimentar e nutricional passaram como grandes desafios dentro da sociedade civil e nas agendas públicas dos governos contemporâneos. Tais iniciativas partiram da Europa após a 1ª Guerra Mundial e buscavam a soberania alimentar, conceito este que estava vinculado à capacidade de um país produzir sua própria alimentação, com a preocupação de garantir estoques de alimentos visando a mínima sobrevivência das populações atingidas por guerras, desastres naturais e calamidades (PINHEIRO, 2008).

No Brasil, não ocorreu de forma diferente aos demais países do mundo, a fome foi por muitos anos um assunto intocável e passava longe das rodas de discussão política. A partir da década de 1930 iniciaram as ações governamentais de combate à fome no Brasil, durante o

governo de Getúlio Vargas. Pinheiro (2008, p. 2), afirma que “de 1930 a 1963, período em que o país iniciava o seu processo de urbanização e industrialização, o perfil epidemiológico nutricional brasileiro caracterizava-se, sobretudo, pela elevada ocorrência das doenças nutricionais, relacionadas à miséria, à pobreza, à exclusão social e ao atraso econômico”.

No período pós 2ª Guerra Mundial, o mundo foi impactado com os escritos do médico brasileiro Josué de Castro, os quais foram decisivos para a consolidação de um movimento internacional de luta pela garantia segurança alimentar e nutricional. Sua influência extrapolou a realidade brasileira e exerceu um papel de destaque na criação da Organização para a Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas (FAO<sup>18</sup>/ONU). Ele defendia que a fome e suas sequelas orgânicas tinham carácter intrinsecamente político e social, cobrando soluções também de cunho social para a questão (VALENTE,2002).

Ante esse destaque de Josué de Castro, o governo brasileiro buscou inserir em sua agenda pública o combate à fome. Entre os anos 1937 a 1945, iniciativas do poder público ocorreram como a instituição do salário mínimo, a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS e da Comissão Nacional de Alimentação –CNA, inaugurando um conjunto de políticas sociais vinculadas a temática da alimentação e nutrição.

O SASP tinha finalidade de assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, que tinham como público alvo os trabalhadores assegurados pela Previdência Social lotados nos centros urbanos industriais (NUNES, 2011). Sua atuação se deu entre os anos de 1940 e 1967 através da implantação de restaurantes populares voltados para o fornecimento de refeições saudáveis a preço acessível aos trabalhadores, e atividades de educação alimentar buscando melhorar o estado nutricional dos trabalhadores (PINHEIRO, 2008).

Já o CNA foi instituído em 1945 e objetivava estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação e a partir deles propor normas da política de alimentação. Estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde e seu público alvo eram os

---

<sup>18</sup> FAO é a sigla de “FoodandAgricultureOrganizacion of the United Nations”, que em tradução para a língua portuguesa entende-se como “Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação”, instituição criada pela ONU em 1948 para debater e direcionar ações de combate à fome e estímulo à agricultura no mundo.

grupos maternos infantis, escolares e trabalhadores, ocorrendo suas atividades de assistência alimentar e nutricional até o ano de 1972.

Destacamos ainda a criação em 1954 do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, voltado para melhoraria das condições nutricionais com vistas a reverberar na capacidade de aprendizagem, para reduzir o índice de absenteísmo, repetência e evasão escolar, aumentando a resistência às doenças e contribuindo para a melhoria dos hábitos alimentares. Este programa está em funcionamento até os dias atuais, e contou com um grande avanço, recentemente aprovado, que designa sobre o atendimento da alimentação escolar, instituindo que esta deve ter 30% de seus alimentos oriundos da agricultura familiar.

A década de 1940 foi caracterizada por ser um período de avanço no tocante a segurança alimentar e nutricional, inclusive, a origem do significado deste constructo já discutido no tópico 3.2.1, foi deste período. Conceito que inicialmente estava ligado à necessidade de cada país suprir a necessidade de produção e oferta de alimentos para seus habitantes através de políticas específicas (VALENTE, 2002). O movimento em prol da segurança alimentar e nutricional ocorreu durante o processo de criação da Organização para a Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas (FAO/ONU) e dos organismos financeiros internacionais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Gatt.

Ainda nesta década foi promulgada a Declaração Universal de Direitos Humanos, iniciada juridicamente em 1949 e finalizada em 1966, na qual assevera o direito à alimentação adequada como inerente ao ser humano. A referida Declaração ainda possibilitou a edição do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais- PIDESC, o qual estabelece maiores detalhes acerca dos direitos previamente estabelecidos. Como afirma Nunes (2011, p. 88),

Depreende-se que tanto na Declaração dos Direitos Humanos como na inicial conceituação de segurança alimentar pela FAO ocorrem as primeiras iniciativas de estabelecer um sistema de proteção alimentar a nível internacional e nacional a fim de assegurar a todos condições de acesso a alimentos básicos, garantindo mecanismos necessários à sobrevivência dos seres humanos.

O conceito de segurança alimentar e nutricional se amplia na década de 1970, indo de encontro à crise de escassez de 1972 e a I Conferência Mundial de Alimentação de 1974. Neste período, houve uma forte associação do conceito de segurança alimentar e nutricional a uma política de manutenção de estoques nacionais de alimentos, adquirindo

“uma visão produtivista e neomalthusiana. Passava a ser uma questão de produção de alimento, e não de direito humano aos alimentos” (VALENTE, 2002, p. 41).

A discussão efervescente da década de 1970 girava em torno da escassez de alimentos em meio a desastres ambientais nos países. Iniciou-se a chamada Revolução Verde, com a proposta de ampliar a produção mundial de alimentos, por intermédio da utilização de novas tecnologias, incluindo a absorção de tecnologias e técnicas modernas de produção agrícola, as quais elevaram significativamente os rendimentos dos cultivos e a oferta de alimentos (NUNES 2011).

Apesar de serem considerados um avanço e ter sido um dos fatores que promoveram a superação da escassez de alimentos no mundo, as consequências da Revolução Verde afetam o mundo até os dias atuais, pois a tecnologia através de supermáquinas no campo causou o acirramento do desemprego no campo, fazendo com que muitas famílias rurais vivenciassem o fenômeno do êxodo rural. Além disso, esta forma de produção agrícola favorece os agronegócios, deixando os agricultores familiares em situação desleal de concorrência ante as exigências do mercado.

Podemos citar também como consequência da Revolução Verde o uso indiscriminado de agrotóxico a fim de evitar a perda da produção de alimentos a qualquer custo. Desta forma, as populações passaram a ingerir esses agrotóxicos que vinham contidos nos alimentos, provocando diversas doenças e males futuros. Além disso, neste período também iniciou uma onda de baixo crescimento econômico e problemas inflacionários, provocando uma ruptura na garantia dos direitos socialmente conquistados. No Brasil, este cenário provocou uma crise financeira no setor previdenciário que pôs fim aos últimos 30 anos gloriosos em crescimento econômico e garantia de direitos.

Em 1972, durante o governo Médici, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN que veio a substituir o CNA. O Instituto objetivava coordenar a política nacional de alimentação, além de elaborar e propor o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e funcionar como um órgão central de articulação das ações de alimentação e nutrição. Seus programas estavam direcionados às populações em insegurança alimentar e nutricional e grupos específicos considerados de risco, ou seja, gestantes, crianças e nutrízes, e ainda, trabalhadores inseridos no mercado formal (PINHEIRO, 2008).

Destacam-se dois programas gerenciados pelo INAN, nos quais ainda permanecem em funcionamento até os dias atuais: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa Nacional de Alimentação do Trabalhador – PAT. O PNAE, que, como foi supracitado, está direcionado para a alimentação saudável dentro das escolas. Já o Programa Nacional de Alimentação do Trabalhador foi criado em 1976, durante o governo Geisel, com o objetivo de proporcionar facilidades para a alimentação dos trabalhadores de baixa renda, visando melhorar as condições de saúde do trabalhador, aumentar a produtividade no trabalho e reduzir os índices de absenteísmo e de acidentes de trabalho.

Nesse contexto, as propostas de combate à fome e à desnutrição voltadas para a população de baixa renda aconteciam através de programas focalizados, e tinham seus objetivos intrinsecamente ligados aos objetivos ideológicos e econômicos da acumulação capitalista. Muitos desses programas não respeitavam o que preconiza a soberania alimentar e a cultura de cada país, ofertando, por exemplo, alimentos industrializados que favoreçam a padronização de hábitos alimentares e o lucro do mercado. Assim, esses programas de doação de alimentos não ocorriam com base no consumo de alimentos locais buscando um desenvolvimento sustentável, e sim, a partir do escoamento do excedente da produção alimentícia que não havia sido consumida como mercadoria pelo mercado nos países centrais, tornando-se doação para os países periféricos.

Do ponto de vista ideológico, tais programas ainda desempenhavam a função de utilização do alimento como arma de dominação sobre os países dependentes. Esta estratégia, além de aprofundar a exploração, ainda cumpria com os objetivos políticos de atenuar e desestimular os movimentos sociais de caráter socialista (PINHEIRO, 2008, p. 4).

A década de 1980 foi um marco na história do Brasil, pois o processo sociohistórico de ditadura militar em que estava emerso o país, impulsionou a organização e mobilização dos movimentos sociais que clamavam pela redemocratização. O enfraquecimento da organização militar e o fortalecimento da sociedade civil organizada culminaram no fim do período ditatorial brasileiro.

Como marco desse momento, a Constituição Federal de 1988 veio buscar garantir direitos básicos e universais de cidadania, porém, apesar das garantias instituídas, a área da alimentação e nutrição foi marcada pela falta de previsão de suporte orçamentário e carência de estrutura técnica no governo ao longo da próxima década. Perceberemos na análise dos anos que se seguem a este fato que as ações de segurança alimentar e nutricional ocorreram a

partir do entendimento de cada governo que se erguerá, por não ter previsão legal dentro das legislações vigentes.

A primeira referência ao conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil em um documento oficial, surgindo do Ministério da Agricultura, datou o final de 1985. Como afirma Valente (2002, p. 45),

Àquela época foi elaborada uma proposta de ‘Política Nacional de Segurança Alimentar’ para atender às necessidades alimentares da população e atingir a autosuficiência nacional na produção de alimentos, incluindo a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar dirigido pelo Presidente da República e composto por ministros de Estado e representantes da sociedade civil. Plantava-se a semente.

Podemos perceber que esse conceito insipiente de segurança alimentar e nutricional aborda a preocupação da garantia do acesso aos alimentos por toda parte da população, bem como, assegurar a produção desses alimentos oriundos das plantações do país, sem depender de outros fornecedores internacionais. Com o passar dos anos, este conceito foi aprimorado e acrescido de outros valores, como veremos mais adiante.

Em 1986 ocorreu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, fruto do desdobramento da VIII Conferência Nacional de Saúde, contando com a participação de técnicos e diversos setores da sociedade civil organizada. Desta Conferência partiu a proposta da criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e que fosse formulada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, oficialmente só foi adotada em 1999. Também foi sugerida a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, integrando os três entes da federação por intermédio de conselhos conferências e fóruns, porém estes assuntos foram retomados somente na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2004.

Observamos que este período foi decisivo no rumo da democracia do Brasil, tendo em vista que a garantia de diversos direitos sociais, assim como a alimentação, foi incorporada no texto constitucional neste momento. Apesar de todo esse esforço das classes trabalhadoras, dos movimentos sociais e dos trabalhadores das políticas sociais para uma aprovação abrangente dos direitos sociais na Carta Magna, a mobilização para a efetivação desses direitos através de políticas públicas não se encerra aqui, ao contrário, veremos que este foi só o início.

Faz-se necessário um destaque neste estudo sobre o processo de construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no país depois da Constituição de 1988, pois este momento representava legalmente o retorno da democracia e a garantia da cidadania para muitos brasileiros.

### **3.2.2 A luta continua: a efetivação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil**

A década de 1990, no Brasil, é considerada um marco no âmbito das políticas sociais, porém, não de forma positiva, como estagnação e retrocesso, pois os direitos que deveriam se erguer a partir da redemocratização do país e das garantias conquistadas na Constituição Federal, foram drasticamente negados pelos próximos governos.

Entre os anos 1990 e 1992, o então presidente Fernando Collor assumiu uma postura omissa ante as questões de segurança alimentar, extinguindo programas já existentes. Em 1991, o chamado “governo paralelo”, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), elaborou uma proposta de política nacional de segurança alimentar e nutricional que foi apresentada ao então presidente, que a engavetou (VALENTE,2002).

Após o impeachment do presidente Collor, em 1993, a proposta petista foi reapresentada ao presidente Itamar Franco que a tomou como referência para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Esta conquista foi fruto de articulação e negociação entre o movimento civil, que participou da retirada do Collor do poder, e da equipe de governo do recentemente empossado presidente Itamar Franco.

O CONSEA tinha caráter consultivo e estava ligado à assessoria do Presidente da República, composto por 10 ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil, na época, constituiu-se como uma iniciativa inovadora na busca de soluções para o problema da fome e da miséria no país. Desses 21 componentes do CONSEA, grande parte foi indicada pelo Movimento pela Ética na Política que, após o impeachment do presidente Collor, deu origem a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida destacando-se nacionalmente, com apoio do sociólogo Herbert José de Souza (o Betinho) (PINHEIRO, 2008).

A Ação Cidadania juntamente com o CONSEA foram responsáveis por fazerem com que a segurança alimentar e nutricional entrassem na agenda governamental e se estabelecessem a descentralização da alimentação escolar, ampliação do PAT, distribuição dos estoques públicos de alimentos a populações carentes e a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN (em julho de 1994, que ocorreu em Brasília, com a participação de mais de 2.000 delegados, convidados e observadores). O relatório final da conferência reflete a preocupação do povo brasileiro com a concentração de renda e de terra como um dos principais determinantes da fome e da miséria no país (VALENTE, 2002).

Apesar do relevante avanço na temática da segurança alimentar e nutricional, também ocorreram limitações na execução de políticas sociais devido ao fator econômico. A decisão de tornar a temática da fome como prioridade do governo não foi acompanhada pelo setor econômico que estava sob forte influência das determinações dos organismos internacionais.

A imersão do Brasil no modelo capitalista neoliberal<sup>19</sup> ocorreu a partir dos anos 1990, no qual se buscava a estabilidade financeira através do favorecimento da economia em detrimento às políticas sociais. Assim, iniciou-se uma fase de desmonte nas políticas públicas, em especial, naquelas de cunho social, nas quais o Estado fazia intervenções mínimas, deixando o mercado reger e determinar a condição das ações públicas. Tais iniciativas emergiram no governo de Fernando Collor, tomando mais força no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, empossado em 1995.

O governo de FHC teve como maior foco a estabilização da moeda financeira através do Plano Real, abrindo o mercado brasileiro para o capital internacional, além da privatização de diversos setores governamentais, não priorizando em seu governo o investimento nas políticas sociais do país. A orientação neoliberal do governo FHC já foi sentida em seu primeiro ano de mandato nas ações governamentais de segurança alimentar e nutricional, quando extinguiu o CONSEA, transformando-o em Conselho de Comunidade

---

<sup>19</sup> Segundo Netto e Braz (2010), o neoliberalismo compreende uma concepção de sociedade fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade. A ideologia neoliberal, sustenta-se na diminuição do Estado em suas funções coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Essa diminuição do Estado através do “Estado mínimo”, sendo este mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Valoriza-se ainda nesta corrente o processo de privatização, mediante o qual o Estado entregou o grande capital, para exploração privada e lucrativa, retirando-se do controle estatal de empresas e serviços.

Solidária, tendo como condução o primeiro damismo, e perdendo o foco no tema na segurança alimentar diluindo-se entre outros temas, relacionados com o processo de exclusão econômica e social, fragmentando-se em outros componentes como alimentação e nutrição, questão agrária, geração de emprego e renda, criança, dentre outros (VALENTE,2002).

Apesar disso, não houve total esvaziamento nas discussões em torno da alimentação e nutrição, e dentro do Conselho de Comunidade Solidária criou-se um comitê específico para tratar dessas questões, tendo como uma de suas atribuições preparar, em conjunto com outras instâncias governamentais e não governamentais (Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, Ação da Cidadania, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Saúde), o relatório brasileiro de preparação para a Cúpula Mundial de Alimentação – CMA, realizada em 1996. Este documento abordava a visão de segurança alimentar e nutricional integrada ao direito humano, contanto com a contribuição das proposições do Comitê brasileiro, sendo um marco para essa temática no Brasil.

Em 1998, a sociedade civil avançou em mais um esforço emblemático sobre esta temática, criando o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – FBSAN, que veio como uma resposta ao esfriamento do governo nas iniciativas de segurança alimentar e nutricional, priorizando apenas o ajuste econômico. O Fórum oxigenou a discussão sobre a matéria e fortaleceu as posições defendidas com vigor pela sociedade civil em fóruns internacionais, mesmo quando as opiniões não se harmonizavam com a posição oficial brasileira.

No segundo mandato do presidente FHC, as ações na temática de alimentação e nutrição foram transformadas em Área Técnica, vinculadas ao Ministério da Saúde, sem muita clareza de atuação e com corpo técnico reduzido. Apesar disso, as discussões sobre a temática não foram extintas e em 1998 começou a formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN, sendo aprovada em 1999, integrando a Política Nacional de Saúde. “A PNAN afirma a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como fundamento de suas ações e aponta para a necessidade de criação de uma política abrangente de segurança alimentar e nutricional” (PINHEIRO, 2008, p.7).

O contexto em que aquele governo estava emerso era da busca prioritária da estabilização da economia, inclusive com o lançamento do Plano Real que tinha intenção de valorizar a moeda nacional, fomentar a economia e diminuir as taxas de inflação no país. Nos aprofundaremos nos aspectos sócio econômicos deste período no próximo tópico.

Assim, como no Brasil, o cenário internacional era aquecido pelo debate acerca da alimentação e nutrição, e mais especificamente pelo combate à fome e à pobreza que assolavam os países emergentes. Neste momento, o governo FHC, mesmo que de forma insipiente e focalizada, lança no ano de 2001 o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde – Bolsa Alimentação, o qual visava à promoção das condições de saúde e alimentação de gestantes, nutrízes e crianças entre seis meses e sete anos incompletos pertencentes a famílias com renda per capita até R\$90,00 através de transferência monetária.

Destacamos ainda a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que ocorreu no ano 2000, no qual passou a ter metas claras quanto à obrigatoriedade da compra de alimentos oriundos da agricultura familiar para a execução do programa. Esta iniciativa ajudou a fortalecer a economia da agricultura familiar, garantindo uma alimentação mais saudável aos estudantes de escola pública, visando a segurança alimentar e nutricional de toda a população.

Este cenário político trouxe a discussão de segurança alimentar uma característica própria das demais políticas sociais, adquirindo caráter pulverizado e desarticulado. Apenas a partir do ano de 2001 é que a temática acerca da alimentação retornou a agenda política através da “discussão do Projeto Fome Zero, apresentado pelo Partido dos Trabalhadores, que ganha grande força já no processo eleitoral que elegeu o presidente da república” (PINHEIRO, 2008, p. 8).

A formulação da primeira versão do Projeto Fome Zero ocorreu em 2001 pelo Instituto Cidadania, sendo incumbido de elaborar um programa de segurança alimentar e nutricional para o Brasil. Ao ser incorporado como programa, o Fome Zero foi lançado como carro chefe do governo Lula, em 2003, como inovação na área social. Este projeto traz consigo conceito de segurança alimentar e nutricional, ficando claro que no Brasil a pobreza e o desemprego são as causas principais da fome, constatando que o aumento da capacidade produtiva no país não resultou na diminuição relativa dos preços dos alimentos nem na maior capacidade de aquisição desses alimentos pelos segmentos mais pobres da população. Assim, entende-se por segurança alimentar:

[...] a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a

sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas (YASBEK, 2004, p. 106).

Paralelo a isso, podemos citar como avanço neste período a criação do Ministério da Assistência Social – MAS e do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar – MESA e Combate à Fome, além da instituição do novo CONSEA, pela lei nº 10.683, de 28/05/2003. Estas foram as primeiras e mais emblemáticas iniciativas que deram materialidade à ideia do Governo Lula, inaugurando uma agenda de segurança alimentar para o país. Em janeiro de 2004, o Programa Fome Zero passou a integrar ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que reuniu as ações do Ministério de Assistência Social (extinto), do MESA e da Secretaria do Bolsa-Família.

Desta forma, o Programa Fome Zero toma característica de programa de governo e envolveria diversos segmentos e ministérios, sendo o combate à fome a ação primária do governo, respaldada no discurso de posse do presidente Lula. Foram deslocados recursos financeiros para a implementação do programa que teve as seguintes ações de destaque:

- a) Assistência financeira à família visando à complementação de renda para compra de alimentos – Fome Zero –, na prática, a implantação do Programa Cartão Alimentação. Esta acabou ficando com a maior parte dos recursos: R\$1,2 bilhão. b) Ações voltadas para a compra da produção de alimentos de agricultores familiares, que ficou conhecido como PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: R\$ 400 milhões. c) Ações voltadas para a educação alimentar e melhoria das condições socioeconômicas das famílias, que incorporou outras ações previstas no Programa Fome Zero e ficou com R\$ 200 milhões. Esta terceira ação incorporou os programas de educação alimentar e os programas municipais de segurança alimentar, como restaurantes populares, bancos de alimentos, além da construção de cisternas no semiárido nordestino, uma das ações estruturantes do programa no primeiro ano (TAKAGI, 2010, p.54).

O programa Fome Zero é direcionado às famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social e econômicas, sujeitas a fome, adotando o critério de renda para selecioná-las, a partir da concepção da “linha da extrema pobreza” do Banco Mundial, que fixava a renda per capita diária em US\$1 (um dólar ajustado a moeda nacional de cada país). Foi assim delimitado e contabilizado o número de brasileiros nessa situação, estimando um público potencial de 44.043 milhões de pessoas que constituem 9.324 milhões famílias (YASBEK, 2004).

Após seu lançamento, o programa contou com ações direcionadas em quatro eixos: acesso à alimentação; geração de renda; fortalecimento da agricultura familiar; articulação, mobilização e controle social. Cada eixo proposto no Programa contava com

políticas emergências de segurança alimentar e nutricional acompanhadas de ações estruturais, específicas e políticas locais dos estados e municípios<sup>20</sup>. Uma das ações específicas foi o Programa Cartão Alimentação, que define o benefício de R\$50,00 por família com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo destinado a complementação da renda familiar de modo a garantir o mínimo acesso regular a alimentos.

Este modelo de programa de combate à fome, desde se início, foi questionado por alguns teóricos da área social, afirmando que historicamente o Brasil nunca teve uma política global de enfrentamento à pobreza, que, ao contrário, as políticas sociais brasileiras mostraram-se erráticas e tímidas e incapazes de sequer atenuar a enorme desigualdade que caracteriza nossa sociedade, voltadas apenas aos indigentes, focalizadas nos mais pobres entre os pobres, seletivas e compensatórias, vêm desenvolvendo estratégias fragmentadoras da pobreza e se colocando em um movimento contrário à universalização de direitos sociais (SILVA, 2001 apud YASBEK, 2004). Com o programa Fome Zero não foi diferente, pois estava se configurando com forte apelo humanitário e conservador, sem claras referências a direitos, mesmo tendo em seu projeto original a vinculação com as estratégias permanentes de segurança alimentar e desenvolvimento econômico e social.

Apesar das debilidades do programa Fome Zero, não podemos negar que ele trouxe avanços na efetivação do direito humano à alimentação adequada no Brasil, principalmente com a implementação das ações governamentais que visavam uma política pública de segurança alimentar e nutricional, buscando formas para que a população mais carente tivesse acesso a alimentos saudáveis e em quantidade suficiente para a sobrevivência. Podemos citar como exemplo os Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, os Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias que disponibilizam refeições saudáveis um baixo custo (R\$1 a R\$2 em média) à populações pobres e extremamente pobres, fazendo

---

<sup>20</sup> As ações estruturais do Programa Fome Zero são geração de emprego e renda, previdência social universal, incentivo à agricultura familiar, alfabetização de adultos, reforma agrária e bolsa escola e renda mínima; e ações específicas, Programa Cupom de Alimentação, doações de cestas emergenciais, segurança e qualidade dos alimentos, ampliação do PAT, combate à desnutrição infantil e materna, ampliação da merenda escolar e outros. São ainda propostas políticas locais (estaduais e municipais): programas para as áreas metropolitanas – como restaurantes populares, bancos de alimentos, modernização dos equipamentos de abastecimento, novo relacionamento com as redes de supermercados; programas para pequenas e médias cidades – como banco de alimentos, parceria com varejistas, agricultura urbana; e programas para áreas rurais, como apoio à agricultura familiar e à produção para o autoconsumo (YASBEK, 2004).

diferença no seu cotidiano no que diz respeito à dignidade alimentar, orçamento familiar e acesso a alimentos de qualidade.

Os programas de Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias foram iniciativas governamentais louváveis na busca de garantir o acesso a refeições saudáveis principalmente às populações mais pobres. Ainda assim, tiveram debilidades em sua implantação, pois foram programas nacionais que não tiveram a capilaridade devida, sendo implantados e mantidos apenas em algumas capitais e municípios brasileiros. Um dos fatores que dificultaram a expansão dos Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias é que o Governo Federal promove o financiamento para a implantação deles, mas a manutenção é feita como um todo por parte dos municípios, se tornando oneroso para grande parte dos entes federados.

Como política descentralizada, o programa de Restaurante Popular foi implantado em vários municípios do Brasil como ação oriunda do Programa Fome Zero, descentralizando a proposta de combate à fome e buscando atingir diretamente a população afetada. Em Maracanaú, o Restaurante Popular foi implantado em 2008, fornecendo refeições diárias saudáveis a um baixo custo, e vem desenvolvendo suas atividades até os dias atuais.

A iniciativa de implantação do Restaurante Popular em Maracanaú, assim como os demais equipamentos, programas e projetos de SAN, seguiu o movimento de organização do SUAS no município, que a partir de 2005 aderiu as diretrizes desse Sistema de comando único, descentralizado e articulado entre as esferas governamentais. Em 2006, o SISAN também foi criado em território nacional, e em Maracanaú começaram a se organizar algumas iniciativas governamentais com foco na segurança alimentar e nutricional.

De forma muito insipiente, os equipamentos públicos, programas e projetos da assistência social, bem como os da segurança alimentar foram sendo implantados neste município, necessitando de um esforço coletivo da sociedade civil, trabalhadores e governo municipal para organizar, estruturar e manter esses serviços. Apesar disso, hoje é perceptível a importância dessa implantação, mesmo de forma desordenada em seu início, pois trouxe à população maracanaense o direito ao acesso à política pública de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, em vista de outros municípios que ainda estão em processo de adesão desses serviços.

No que tange às ações do Programa Fome Zero em âmbito nacional, também destacamos as iniciativas no âmbito da agricultura familiar que por décadas não estavam

como ponto na agenda pública, frente aos estímulos financeiros dados aos grandes latifundiários brasileiros e as indústrias agropecuárias. Ações de criação de hortas comunitárias, cisternas, programas de estímulo à agricultura familiar, dentre outros, são exemplos de algumas dessas iniciativas que ganharam mais força com a aprovação da lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que busca incentivar a agricultura familiar, promovendo inclusão econômica e social.

A agricultura familiar ganhou um grande fomento que é executado até hoje com o PAA. Apesar disso, outros fatores impeditivos como o não acesso de determinadas populações à água potável e à terra fazem com que a agricultura familiar não ocorra a contento em todo território brasileiro. Assim, a luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, pela construção de instrumentos que estoquem e distribuam água a todos ainda está bem viva e latente nos dias atuais.

Ainda em 2003, o governo federal cria a Câmara de Políticas Sociais a fim de não ter paralelismo dentro das ações do próprio governo, e sua principal proposição foi a criação do Programa Bolsa Família, que vinha unificar os programas de transferências de renda para as famílias como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Vale Gás<sup>21</sup> com critérios e condicionantes próprios a serem cumpridos pelos beneficiários, sendo uma política pública integrada de combate à pobreza<sup>22</sup>. Esta unificação dos programas demonstra a busca de uma sistematização das ações do governo federal, buscando uma convergência de resultados no combate à pobreza (NUNES, 2011).

Silva e Lima (2014), afirmam que o processo de unificação dos programas sociais de transferência de renda, ou seja, repasse monetário a determinadas famílias e indivíduos, iniciou no Brasil no ano de 2003 e finalizou apenas no ano 2007, contanto com a participação do MDS, estados e municípios. Afirmam que,

A unificação dos programas de transferência de renda representa uma evolução e inovação no âmbito desses programas em implementação no Brasil a partir de 1995. Propõe-se a uma maior racionalização e simplificação do acesso da população aos referidos programas, cujo objetivo central é elevar a efetividade no combate à fome e à pobreza, prioridade social do governo brasileiro a partir de 2003. Propõe-se ainda a garantir maior proteção ao grupo familiar, inclusive com elevação do valor monetário do benefício (SILVA; LIMA, 2014, p. 43).

---

<sup>21</sup> Nos deteremos melhor nesses programas no próximo subitem.

<sup>22</sup> Esclarecer que essa categoria se relaciona a fome e será discutida no próximo tópico.

O programa Bolsa Família traz em seus objetivos o combate à fome, à pobreza e às desigualdades por meio da transferência de renda, além de visar promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias. Desta forma, ocorreu uma crítica intelectual ao programa que não absorveu dos demais programas a centralidade das ações voltadas para segurança alimentar e nutricional e sim, seu foco passa a ser o combate à fome e à pobreza. Isto se torna uma debilidade conceitual ao reduzir a política de segurança alimentar e nutricional à política emergencial de combate à fome (NUNES, 2011).

Este programa sofre duras críticas tanto por parte de intelectuais como por parte da população desde sua criação até os dias atuais, afirmando que de fato este programa não resolve a questão da desigualdade social que provoca a pobreza no Brasil, por ser paliativo e de baixo valor pecuniário, além da transferência de renda não bastar, sendo necessária uma política de emprego, inviabilizando a emancipação de seus beneficiários, tornando-os preguiçosos e acostumados com a situação. Apesar disso, a contribuição do programa Bolsa Família para a redução da pobreza no país é relevante na realidade de muitos municípios que destacam o aumento da renda e do poder de compra dos beneficiários, a melhoria das condições de subsistência das famílias, o maior compromisso das famílias com a educação e a saúde, a possibilidade de acesso a serviços públicos, além da melhoria de hábitos alimentares, dentre outros (SILVA e LIMA, 2014).

Apesar de todas as críticas, a temática da segurança alimentar continua a avançar no cenário nacional através da criação de políticas públicas regulamentadas por legislações nos próximos 12 anos. Em 2004, em Olinda, aconteceu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN, com a participação de 1400 delegados e convidados, ocorrendo a deliberação da criação da Lei que cria o Sistema Único de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nesta conferência, passa-se a utilizar a termo segurança alimentar e nutricional e compreender a amplitude do termo. Pinheiro (2008, p.10), afirma que o termo alimentar:

[...] corresponde aos aspectos relacionados com a disponibilidade, produção, abastecimento, comercialização e acesso ao alimento. O componente nutricional relaciona-se com as escolhas e práticas alimentares (incluindo a identidade cultural da alimentação de diferentes etnias e grupos populacionais), bem como a utilização biológica dos alimentos.

Na II CNSAN também foi aprovado o conceito de SAN, elaborado em 2003 pelo FBSAN e se faz presente no artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN em 2006, a saber:

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art.3).

Como avanço nesse processo, citamos a sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, através da lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, significando avanço na garantia e exigibilidade do direito humano à alimentação adequada. Além disso, ela vem esclarecer possíveis dúvidas sobre a temática, bem como atribuir responsabilidade ao poder público e sociedade civil para articulação, monitoramento e controle da política de segurança alimentar e nutricional. Através da LOSAN, o direito humano à alimentação adequada foi assegurado e se torna viabilizado por meio de mecanismos de promoção deste.

Art. 2º - A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

Esta lei também cria o Sistema Único de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, elemento de importância fundamental, que vem reger as ações, programas, projetos, planos e políticas que visem assegurar o direito humano à alimentação adequada, tanto nas esferas governamentais como nas instituições privadas. O SISAN possui os seguintes princípios:

- I– universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo;
- IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2006, art. 8º).

O novo Sistema reflete seu caráter descentralizado, interdependente e integrativo, por contar com a participação de órgãos de todos os entes e entidades da sociedade civil, promovendo uma intersetorialidade, através de uma câmara intersecretarial, nas ações de

segurança alimentar e nutricional, promoção do direito humano à alimentação adequada e na execução da soberania alimentar.

A participação social na política de SAN, por intermédio da instância de controle social CONSEA, se consolida no texto da LOSAN, no qual propõe a formulação, execução, articulação, acompanhamento e monitoramento em regime de colaboração com os demais integrantes do SISAN, nas ações inerentes a sua política. Isso vem reforçar e legitimar a importância da sociedade civil na construção e execução desta política, utilizando-se de mecanismos públicos institucionalizados para este movimento.

A LOSAN traz consigo inúmeras inovações na condução da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, principalmente na criação de um Sistema que integra e rege todas as ações públicas desta temática. Essa nova proposta não se torna fácil em sua consolidação, tendo em vista as adversidades e enfrentamentos oriundos dos interesses econômicos. A proposta do próprio SISAN, no entanto, se torna inovadora no combate à insegurança alimentar e nutricional, como afirma Pinheiro (2008, p. 11) no tocante aos desafios,

A SAN não pode se resumir a um conjunto de políticas setoriais, pois é um eixo orientador de políticas que deve contribuir para que seus objetivos se incorporem no conjunto de políticas públicas nacionais que visem ao desenvolvimento social. Deve se configurar no eixo orientador de um modelo de desenvolvimento social e econômico, que busca garantir o bem-estar social acima dos interesses de acumulação de capital.

A LOSAN trouxe diversos avanços para tentar assegurar e promover o direito humano à alimentação adequada aos brasileiros, através de uma política pública sistematizada e descentralizada, buscando a intersetorialidade entre os entes federativos de diversos seguimentos. Para continuar nessa perspectiva, em 23 de novembro de 2007, foi assinado o decreto nº 6.273, que cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN no qual tem como finalidade e competências:

Art. 1o [...] a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA:

- a) a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando as suas diretrizes e os instrumentos para sua execução; e
- b) o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante:

a) interlocução permanente entre o CONSEA e os órgãos de execução;  
b) acompanhamento das propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

III - monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional no plano plurianual e nos orçamentos anuais;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - articular e estimular a integração das políticas e dos planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal;

VI - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA pelos órgãos de governo, apresentando relatórios periódicos;

VII - definir, ouvido o CONSEA, os critérios e procedimentos de participação no SISAN; e

VIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno (BRASIL, 2007).

A CAISAN passa a ter caráter inovador no que tange a promoção da intersetorialidade de uma política, inclusive, inicialmente foi cogitada a possibilidade de esta Câmara ser vinculada à Casa Civil do Governo Federal, porém, após diversas reuniões, a proposta oriunda do CONSEA não foi aprovada, e a CAISAN ficou vinculada, até hoje, ao MDS.

A política de segurança alimentar e nutricional continuou a avançar no cenário brasileiro, e no ano de 2007 ocorreu a III Conferência Nacional de SAN, tendo como objetivo principal afinar as discussões e diretrizes para a consolidação e execução do SISAN, e ainda, a elaboração de uma Política Nacional para efetivar a segurança alimentar e nutricional. Em 2009, aconteceu a III Conferência Nacional de SAN+2, no qual foi avaliada a execução do que se tinha proposto em 2007, além de avançar no debate sobre a criação da Política Nacional de SAN e a implantação do SISAN por todo o país. Durante este evento, houve grande mobilização de seus participantes na Câmara dos Deputados em forma de pressão para a aprovação da PEC 047/2003, na qual se solicitava a alteração do artigo 6º da Constituição Federal, a fim de incluir a alimentação como um direito social.

Neste período, outras manifestações ocorreram em apoio a PEC 047/2003, como a campanha lançada pelo CONSEA intitulada de “Alimentação: um direito de todos”, na qual buscava consolidar o direito humano à alimentação adequada no Brasil a partir dos diversos tratados internacionais ratificados pelo governo brasileiro. Houve também mobilização nas áreas de mídia e comunicação, pois foram lançados documentários que retratavam a fome no país, além de campanhas publicitárias com enfoque no combate à fome e efetivação deste direito.

A partir dessa mobilização, no dia 04 de fevereiro de 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional 64/2010, que incluiu no texto constitucional a alimentação como um direito social e direito humano. Esse acontecimento se mostra como um marco histórico para o país, pois constitui o acesso à alimentação como dever do Poder Público e direito do cidadão, não se configurando como algo ligado ao favor, a benesse e a caridade.

Com a alteração no texto constitucional, ele ficou da seguinte forma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010, Art. 6).

Esse reconhecimento da alimentação como direito representa uma grande conquista para a população que durante anos se mobilizou, articulada em movimentos sociais, para que o Estado assumisse sua responsabilidade na viabilização desse direito, através de políticas públicas e legislações pertinentes. Afinal, amparada legalmente, fica mais viável para a população exigir do poder público o fomento à alimentação.

Neste mesmo ano, foi assinado, pelo então presidente Lula, o decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a LOSAN, lei nº 11.346/2006, instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, e estabelecendo diretrizes e parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar- PLANSAN.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN apresenta como objetivo geral a promoção da segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada assim como está previsto no art. 3º da LOSAN, já supracitado.

A PNSAN também estabelece diretrizes que irão orientar a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- PLANSAN, como consta no artigo 3º:

- I – promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e

VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2010c).

Além disso, a PNSAN também esclarece os objetivos específicos da política:

I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades sociais, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitando a diversidade da cultura alimentar nacional; e

IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais (BRASIL, 2010c, artigo 4º).

O decreto que regula a PNSAN e prevê diretrizes para elaboração do PLANASAN também estabelece critérios para adesão dos entes federados ao SISAN, além dos mecanismos de financiamento da política, de participação social, de operacionalização, monitoramento e avaliação destes. Instituiu, ainda, o prazo máximo de 12 meses da data de sua publicação para a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional elaborar o PLANASAN.

Em agosto de 2011, em consonância com o decreto, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- PLANASAN 2012-2015, no qual integra dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada, se configurando o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de SAN. O Plano traz metas e diretrizes para a execução da Política no Plano Plurianual de 2012 a 2015, sendo o mesmo revisado no ano de 2014 pelo Pleno Executivo da CAISAN. Esboça, ainda, desafios postos a execução desta Política, como a consolidação da intersetorialidade e da participação social na implementação da PNSAN e SISAN, a

erradicação da extrema pobreza e da insegurança alimentar moderada e grave, além da ampliação do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente, dentre outros.

O PLASAN vem sendo periodicamente monitorado por um Comitê Técnico dentro da CAISAN, no qual faz o acompanhamento das metas estabelecidas e da execução das estratégias para alcançá-las. Percebe-se que o Plano está intrinsecamente ligado ao Plano Brasil sem Miséria, focando na erradicação da extrema pobreza para a superação da fome e da insegurança alimentar grave. Porém, a política de segurança alimentar e nutricional tem caráter universal, não focalizado, o que se contradiz durante sua execução, priorizando a população extremamente vulnerável.

Nos últimos cinco anos, houve no Brasil uma evolução no que tange à alimentação e nutrição através de políticas públicas e legislações que fortalecem a política de segurança alimentar e nutricional. Um dos mecanismos utilizados para esse fortalecimento são as conferências, tanto nos âmbitos nacionais, estaduais e municipais.

No ano de 2011, ocorreu a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o tema: “Alimentação adequada e saudável: direito de todos”, discutindo meios de garantir a soberania alimentar e garantir o direito humano à alimentação adequada, além de traçar uma importante agenda de trabalho para o CONSEA e para o governo brasileiro, principalmente, no que diz respeito à construção e consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, buscando cada vez mais sensibilizar os entes federados a fazer a adesão ao SISAN.

Recentemente o Brasil teve reconhecimento por parte da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) por suas ações a fim de erradicar a fome, e o resultado de todas essas iniciativas foi publicado no Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo<sup>23</sup> (2014), que atesta que o Brasil saiu do mapa da fome.

O relatório apresenta as iniciativas no que diz respeito à redução da pobreza e extrema pobreza no país e ainda o acesso à alimentação, a terra e à água, com programas direcionados à produção de alimentos na agricultura familiar, além dos programas de transferência de renda que propiciaram a retirada de milhões de brasileiros da condição de miséria. A meta em 1996, instituída através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Organizações Unidas de reduzir pela metade a proporção de pessoas que sofrem com a

---

<sup>23</sup> Este documento foi publicado na língua inglesa com o título “The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition”.

fome, além de aumentar o desenvolvimento humano e social no país teria sido alcançada, por exemplo, com a redução do nível de pobreza de 24,3% para 8,4%, e de extrema pobreza, de 14,0% para 3,5%, entre os anos de 2001 a 2012 (FAO, 2014).

Esta notícia foi comemorada em todo o país, pois a implantação de alguns programas proporcionou a milhares de famílias o acesso à renda e à alimentação mínima, fazendo com que o Brasil ganhasse destaque internacionalmente por ser um país que combate à pobreza extrema e busca o desenvolvimento para melhoria de vida da população. Apesar de considerarmos estas diversas políticas no âmbito da segurança alimentar e nutricional um marco positivo na história brasileira de negação deste direito, entendemos que ainda há muito que se fazer para garantir integralmente o direito humano à alimentação adequada a todos os brasileiros.

Ainda no clima de comemoração do êxito acima descrito, em 2015 houve a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o tema: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, que veio justamente questionar o acesso a esta alimentação, buscando sempre o que preconiza no conceito de segurança alimentar e nutricional, objetivando ampliar compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, ao garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, a participação social e a gestão intersetorial.

Ao analisarmos a execução da Política de SAN no Brasil, no entanto, podemos perceber que a mesma atualmente é executada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, que está subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Esta vinculação da Política de SAN ao MDS traz a preocupação de que isto possa gerar uma fragilidade na articulação intersetorial desta política, haja vista que a segurança alimentar e nutricional perpassa por várias políticas como saúde, agricultura, educação, assistência social, meio ambiente, dentre outras. Ao ser vinculada a apenas um ministério, a Segurança Alimentar e Nutricional torna-se mais turva em outras políticas, que muitas vezes não se enxergam como participante desta categoria.

Os desafios para a implantação do direito humano à alimentação adequada são muitos ante a um cenário adverso, apesar de todas as conquistas já elencadas. Exige desde sensibilidade, compromisso, estratégias, até condições necessárias para que os servidores públicos consigam acolher as demandas vindas da sociedade, e devolverem respostas dentro

dos parâmetros das políticas públicas. Além disso, é necessário que as ações de SAN em todas as esferas, sejam elas públicas ou privadas, tenham um caráter de direito do cidadão e dever do Estado, tirando de si todo o ranço do passado de caridade, benesse e benevolência que persiste até os dias atuais.

Apesar de todo avanço legal aqui apresentado para a garantia do direito humano à alimentação adequada e o combate à fome, percebemos que muito ainda se tem a fazer. Percebemos que os programas sociais mais recentes tanto visam combater a fome como reconhecem que o grande fator motivador desta existir é a pobreza, sendo a insuficiência de renda o que impede o acesso a alimentos saudáveis em quantidade suficiente para a manutenção da vida.

Assim, a fome e a pobreza caminham lado a lado, sendo problemáticas desafiadoras para o Estado e para as políticas públicas. No tópico a seguir, estudaremos sobre esta problemática como faceta da questão social e sobre como as iniciativas governamentais tem se colocado ante a ela.

### 3.3 POBREZA E SUA MULTIPLICIDADE DE CONCEITOS

*Pobreza por pobreza  
Sou pobre em qualquer lugar  
A fome é a mesma fome que vem me desesperar  
E a mão é sempre a mesma que vive a me explorar  
(Pobreza por pobreza, Luiz Gonzaga, 1968).*

No capítulo anterior discutimos que as causas da fome e da insegurança alimentar mostram-se intrinsecamente ligadas a fatores que as fazem inerentes à pobreza ou à falta de recursos para acesso a alimentos saudáveis e em quantidade suficiente para o desenvolvimento da vida humana. Como afirma Monteiro (2003), apesar das semelhanças, conceitualmente a fome e a pobreza possuem significados diferentes, e não podendo ser dissociada uma da outra:

Pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre outras. Definições operacionais de pobreza levam em conta a renda (monetária e não monetária) das famílias e uma linha de pobreza (nível crítico de renda) baseada no custo estimado para aquisição das necessidades básicas. Contabilizam-se como pobres as famílias cuja renda seja inferior a linha da pobreza. Quando a linha da pobreza se baseia apenas no custo da alimentação, fala-se em pobreza extrema, indigência ou mesmo insegurança alimentar (MONTEIRO, 2003, p. 9).

A pobreza passa a interferir diretamente no acesso aos alimentos e em quantidades e qualidade suficientes para a manutenção da vida, ocasionando violações do direito humano à alimentação adequada e situações de insegurança alimentar através de quadros de desnutrição e fome.

Assim como a fome, a pobreza tem significados distintos e é definida por autores de correntes filosóficas e sociológicas diferentes, sendo os pobres também redefinidos na pós-modernidade, ganhando novos sinônimos e/ou adjuntos, como extremamente pobre, vulneráveis, e ainda, os que vivem em risco social<sup>24</sup>. Importa, pois, clarear conceitos para possibilitar melhor compreensão do objetivo proposto: compreender as percepções dos jovens pobres usuários do Restaurante Popular de Maracanaú sobre a importância da alimentação fornecida nesse ambiente no combate à fome.

Silva (2010), afirma que existem diversas concepções e abordagens sobre a pobreza, podendo ser de cunho cultural e estrutural. Abordagens culturalistas centralizam suas explicações nos comportamentos e valores dos indivíduos e suas famílias, por exemplo, o pobre sendo portador de cultura inferior e reprodutora da situação em que vive. Já abordagens estruturais buscam explicar a pobreza nas determinações estruturais de classe, levando em consideração as categorias “classe social”, “exército industrial de reserva”, “exploração” e “desigualdade” como forma mais profícua de explicar a pobreza na contemporaneidade.

Para compreendermos melhor sobre a pobreza e seus significados, discorreremos sobre algumas de suas definições dentro das correntes de pensamentos - moderna e pós-moderna. Em seguida, focaremos nos estudos na pobreza dentro da realidade brasileira, bem como citaremos algumas medidas governamentais através de políticas públicas que buscam combatê-la, como o caso do programa de Restaurantes Populares, objeto desse estudo.

Discutir a pobreza tornou-se algo recorrente nos últimos tempos, inclusive ganhando visibilidade pública, a nível nacional e internacional. Porém, esta temática é antiga e foi citada desde os primórdios da sociedade, onde grupos já eram excluídos em dimensões importantes da vida em coletividade, em diferentes contextos e formas.

Na sociedade antiga, a exclusão de um indivíduo ou de um desses grupos se dava por diversos motivos, seja por função de sua origem sexual, da prática de um crime, de doenças, não sendo essa exclusão necessariamente motivada pela pobreza. Já na sociedade

---

<sup>24</sup> Explicaremos cada uma dessas terminologias nos parágrafos a seguir.

feudal imperavam dois tipos de pobres: os vagabundos e/ou pobres e mendigos. Silva (2009), analisa esses dois personagens no qual o primeiro estaria na condição natural de inapto para o trabalho, sendo merecedor da caridade e da assistência, e o segundo estaria apto ao trabalho, mas não queria trabalhar, não merecendo obter assistência dos demais.

Com o fim da sociedade feudal e a ascensão da sociedade capitalista, a pobreza passou a ser vista como fruto da relação contraditória entre o capital e o trabalho. Essa concepção converge para os pensamentos desta sociedade moderna, onde a concentração da riqueza socialmente produzida concentrada na mão de poucos provoca a exclusão de muitos do acesso a bens e serviços essenciais à vida (SILVA, 2009).

Montaño (2012), afirma que a pobreza, assim como as demais expressões da questão social, durante muito tempo<sup>25</sup> foi pensada como questões isoladas e fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. Assim, a partir do pensamento burguês, o autor identifica uma classificação feita sobre os motivos da pobreza, como ele afirma:

Primeiramente, [...] estaria vinculado a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é visto como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (MONTAÑO, 2012, p. 271).

Vários autores discutem e conceituam pobreza a partir de variados aspectos, como Araújo (2009), Silva (2009), Montaño (2012), Yazbek (2012), Siqueira (2013), Mestriner (2011), Ivo (2008), Pereira (2006), Netto (2010). Alguns destes receberam influência dos pensamentos de Karl Marx, no qual foi amplamente debatido por Siqueira (2013), mas sua teoria reflete nos escritos de diversos autores que debatem a temática. Na perspectiva marxista, pobreza e riqueza só podem ser compreendidas como particularidade do Modo de Produção Capitalista (MPC) e da luta de classes, e assim, nunca podem ser analisadas separadamente,

[...] pois se trata de uma unidade contraditória de opostos. [...] Nesse sentido, para Marx, a pobreza não é um aspecto marginal ou um problema colateral do desenvolvimento capitalista, mas representa um momento central e fundante da acumulação capitalista (SIQUEIRA, 2013, p.163).

---

<sup>25</sup> Montañó (2012) situa temporalmente esta discussão no pós década de 1840, no qual a classe burguesa perde seu caráter crítico-revolucionário perante as lutas proletárias, e passa a pensar de forma positivista a separação entre o econômico e o social, dissociando as questões tipicamente econômicas das “questões sociais”. Assim, o autor explica e critica que a sociedade burguesa passa a entender o problema social (a “questão social”) não tendo fundamento estrutural, e assim, sua solução também não passaria pela transformação do sistema.

A partir dessa concepção, a pobreza não pode ser lida como um fenômeno isolado, distante da realidade social, e sim, como um produto necessário ao MPC, pois o capitalismo, como sistema social de produção de valores, tem como resultado de seu próprio desenvolvimento a acumulação do capital versus a pauperização absoluta. Assim, o próprio desenvolvimento capitalista, aumentando a riqueza socialmente produzida, não só não reduz a pobreza como a produz e a amplia. A própria produção de acumulação capitalista baseada na exploração é excludente em si. Com afirma Netto (2010, p.45, 46),

A análise do conjunto que Marx oferece n'O capital revela luminosamente, que a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/ trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da questão social; na sua integralidade, longe de qualquer uniausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc.

Apesar disso, a teoria marxista não atribui ao capitalismo o surgimento da pobreza, e sim, sua atenuação e reconfiguração a partir da desigualdade nele gerada entre as classes. Ela afirma que mesmo antes da existência do capitalismo, já existiam períodos de escassez e precário desenvolvimentos da força produtiva dentro dos feudos, onde a exploração fica clara entre senhores e escravos (PEREIRA, 2006; NETTO, 2010).

Desta forma, esta pesquisa seja o entendimento que, o modo de produção capitalista intensifica e morfosea as facetas da questão social, inclusive aquelas expressas na pobreza. Segundo Siqueira (2013), quanto mais ocorre o desenvolvimento capitalista, mais aumenta a pauperização. Seguindo esse pensamento, Yazbek aborda a pobreza,

[...] como uma das manifestações da questão social<sup>26</sup>, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito das relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual em que convivem acumulação e miséria (YAZBEK, 2012, p. 289).

A pobreza não é percebida como algo transitório, e sim estrutural dentro do capitalismo e, também, é o resultado de seu próprio desenvolvimento, já que o capitalismo gera acumulação de riqueza por um lado, e pobreza por outro, jamais um eliminando o outro.

Marx faz uma análise sobre o processo de acumulação do capital, no qual segue em uma ampliação puramente quantitativa. Para isso, o avanço das forças produtivas mecanizadas rende ao expulsar a força de trabalho humano do processo de produção, fazendo

---

<sup>26</sup> Yamamoto (2005, p.27) explica “a questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

com que os trabalhadores sejam constantemente atraídos e repelidos segundo as necessidades do capital. Isso gera “uma população trabalhadora supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, ‘excedente” (SIQUEIRA, 2013, p. 165).

Na sociedade contemporânea, a pobreza torna-se uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista, onde o trabalho é a fonte de riqueza social e ao mesmo tempo cria trabalhadores precarizados, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas. Sobre o processo de expansão do capital no pós-segunda grande guerra, Yasbek afirma que,

a expansão cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade e da insegurança no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos biscates e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital [...] (YASBEK, 2012, p. 294).

Nesse sentido, o excedente da população trabalhadora não se torna marginal a este processo, e sim, produto necessário da acumulação, pois gera um exército industrial de reserva disponível que é fundamentalmente importante para o capital por lhe proporcionar material humano em situações variáveis de expansão do próprio capital e por ser uma forma de regulamentação salarial e dos direitos trabalhistas.

A partir do momento em que a única fonte de renda do trabalhador é a venda de sua força de trabalho, e esta impossibilidade de ser empregado pelo capital, isso gera um processo de empobrecimento. Este empobrecimento da classe trabalhadora se divide em dois tipos: pauperização absoluta e pauperização relativa.

A pauperização absoluta é definida como o resultado da expansão capitalista onde o trabalhador é constantemente expulso dos meios de produção, impossibilitando-o de ter sua sustentação individual e familiar, sem conseguir obter seus próprios bens e serviços necessários para sua reprodução, gerando empobrecimento destes. Assim, “o desemprego é, portanto, um processo estrutural, tendencial do sistema capitalista, jamais relacionado à precária condição subjetiva do trabalhador” (SIQUEIRA, 2013, p. 173). A pauperização absoluta não atinge apenas os desempregados, pois há uma tendência na queda de salários e na precarização das relações trabalhistas, fazendo com que o trabalhador tenha um salário insuficiente para adquirir o necessário para sua vida.

A pauperização relativa se define pela distância entre o que o trabalhador produz e o que ele se apropria dessa riqueza. Assim, mesmo que um trabalhador tenha um alto salário

que lhe permita ter boas condições de vida, a parte de valor por ele produzido que permanece com ele é cada vez menor em relação ao total da riqueza produzida. Como afirma Ivo (2008, p. 66):

o “empobrecimento relativo” dos trabalhadores é algo inerente ao sistema capitalista como um todo, e o limite inferior objetivo dessa tendência ao empobrecimento absoluto dos operários depende das condições que regulam a disponibilidade do trabalho assalariado.

A partir dessas reflexões, Siqueira (2013, p. 176), afirma que “os planos de findar a miséria, portanto pobreza absoluta, pode ser compatível com a sociedade capitalista, mas a pobreza relativa sempre existirá nessa sociedade”. A autora se utiliza dos estudos de Carlos Montañó (2011), para resumir o pensamento marxista sobre a pobreza na sociedade moderna:

No Modo de Produção Capitalista a pobreza [...] é resultado da acumulação de capital, mediante a exploração (da mais valia). [...] NO MPC não é o precário desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que gera desigualdade e pobreza. No capitalismo quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação de capital, e maior pobreza (absoluta ou relativa) [...]. Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos), que gera a desigualdade e pauperização absoluta e relativa (SIQUEIRA, 2013, p. 182 e 183).

O sistema capitalista, centrado na expropriação e exploração do trabalho, objetiva garantir o lucro, e a redistribuição injusta da riqueza socialmente produzida entre as classes sociais passando a ser responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reprodutor da pobreza, entendida como um fenômeno estrutural, complexo e de natureza multidimensional, não podendo ser considerado meramente por insuficiência de renda. Como afirma Silva (2010, p.157), pobreza “é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política”.

A pobreza, por se configurar como categoria multidimensional, não se restringe apenas pelo não acesso aos bens, mas também pode ser vista como categoria política pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças. Também se caracteriza como categoria sócio historicamente elaborada; a pobreza não deve ser naturalizada em si, responsabilizando os indivíduos que são assolados por ela.

Os pobres tornam-se produtos das relações do universo capitalista que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade, lugar este no qual são desqualificados por seu modo de pensar, de

expressar, por seu comportamento social, sendo estereotipados por suas “qualidades negativas” por sua condição social. Yasbek (2012, p. 292) afirma que,

[...] abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo.

Marx detalha o segmento que se encontra em condição de indigência e pauperismo em três categorias: a primeira, os aptos ao trabalho, a segunda, os órfãos e filhos de indigentes, e a terceira, os desagregados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. Todos esses constituem uma camada entre o exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reversa (IVO, 2008).

Entendemos, desta forma, que as correntes acima apresentadas concebem a pobreza como fruto estrutural da relação capital versus trabalho que se constitui na sociedade capitalista. Com o passar dos anos, demais pensadores devolveram outras formas de perceber e interpretar a pobreza inserida nas mudanças trazidas pela pós-modernidade, inclusive, com influências do próprio sistema capitalista.

Montaño (2012), também reflete sobre as novas formas de pensar a pobreza, como expressão da questão social na pós-modernidade, principalmente quando o estado é chamado a intervir através de tarefas e funções essenciais para a nova fase de acumulação capitalista e inibição-institucionalização dos conflitos sociais da classe trabalhadora. Desta forma, a questão social para ser internalizada à ordem social, não sendo mais como um problema meramente oriundo do indivíduo, mas como consequência do ainda insuficiente desenvolvimento social e econômico.

Desta forma, o Estado para intervir nas expressões da questão social, como a pobreza e a miséria, a partir de intervenções políticas, de uma “política” reduzida à gestão administrativa dos problemas sociais e seu enfrentamento institucional, passa a ser tratada de forma segmentada, mas sistemática, mediante as políticas sociais estatais (MONTAÑO, 2012; NETTO, 2010).

Assim, a leitura pós-moderna sobre a pobreza vai de encontro com aquela apresentada acima, no qual a sua gênese está fundada na contradição entre capital e trabalho. A abordagem pós-moderna é contrária a isso, afirmando que a pobreza se manifesta em diversas situações particulares, não como uma expressão da questão social e suas facetas, e

sim, como fenômeno multidimensional, que igualmente apresenta dimensões culturais e subjetivas (SIQUEIRA, 2013). Esta corrente de pensamento concebe que a situação de pobreza não depende de fatores externos estruturais, de sua materialidade ou objetividade, e sim, pela percepção e autoimagem de cada indivíduo nessa condição, ou seja, a condição de pobre é auto percebida e não atribuída externamente.

Siqueira (2013), afirma que o embasamento teórico e cultural que surgiu na pós-modernidade se tornaram como fertilizante para a ofensiva neoliberal. Isto porque as correntes pós-modernas concebem que a superação da pobreza deve acontecer a partir das formas de emancipação que não a emancipação humana, e, portanto, não questionando a existência da sociedade capitalista.

Dentro da pós-modernidade a influência neoliberalista refletiu também na forma em que o Estado e a sociedade combatem à pobreza e às desigualdades sociais. Ocorre um encolhimento das ações do Estado na busca da erradicação da pobreza e uma atribuição desta competência às organizações da sociedade civil a partir da premissa da solidariedade e da “responsabilidade social” das empresas. O que ocorre é um descarte das conquistas de direitos socialmente adquiridos por meio das políticas públicas, sendo priorizada a ação estatal a mercê do mercado.

Neste período surgem diversas formas de interpretar e entender a pobreza e as desigualdades sociais como um todo, agregando novas concepções e termos para esclarecer este fenômeno e tentar amenizá-lo, uma vez que este só se agrava diante do modo de produção capitalista.

O autor Boaventura de Sousa Santos aborda como a noção de “risco social” a tendência à pobreza e outras formas de exclusão, discriminação ou desigualdade social. Ele define a atualidade como um tempo paradoxal, sendo um momento de grandes avanços tecnológicos e comunicacionais e ainda, um retorno aos males sociais, que deram o nome à questão social no final do século XIX (SIQUEIRA, 2013).

Arregui e Wanderley (2009), analisam que a palavra “risco”, no final do século XX passou a ser chave nos discursos como sinônimo de perigo, ameaça, e passa a ganhar mais escopo na atualidade, numa era em que as profundas mudanças políticas, socioeconômicas e culturais vêm desmoronar diante de si as promessas de progresso oriundas da pós-modernidade. Assim, a noção de risco passa a ser alimentada numa sociedade marcada pela incerteza, pela ambivalência e pelo caos.

Desta forma, associar a pobreza com desvantagem, debilidade, e principalmente com risco social, nessa sociedade que traz ao risco a imagem de medo, incerteza e insegurança, pode derivar na retomada de estigmas que associavam e associam pobres com classes perigosas, podendo gerar e reforçar intervenções repressivas e tutelares (ARREGUI; WANDERLEY, 2009). Para Santos (2005 apud SIQUEIRA, 2013), os problemas atuais demandam novas soluções, no qual ele propõem a reinvenção da emancipação social para a superação da pobreza, que ocorreria através de alternativas microssociais, individuais de pequenos grupos pautados na solidariedade e com ações voluntárias, ou ainda na criação de um novo sistema judiciário onde permita que o cidadão acesse às instâncias de reivindicação e garanta seus direitos. Siqueira (2013, p. 111) critica o modo de pensar de Santos afirmando que,

[...]os caminhos propostos por Santos – atribuição de poder aos 'desempoderados' e a potencialização de sua representação no sistema judiciário – reatualiza a antiga responsabilização do indivíduo sobre seu sucesso ou fracasso na sociedade capitalista. A busca pelo autoempoderamento e a representatividade jurídica dependem da ação altruísta, corajosa, perseverante e resistente do indivíduo.

A partir dessas abordagens sobre pobreza, percebemos que as políticas públicas nas quais os governos se utilizam para combater esta problemática também são influenciadas por correntes teóricas que orientam a atuação e a postura das ações governamentais frente à pobreza. Assim, estudaremos a seguir, de forma sucinta, o processo sócio histórico da pobreza no Brasil e as iniciativas, tanto por parte do governo como pela sociedade civil, de combate desta problemática.

### **3.3.1 As iniciativas públicas e privadas de combate à pobreza no Brasil**

As políticas públicas brasileiras que atuam no combate à pobreza, assim como nas demais áreas, recebem os direcionamentos do capital internacional como impulsionador destas ações, fruto da globalização e das diretrizes impostas no sistema capitalista neoliberal. Faz necessário entendermos como as agências multilaterais de financiamento das políticas públicas entendem sobre pobreza, e como esse entendimento influencia no modo de ação para seu combate.

No cenário contemporâneo de crescente pobreza e avanço do neoliberalismo, as agências multilaterais se consagram como as mais apropriadas para promover ações e projetos que buscam amenizar a pobreza. Com isso, ocorrem as ajudas internacionais através da

transferência de capital e tecnologia, tendo como grande propulsor dessas ações o Banco Mundial, principalmente em países “periféricos”, ou seja, países que tem média trienal do PIB per capita de menos de US\$ 750, que deve ultrapassar US\$ 900 para sair desta classificação.

O Banco Mundial surgiu da divisão do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no pós Segunda Guerra Mundial, estando inicialmente voltado apenas para a reconstrução da Europa devastada pelos conflitos bélicos, porém, com o passar dos anos, suas ações foram direcionadas para erradicar a pobreza nos países periféricos, inclusive o Brasil, através de grandes investimentos financeiros.

Em 1990, o Banco Mundial - BM lança um relatório no qual caracteriza a pobreza ligada à situação econômica, medida pelo Produto Interno Bruto - PIB per capita. Ou seja, o conceito de pobreza predominante está diretamente ligado a indicadores econômicos, como a renda per capita. Neste mesmo relatório o BM propõe a transferência de renda, atividade laborativa e a promoção de atividades vinculadas à assistência social como estratégias de redução da pobreza de “forma rápida e politicamente sustentável”. Desta forma, o êxito dessa estratégia de combate à pobreza estaria nos países dependentes ao seguirem fielmente suas diretrizes (SIQUEIRA, 2013).

Passada a década de 1990, nos anos 2000 o Banco Mundial lança novamente seu relatório admitindo que não conseguiu atingir suas metas de redução da pobreza neste período, ao contrário, o número de pobres aumentou na América Latina, sul da Ásia e África Subsariana, onde teve dificuldade de combater essa problemática de tamanha complexidade. Assim, sua estratégia é modificada durante a década de 2000 para “promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança dos pobres” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 6, apud SIQUEIRA, 2013, p.120).

O BM atribui a maior responsabilidade do não sucesso de sua estratégia aos governantes dos países pobres e sua incapacidade de desenvolver mecanismo de redução da pobreza. Muitas vezes, o Estado está mais sensível aos interesses das elites do que às necessidades da população mais necessitada. Apesar de admitir essa dificuldade em seus métodos anteriores, o BM entende que:

“permanece a individualização da pobreza (ora como incapacidade do sujeito, ora como 'vulnerabilidade' em relação ao contexto), a desarticulação da pobreza em relação à acumulação de riqueza, e a crença na força do comércio e na gestão capitalista como premissa da sua atuação programática para erradicar a pobreza” (SIQUEIRA, 2013, p. 121)

Complementando ao pensamento do Banco Mundial, o economista Amartya Sen, que ganhou o prêmio Nobel da economia em 1998, entende a pobreza não apenas como uma questão monetária de baixo nível de renda, mas também como a privação de capacidades básicas que envolvam o acesso a bens e serviços, inclusive lhe atribuindo a formulação de que pobreza é um processo multidimensional. No final da década de 1980, o autor formulou uma concepção de pobreza, que se distancia da abordagem com base nas necessidades básicas, e se aproxima das privações de capacidades (IVO, 2008).

Para o autor, a falta de aspectos básicos na vida dos indivíduos como moradia, saúde, exclusão da participação política e social, analfabetismo são fatores que impulsionam as privações de capacidades, impedindo a superação da pobreza. Apesar desse olhar multidimensional sobre a pobreza, o autor não desconsidera a privação de renda como um dos fatores principais desta, pois a falta de renda o impede de ter acesso a diversas capacidades. Assim, sem negar fatores econômicos, ele também considera variáveis relativas aos dispositivos legais, às implicações políticas e a sua pertinência social.

Amartya Sen percebe a desigualdade que provoca a pobreza não como algo inerente à acumulação capitalista e da apropriação privada da riqueza, sim, como desigualdade de oportunidades individuais, centradas no indivíduo e na ausência de condições básicas de sua existência como educação, habitação, alimentação, saúde, dentre outras. O autor entende que a constituição de “liberdades”, por exemplo, indivíduo livre da fome, pode construir pessoas na condição de agentes de sua vida, para construírem seu futuro como queiram. Assim, o fim da pobreza não estaria ligado apenas à distribuição de renda, mas também, à potencialização do alcance das liberdades através da democratização de acesso as capacidades, permitindo que pobres se tornem sujeitos de luta (SIQUEIRA, 2013). Sen sugere que esta pertinência social “procura transformar os pobres de 'sujeitos passivos' em 'sujeitos ativos', beneficiários de planos sociais e protagonistas da mudança social, envolvendo o desenvolvimento de suas capacidades estratégicas” (IVO, 2008, p. 97).

Arregui e Wanderley (2009) apresentam que a teoria de Amartya Sen sobre transformar os pobres em sujeitos ativos a partir do desenvolvimento de suas potencialidades chegou aos países da América Latina a partir da segunda metade da década de 1990. Isso ocorreu pelo interesse por meio das agências multilaterais internacionais e de cientistas sociais que buscaram explicar os possíveis fracassos dos novos desenhos de proteção social aplicado nesses países. Neste período o Banco Mundial através de estudos realizados na

América Latina fortaleceu a perspectiva de que, mesmo com a escassez da oferta de proteção social por parte do Estado, embasado nas premissas do neoliberalismo, nas áreas de saúde, educação e sofrendo impacto do desemprego e precariedade, as famílias afetadas desenvolviam estratégias baseadas no remanejamento de seus próprios recursos para defender suas condições de vida, tornando seus ativos no processo ao desenvolver suas potencialidades. Esta visão passa a ser aplicada pelos organismos multilaterais, influenciando as políticas sociais dos países latinos, na qual a população mais pobre, mesmo com toda escassez é estimulada a buscar meios em si e com intervenções mínimas do Estado para superar a situação de pobreza e miséria que vive.

Esta concepção de Amartya Sen orientou os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em 1997, quanto ao desenvolvimento social e humano e as metodologias de mensuração da pobreza segundo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Desta forma, o Banco Mundial adere parte da concepção de Amartya Sen na abordagem sobre pobreza, entendendo que,

[...] mobilizar o potencial dos pobres, na perspectiva liberal, implica aproveitar a capacidade existente nas comunidades, canalizando-as para resolver, a um só tempo, os problemas materiais da pobreza, da participação e da integração social, através de sua inserção no mercado. Implica reconverter os 'ativos' dos pobres (em termos de bens disponíveis), para resolver a sua própria condição de vulnerabilidade social, integrando-os ao mercado, de modo que ultrapassem a condição de pobreza (IVO, 2008, p. 97e 98).

Embalado em seus constructos sobre pobreza, o Banco Mundial passa financiar programas de desenvolvimento social e econômico em países subalternos, como o Brasil, influenciando massivamente nas bases filosóficas das políticas de combate à pobreza nesses países. No Brasil não ocorreu diferente, atualmente, o curso das iniciativas públicas de desenvolvimento social e combate à pobreza seja os direcionamentos vindo das agências internacionais de financiamento.

Assim, após entendermos sobre o fenômeno da pobreza e suas diversas abordagens teóricas, faz-se necessário um resgate sócio histórico de como esta categoria tem se apresentado no Brasil, desde seus primórdios até os dias atuais. Infelizmente, o Brasil, diferente de alguns países desenvolvidos, ainda não conseguiu eliminar a problemática da pobreza de seu território, e ainda busca estratégias de superá-la.

Desde o início da colonização do Brasil, a desigualdade social esteve presente em sua composição cultural, econômica e social. Numa sociedade demarcada por um padrão

altamente concentrador de renda, autoritário e escravocrata, garantido por uma herança da coroa portuguesa de relações políticas e sociais autoritárias, emerge uma divisão na população brasileira entre os “homens úteis”, que detêm patrimônio, e os “inúteis, homens livres”, não proprietários (IVO, 2008).

Durante todo período colonial, as oligarquias rurais brasileiras associavam à imagem do homem sem propriedades uma suposta incapacidade para o trabalho, entendida como característica individual e intrínseca, motivada pela preguiça e intolerância. Esta atribuída incapacidade para o trabalho gerava grandes populações desocupadas, no qual a ideologia colonial buscou justificar através de teorias de que naturalizam o processo de exclusão social como inferioridade racial, fatalismo histórico, rigor do clima tropical e várias outras “causas naturais” inerentes a esses indivíduos e sociedades (IVO, 2008).

Assim, a pobreza perpassou todo o período colonial entre a riqueza e a ostentação de outras classes, não tendo muita diferenciação no seu tratamento seja durante a economia açucareira ou mineradora. Os pobres, como já foram explicitados, compunham uma classe de impossibilitados e desclassificados, criados na indigência, sem condições suficientes de sobrevivência, vivendo de pequenos trabalhos e esmolas, além da caridade da Igreja (SIQUEIRA, 2009). Esta camada social de pobres foi se alargando até o século XVIII, sendo composta principalmente de negros livres, mestiços, brancos sem trabalho e/ou biscateiros, mendigos, bastardos filhos de mães solteiras. Até a abolição da escravatura,

o Brasil já estava povoado de pobres, caracterizando uma pobreza rural extensiva aos centros urbanos. Numa sociedade marcada por extremos bem definidos – senhorial e escrava –, a população livre e pobre, num processo contínuo de desclassificação social, protagonizou a situação de carência, miséria e exclusão do Brasil colonial (SIQUEIRA, 2009, p. 6).

Podemos perceber que a pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, onde o peso da tradição oligárquica e autoritária não dá espaço para o reconhecimento de direitos para todas as classes. Como afirma Yazbek (2012, p. 294), “estamos nos referindo de uma sociedade desde sempre desigual e dividida entre enclaves de modernidade e uma maioria sem lugar, uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias”.

Em 1560, na vila de São Paulo, nasce a primeira instituição de atendimento à pobreza do país, a Irmandade de Misericórdia, que tinha em seu trabalho a oferta de dotes para órfãos e caixões para os mortos. A Irmandade realizava pequenas ajudas, sendo mais importante aos seus integrantes, que recebiam status e privilégios, do que à população que a

demandava. Seguindo este modelo de instituição, em São Paulo foram fundados “o Convento de São Bento (1598), a Venerável Ordem de Nossa Senhora do Carmo (1594), a Ordem dos Frades Menores Franciscanos (1640), o Recolhimento Santa Tereza (1685), que forneciam refeições aos pobres, órfãos, enfermos, alienados, delinquentes, prestando-lhes, além de ajuda material, apoio espiritual e mesmo abrigo” (MESTRINE, 2011, p. 40).

Este modelo caritativo e beneficente vão se ampliando de forma acelerada nos séculos seguintes. Nesse processo, a Igreja católica tem importante papel por meio de suas irmandades, pois suas esmolas e ações caritativas vão caracterizar um modelo caritativo de assistência que recolhia de ricos e dava aos pobres. Inicialmente procuravam abrigar mendigos, sem separá-los, porém, depois, este modelo para dualizar entre assistência e repressão por parte das instituições religiosas. Com afirma Montaño (2012, p.272),

Assim, o tratamento das chamadas “questões sociais” passa a ser segmentado (separado por tipo de problemas, por grupo populacional, por território), filantrópico (orientado segundo os valores da filantropia burguesa), moralizador (procurando alterar os aspectos morais do indivíduo) e comportamental (considerando a pobreza e as manifestações da “questão social” como um problema que se expressa em comportamentos, a solução passa por alterar tais comportamentos). Ação é então a educação e a filantropia. Surgem assim os abrigos para “pobres” e as organizações de caridade e filantropia.

A Santa Casa de Misericórdia instalada inicialmente em São Paulo em 1802, prestava serviços ambulatoriais e hospitalares, e gradativamente, cria novos serviços, como a solução asilar. Ações como estas serão a base para a caracterização de um atendimento baseado na filantropia e higienização das cidades no período colonial e imperial (YAZBEK, 2012).

A partir do século XX, no período da Velha República (1889 a 1930), o modelo de assistência aos pobres mudou de uma filantropia caritativa para uma filantropia higiênica. Surgiram, neste período, novos conjuntos de organizações, incentivados pelo estado e pela Igreja Católica, porém, não distante do universo da filantropia de tantos anos atrás. O atendimento dessas instituições passa a serem diferenciados por segmentos – crianças, velhos e inválidos, alienados, mendigos, doentes e imigrantes – mas agora na perspectiva médico, religiosa e jurídica. Destacamos as instituições de cunho jurídicas que foram criadas naquele momento, voltadas a crianças e adolescentes no sentido de puni-las, sendo o 1º Juízo de Menores no Rio de Janeiro, em 1923, e o Código de menores, em 1927 (MESTRINE, 2011).

A partir de 1930, com o desenvolvimento da urbanização e a emergência da classe operária, e junto delas, suas reivindicações e mobilizações, surgiu o que alguns autores chamam de “questão social”, que é o fator impulsionador de medidas estatais de proteção ao trabalhador e sua família. Assim, ao reconhecer a questão social, o governo Vargas busca enquadrá-la juridicamente através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), salário mínimo, valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho controlador e paternalista, buscando desmobilizar a classe operária e amenizar as tensões entre o patronato e o operariado<sup>27</sup> (YAZBEK, 2012).

Neste período é desenvolvido no Brasil um sistema de proteção social seletivo e distante de um padrão universalista, pois as ações públicas estavam direcionadas aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, descobrindo uma grande massa da população que ficava alheia à proteção estatal. A assistência àquela parte da população necessitada, que estava fora do mercado formal de trabalho, ficou a cargo das instituições filantrópicas de cunho religioso, protestantes, espíritas e católicas, através de albergues, centros de juventude, abrigos, instituições para deficientes físicos e mentais. Como afirma Ivo (2008, p. 148),

A implantação da legislação de regulação do mercado de trabalho e do trabalho, que estabelece os direitos trabalhistas, baseou-se num sistema ocupacional definido na norma legal, que restringia o reconhecimento da cidadania apenas aos trabalhadores assalariados, levando a uma dualização do sistema de direitos e proteção social: aqueles corporativos, resultantes da condição contributiva dos trabalhadores assalariados, [...] cidadania regulada, e a outra parte não reconhecida pela legislação, com acesso apenas à assistência social.

Com base nesse processo, o sistema protetivo brasileiro se dualiza, se dividindo entre ações que passam a se fortalecer na capacidade produtiva dos trabalhadores e aquelas voltadas aos mais pobres, trabalhadores do mercado informal, baseada no modelo de regulação pela benemerência, através de obras sociais e filantrópicas. Nessa lógica, vai se formando no país um sistema protetivo seletivo segundo critério de mérito, caracterizado pela insuficiência e precariedade, reforçando a máxima de que “para pobre, qualquer coisa serve”. O Estado, além de estimular a filantropia, passa a ser responsável por ela com a criação do Conselho nacional de Serviços Sociais – CNSS, em 1938, “mantendo a atenção aos pobres

---

<sup>27</sup> Neste período da década de 1930, a concessão dos direitos trabalhistas e a montagem de um sistema de proteção social tiraram a população brasileira sucumbida ao poder patronal e passaram este poder à tutela do Estado. Assim, forma-se um peculiar modelo de cidadania ligado estritamente aos direitos sociais, e especificamente, ao trabalho. Neste período as políticas sociais e a cidadania estava concedida aqueles inseridos nas formas de trabalho formais, no qual os demais sujeitos que estavam fora deste universo, os desempregados, viúvas, doentes, órfãos, dentre outros, não lhes eram concedido a concepção de cidadania (TELLES, 1999).

sem definição de uma política, não acompanhando os ganhos trabalhistas e previdenciários, restritos a poucas categorias” (YAZBEK, 2012, p. 297).

O CNSS foi criado como órgão de cooperação entre os Ministérios da Educação e Saúde, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica, que vão avaliar o mérito do Estado conceder auxílios e subvenções a organizações da sociedade civil. Esta subvenção social é um auxílio financeiro às entidades sociais, tirando da esfera pessoal do governante e passa à esfera oficial (MESTRINER, 2011).

Em 1942, o governo brasileiro criou a Legislação Brasileira de Assistência – LBA, visando atender as famílias de expedicionários brasileiros no período da 2ª Guerra Mundial. Após a guerra, a LBA se volta para assistência à maternidade e à infância, se caracterizando por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria, interferindo nos segmentos mais pobres da sociedade, mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino. Por este viés, a LBA durante o governo Vargas funda no Brasil o atrelamento do social ao primeiro damismo, que permanece este enlace até os dias atuais (MESTRINER, 2011). Neste mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria - SENAI, pelo decreto de lei nº4.048, 22 de janeiro de 1942, visando atender uma necessidade permanente: a formação de profissionais qualificados para a incipiente indústria de base, em busca de fortalecer o desenvolvimento industrial do país.

Durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, entre os anos de 1946 a 1950, destaca-se a maior aproximação de seu governo com a questão social, criando macro organismos como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC, o Serviço Social do Comércio – SESC e o Serviço Social da Indústria – SESI, no qual deram ampla capilaridade aqueles já existentes, como LBA e SENAI, que, através de suas unidades regionais, desencadearão inúmeros programas e projetos de execução direta.

Com o passar dos anos, as ações voltadas aos pobres baseadas na benemerência e filantropia evoluem e ganham novas atribuições, porém como o mesmo cunho pontual e paliativo. Assim, no âmbito da assistência social vão sendo desenvolvidas políticas direcionadas à infância e adolescência, aos idosos, aos necessitados e grupos vulneráveis. YAZBEK (2012) explica que o pobre, trabalhador eventual, passa a ser usuário dessas políticas, visto, porém, como indivíduo necessitado, muitas vezes como acomodado e passivo, o não cidadão.

A década de 1950 teve como destaque o investimento estatal em políticas desenvolvimentistas, que buscavam o crescimento econômico, pois se acreditava que a pobreza era resultado de um insuficiente desenvolvimento econômico do país. Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951 até 1954, ele conserva a caracterização das ações de cunho social centradas na instância federal, por meio do CNSS, da LBA e demais macro organismos. O voluntariado será amplamente estimulado por comissões municipais da LBA, que se espalharão por todo o país, mas sempre reproduzindo a ação federal.

Ao longo dos anos 1950, percebemos que, mesmo com diferentes governantes assumindo as rédeas do país, como Juscelino Kubitschek e Jânio da Silva Quadros, ambos seguiam a mesma direção no que tange à assistência aos pobres e combate à pobreza no Brasil. Durante seu mandato, entre os anos de 1954 a 1960, Juscelino priorizou investir no desenvolvimento econômico do país, através da entrada do capital estrangeiro e da busca do fortalecimento da indústria com alta tecnologia, deixando de lado a área social. A falta de preocupação com o social advém da premissa de que o alcance do desenvolvimento, com base no planejamento, seria tão amplo, eficiente e ágil, que daria conta de todas as questões, até da melhoria da condição de vida dos mais pobres (MESTRINER, 2011).

Nos próximos quatro anos, o Brasil viveria uma séria de modificações advindas das turbulências políticas e estruturais de seus governantes. Jânio Quadros assume a presidência em 1960, porém, um ano depois renuncia cedendo à pressão política por ocorrer um desgaste de sua imagem como líder, conduzindo o país a um impasse político militar, que instala o parlamentarismo no país, sendo João Goulart presidente e Tancredo Neves como primeiro-ministro, em 07 de setembro de 1961. O parlamentarismo no Brasil dura até 1963, quando, através de um plebiscito popular, possibilita o retorno do presidencialismo com João Goulart como presidente. Porém, sua gestão é tão conturbada quanto à de Jânio Quadros, aprofundando as contradições políticas e sociais que já vinham se arrastando de seus antecessores, gerando o golpe de 1964, no qual os militares assumem de forma ditatorial o governo (MESTRINER, 2011).

Durante a década de 1960 e 1970, especificamente a partir de 1964, o Estado tem plenos poderes sobre a nação, tornando-se efetivamente o centro das decisões tanto do cenário político, como dentro da estrutura econômica nacional. Porém, as medidas inflacionárias se tornam implacáveis, prejudicando fortemente as classes populares fazendo como que a renda média da população caísse, além do aumento exorbitante do desemprego. Assim, mais uma

vez as ações assistenciais são usadas para amenizar a desigualdade social e o empobrecimento da população, incluindo os trabalhadores.

Ocorre um processo de modernização do sistema de proteção social do país, porém, uma modernização conservadora, que combina assistência à pobreza e repressão. As ações governamentais estavam direcionadas aos trabalhadores formais, a exemplo disso,

o INPS incorporou novos segurados, expandiu a assistência médica previdenciária e criou em 1974 a Renda Mensal Vitalícia (RMV) para idosos e inválidos com baixa renda. Ainda nessa época houve a criação de novos mecanismos de poupança compulsória por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS e posteriormente o PIS/Pasep. Foram criados também o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), o Sistema Financeiro de Habitação, os Centros Sociais Urbanos, o Programa de Interiorização de Ação de Saúde e Saneamento no Nordeste (PIASS), o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), entre outros, além do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que incluiu no novo sistema a Legião Brasileira de Assistência — LBA e a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor — FUNABEM (YAZBEK, 2012, p. 299).

Um destaque a ser feito é que, na década de 1970, ocorre um processo organizativo por parte da sociedade civil, especialmente de movimentos sociais, buscando a redemocratização do país além do fortalecimento de sindicatos, associações comunitárias, movimentos estudantis, dentre outros. Este processo organizativo ficam expressões através de greves, reivindicações coletivas e movimento por eleições diretas para presidente, além de combater o regime ditatorial que rompia com os princípios dos direitos humanos. Porém, a questão social é controlada pelo economicismo e pela coesão e violência, característica predominante em todos os governos militares. Os conflitos sociais são tratados como subversão da ordem e caso de polícia, sendo reprimido de forma severa (MESTRINER, 2011).

No ano de 1974, o governo federal cria o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, e em 1977, o Sistema Nacional de Previdência Social, no qual a partir dele, o governo estende a cobertura previdenciária à quase totalidade da população urbana e parte da rural. Já a assistência social reforça cada vez mais seu caráter tradicional, como afirma Mestriner (2011, p. 165):

Desde o final da década de 60, as práticas assistenciais vinham sendo incorporadas pelas várias instâncias governamentais, expandindo-se em toda federação. As prefeituras municipais implementam o atendimento ao social, como serviço complementar ao próprio gabinete do prefeito, ou junto com secretaria afins, ou mesmo como setor independente. [...] Tais órgãos municipais e estaduais com

competência e relações difusas, mesclando suas ações com as de higiene e saúde. [...] Como retaguarda da área de saúde, a assistência desenvolve na linha da complementação do tratamento, com atendimento de prótese, órteses, medicamentos, suplementos alimentares; como retaguarda de outras áreas desenvolve pretensiosas propostas de formação e colocação de mão de obra, implantação de creches, melhoria de habitação, alfabetização de adultos e outros.

Percebemos que as políticas sociais voltadas ao combate à pobreza desta época, de fato absorvem diversas atribuições, fazendo com que a mesma perca sua identidade e seja vista como um apêndice de outras políticas. Muitas dessas características se perpetuaram nas décadas a seguir, só sendo combatidas a partir das legislações, que tornarão o combate à pobreza como política pública e dever do Estado, direito do cidadão.

Na década de 1980, a pobreza tomará centralidade na agenda social, seja por conta do aumento do número de pobres neste período, seja pela pressão dos movimentos sociais que defendiam esta bandeira. Com o fim dos governos autoritários, as dificuldades econômicas se acumularam ao logos dos mandatos, pondo-se como desafio deste período de transição democrática e política do país, a eliminação da crise econômico-social, fruto de um modelo econômico perverso adotado. Além disso, a diminuição do ritmo de crescimento, ocorrido a partir de 1974, comprimindo, ainda mais, com a recessão de 1980, vai provocar um acúmulo de dívidas externas e internas, e ainda, elevados índices inflacionários, com um aumento de 61% da população pobre, jamais vista no país (YAZBEK, 2012).

Assim, durante este período de transição democrática, o país vive uma movimentação por parte da população em favor de uma nova Constituição. Sob a expectativa de mudança e ainda, sob a pressão interna do Estado e dos interesses neoliberais, o presidente José Sarney assume a presidência em 1985, e já põem em execução várias reformas institucionais, buscando o desenvolvimento econômico do país e o enfrentamento da questão social.

Neste período, o governo federal, já influenciado pelas correntes neoliberais vindas do exterior, prevê uma concepção de desenvolvimento mais fundamentado no setor privado, deixando a cargo do Estado às funções tradicionais de prestação de serviços essenciais e ações estratégicas de desenvolvimento nacional complementares à iniciativa privada (MESTRINER, 2011).

No que tange as ações governamentais sobre o combate à pobreza, é primado pela distribuição de renda, por meio da recuperação salarial, e por investimentos em programas sociais, priorizando as áreas de saúde, alimentação, habitação e assistência social. Assim, a

reformulação da área social se inicia com a reorganização da Secretaria da Assistência Social dentro do Ministério de Previdência e Assistência Social, tendo propósito de reconhecimento do usuário como sujeito de direitos, articulando programas e serviços, descentralizando as ações e ampliando a participação dos usuários.

Percebe-se que as políticas sociais que são executadas atualmente começaram a ser modeladas desde da década de 1980, principalmente a Assistência Social que ganha cunho de política pública, ou seja, a sua prestação passa a ser dever do Estado e direito do cidadão, numa estratégia de enfrentamento das questões sociais, dentre elas, a pobreza. Assim, a Constituição de 1988, principal produto da redemocratização do país, reflete claramente este processo de ampliação de direitos, tendo a dimensão social enfatizada, associadas à descentralização participativa, além de inovar constituindo o conceito de Seguridade Social<sup>28</sup>, como sistema amplo de proteção social, composta pelo tripé das políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Segundo Yazbek (2012, p. 301), “a noção de Seguridade que emerge na Constituição brasileira apresenta-a como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, sua trajetória laboral e em situações de renda insuficiente.”

Silva (2010, p. 158) assevera:

Até os anos 1980, no Brasil, a “cidadania” limitava-se aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, “cidadania regulada”. Esse quadro começa a ser alterado com a instituição da Seguridade Social, introduzida na Constituição Federal de 1988, em decorrência de lutas sociais pela ampliação e universalização de direitos sociais. Contudo, a crise fiscal do Estado nos anos 1980 e a adoção do Projeto Neoliberal, nos anos 1990, abriram espaço para programas focalizados na população pobre.

Apesar de todo esse avanço apresentado no escopo da Constituição de 1988, houve dificuldade de libertar-se do ranço do padrão imposto no regime militar frente às políticas sociais, e assim, lentamente vai se abandonando as práticas clientelistas, as patrimonialistas e as autoritárias, presentes, além da dificuldade no direcionamento de recursos para sua execução.

---

<sup>28</sup> Em seu artigo 194, a Constituição define a Seguridade Social como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Este aspecto alia-se a pressão das agências internacionais a partir do Consenso de Washington, que ocorreu em novembro de 1989, com a presença de presidentes de países da América Latina e representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual indicavam a esses países a aderirem às reformas estruturais de cunho neoliberal para a estabilização da economia, como as privatizações, desregulamentação dos mercados e a retomada do desenvolvimento. Estas agências internacionais também se tornam responsáveis pelas estratégias de enfrentamento da crise que os países periféricos passavam, no qual estes adotam medidas econômicas e de ajuste fiscal, acarretando no aumento de desemprego, pobreza e indigência (YAZBEK, 2012).

Na década de 1990, as normativas internacionais de ordem neoliberal se tornaram ainda mais forte no Brasil, com a posse do então presidente Collor, que adotou uma agenda pública de priorização do ajuste externo e da estabilização da economia, subordinando questões como a redução da pobreza, garantia de direitos sociais. Isso acarretou num retrocesso das políticas sociais às ações paternalistas e de uso político clientelista, com a redução do repasse financeiro a estas políticas, além dos direcionamentos tendenciosos dos convênios e benefícios (MESTRINER, 2011). Como afirma IVO (2008, p. 150), no contexto dos anos noventa houve uma inversão paradoxal:

[...] entre o regime político democrático, recentemente conquistado, que tende a ampliar a cidadania e incluir politicamente, e a dinâmica de uma economia que historicamente produziu as maiores taxas de desigualdades socioeconômicas, tendendo a aprofundar massivamente processos de dessocialização (pela precarização e o desemprego) e a desconstruir a cidadania inscrita em regras e direitos sociais conquistados na Constituição de 88.

Apontamos como destaque neste período a aprovação de legislações que regulamentassem algumas políticas sociais estabelecidas na Constituição, mesmo considerando que foram aprovadas tardiamente. O Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (lei nº 8.069 de 13/07/1990), a Lei Orgânica da Saúde (lei nº 8.080 de 19/09/1990), a Lei Orgânica da Seguridade (lei nº 8.212 de 24/07/1991) e o Plano de Benefícios da Previdência Social (lei nº 8.213 de 27/07/1991), e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (lei nº 8.742 de 07/12/1993).

Assim, a Assistência Social inicia uma nova fase de sua história de combate algumas facetas da questão social, entre elas a pobreza, agora pelo viés de política universal a quem dela necessite, descentralizada, garantindo direitos aos cidadãos e de responsabilidade

estatal. Apontamos como inovação o fato da assistência social assumir o caráter de direito não contributivo, atingindo aqueles que contribuem ou não para Previdência. Além disso, a proposta de participação popular no exercício do controle social na gestão e na execução da política de assistência social. A assistência social, como afirma Yazbek (2012, p. 304),

Como política de Estado, passa a ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira.

A LOAS vem ainda organizar as ações de assistência social instituindo o Sistema Único de Assistência Social – SUAS que tem os seguintes objetivos:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
  - II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6o-C;
  - III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
  - IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
  - V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
  - VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
  - VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.
- § 1o As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.
- § 2o O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.
- § 3o A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2011b, art. 6º).

O período da aprovação da LOAS torna-se contraditório, pois vai na contramão das reformas estatais do momento, unindo-se a deterioração da LBA por meio dos escândalos de corrupção envolvendo a ela e a representantes de instituições sociais e parlamentares. Através da LOAS foi criado o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, sendo o órgão ligado à administração pública federal e responsável por coordenar a Política Nacional de Assistência Social.

Ao longo de toda a década de 1990, o país viveu amedrontado com o fantasma da instabilidade financeira, da hiperinflação e da sequência desastrosa de vários planos econômicos fracassados. No ano de 1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito sob a promessa de trazer estabilidade, crescimento e emprego para a consolidação do

desenvolvimento e da melhoria social, porém logo se deparou com a alta do desemprego, deterioração progressiva dos serviços públicos, além do acelerado empobrecimento do povo brasileiro visto através do aumento da favelização das cidades, da violência urbana incontrolável, do aumento das populações vivendo nas ruas (MESTRINER, 2011). Aliado a isso, o consenso de Washington<sup>29</sup>, que ocorreu em 1989, trouxe algumas determinações de cunho neoliberais para os países periféricos, como a redução da intervenção estatal, privatização de empresas estatais, limitação de políticas sociais.

Assim, ao longo dos anos 1995 a 2002, a busca prioritária de atingir a estabilização econômica e o equilíbrio orçamentário fiscal trouxe resultados pouco favoráveis para a proteção social e direitos sociais adquiridos na Constituição. Ocorreu uma diluição das ações de assistência do Estado em vários órgãos (Ministério da Saúde e da Justiça), além da criação do Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira dama, que pretendia incentivar ações em duas frentes: atribuição de um selo de prioridade e gerenciamento de programas de diferentes Ministérios que tivessem maior potencialidade de impacto sobre a pobreza e identificação dos municípios que apresentassem maior concentração de pobreza, onde os programas seriam desenvolvidos (SILVA, 2010).

Porém, este Programa foi criticado por estudiosos que entendem que este veio de encontro com a promoção da política pública da assistência social, no qual,

[...]provocou num ato autoritário o retrocesso ao primeiro damismo, à centralização dos investimentos sociais, à fragilização de instâncias colegiadas distribuídas em vários ministérios, à diluição de competências, à hierarquização da relação público-privada, à participação consentida da sociedade civil, operando, assim, o esvaziamento da estrutura político administrativa do próprio governo e fragilização dos mecanismos democratizadores da gestão social (MESTRINER, 2011, p. 275).

Desta forma, nos anos 1990, embora o princípio da universalização dos direitos representasse uma conquista inclusive garantida em texto constitucional, sua concretude se torna difícil frente ao avanço das taxas de desemprego em massa e pobreza, passando, assim, a assumir o caráter prioritário no âmbito das políticas públicas em ações focalizadas (IVO, 2008).

---

<sup>29</sup> O Consenso de Washington ocorreu em novembro de 1989, na cidade de Washington, nos Estados Unidos, envolvendo diversos economistas de instituições financeiras, propondo diversas medidas fundadas na doutrina neoliberal. Tais medidas se tornaram política fundamental do Fundo Monetário Internacional em 1990, o qual passou a direcioná-la aos países em desenvolvimento que passavam dificuldade, visando o ajustamento macroeconômico.

Neste ínterim, o governo FHC tenta reverter este quadro através de um conjunto de ações setoriais voltadas aos segmentos mais vulneráveis da população, cujas ações combinavam serviços sociais e transferências monetárias. As primeiras experiências com programas de transferência de renda no Brasil se deram em 1995, quando começou a implantação nas prefeituras de Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Santos/SP e Brasília/DF de programas de repasse num determinado valor monetário a famílias em situação de pobreza.

Em 2001, foi criado o Fundo de Combate à Pobreza, que passou a financiar programas de transferência de renda associados à educação e às ações de saneamento básico, consideradas áreas de maior impacto sobre a pobreza. Assim, durante do primeiro mandato, o governo FHC priorizou os ajustes econômicos, durante o segundo mandato (1999 a 2002) seu governo foi marcado pelo interesse em organizar uma “Rede de Proteção Social” através expansão dos programas sociais federais já criados em 1996 – BPC e PETI<sup>30</sup> - e a criação de novos programas de transferência de renda: Bolsa Escola<sup>31</sup>, Bolsa Alimentação<sup>32</sup>, Bolsa Renda<sup>33</sup>, Vale Gás<sup>34</sup>, entre outros. Os programas de transferência de renda passam a constituir o eixo central da proteção social no país (SILVA, LIMA, 2014).

Observa-se uma reorganização das políticas sociais no Brasil a partir dos anos noventa, pois o caráter universal dá espaço para ações pontuais e focalizadas. Como afirma Ivo (2008, p. 190), esta reorganização:

---

<sup>30</sup> O Benefício de Prestação Continuada- BPC é um Programa do Governo Federal, previsto na Constituição de 1988 e regulamentado pela LOAS. Este benefício de transferência monetária no valor de um salário mínimo mensal é direcionado a pessoas idosas acima de 65 anos e pessoas com deficiência, desde que cumpra os critérios preestabelecidos. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI também é Programa do Governo Federal, atualmente vinculado ao Bolsa Família, para a transferência de renda a famílias com crianças em situação de trabalho infantil com idade inferior aos 16 anos.

<sup>31</sup> O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Escola - Bolsa Escola foi criado em 2001 vinculado ao Ministério da Educação - MEC, e estava destinado a famílias com crianças entre 7 e 15 anos, que recebiam o valor de R\$15,00 por criança, e em contra partida, as mesmas deveriam está frequentando a escola.

<sup>32</sup> O Programa Bolsa Alimentação foi criado em 2001 pelo Ministério da Saúde, objetivando reduzir deficiências nutricionais e a mortalidade infantil entre as famílias consideradas pobres. O valor do benefício era entre R\$15,00 a R\$45,00 por família, também sendo oferecido a esta família o atendimento na rede básica de saúde.

<sup>33</sup> O Programa Bolsa Renda estava direcionado a famílias de agricultores que residiam em locais sujeitos à calamidade pública, sendo o benefício no valor de R\$60,00 por família. Em 2003 este programa foi substituído pelo Programa Bolsa Alimentação.

<sup>34</sup> O Programa Vale Gás foi criado em 2002, pelo Ministério de Minas e Energias, buscando auxiliar as famílias pobres que despendiam do custo de obtenção do gás de cozinha. O benefício era no valor de R\$7,50 e era repassado a cada dois meses para as famílias.

[...] negligencia o mercado de trabalho como mecanismo central de integração social e mobilidade, assim como a estrutura dos direitos. Ela passa a uma política com ênfase em ações compensatórias, focalizadas e orientadas aos mais pobres, fora do mercado de trabalho e que não afetam as “zonas críticas” da proteção social (isto é, dos direitos sociais dos assalariados).

Nos anos subsequentes, a questão social vai receber novas abordagens por parte do governo federal. O então empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, lançou no início do seu governo o emblemático Programa Fome Zero, sendo a principal estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, cujo principal programa foi o Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família – PBF foi criado pela Lei nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004, no qual passou a ser implementado em outubro de 2003 com o processo de inscrição das famílias no Cadastro Único do Governo Federal para programas sociais, e logo mais, regulamentado através do Decreto nº 5.209 de 17 de janeiro de 2004. Este programa resultou da unificação de quatro programas sociais federais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás), objetivando:

- a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos — saúde, educação, assistência social e segurança alimentar.
- b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (Brasil/MDS, 2006).

O PBF é um programa de transferência monetária<sup>35</sup> no qual tem a proposta de proteger o grupo familiar, atendendo famílias em situação de pobreza e extrema pobreza<sup>36</sup>. O critério utilizado para classificar estas famílias é o de renda, no qual as famílias extremamente pobres são aquelas com renda per capita de até R\$77,00, e as famílias pobres são as com renda per capita entre R\$77,01 e R\$154,00, e que tenham gestante e/ou nutrizes, crianças e

<sup>35</sup> O valor do benefício foi recentemente alterado pelo decreto nº 8232, de 30/04/2014, passando a ser dividido em: benefício básico, no valor de R\$77,00, para famílias em extrema pobreza; benefício variável, no valor de R\$35,00, para famílias pobres e extremamente pobres que tenham gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes de 0 a 12 anos, sendo o limite máximo de R\$175,00 por família; benefício variável, de R\$42,00, para famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos; e o benefício de superação da extrema pobreza para famílias nessa situação com gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos. Este último benefício calculado a partir da diferença entre R\$ 77,01 (setenta e sete reais e um centavo) e a soma per capita de R\$77,00, multiplicado pela quantidade de membros da família, arredondado ao múltiplo de R\$ 2,00 imediatamente superior.

<sup>36</sup> O PBF, assim com os demais programas de transferência de renda na América Latina e países periféricos, se utiliza de critérios de economicistas para classificar seus beneficiários, seguindo inclusive orientações das agências financiadoras de focalização das políticas sociais, orientações estas oriundas das doutrinas neoliberais. Assim, o parâmetro adotado é o da linha da pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, que é mensurada a partir de populações que vivem com renda per capita diária de menos de US\$1,25 dólares.

adolescentes entre 0 e 17 anos em sua composição. Destacamos que o repasse do benefício está condicionado à frequência escolar regular das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e ao acompanhamento nos serviços básicos de saúde das gestantes, nutrizes e crianças de 0 a 6 anos.

Este programa tornou-se o maior programa de transferência monetária, que visa combater a pobreza, já realizado no Brasil, mesmo sendo direcionado apenas às famílias com renda mínima. Os dados oficiais mostram o crescimento acelerado do programa entre os anos 2004 a 2014, passando de 6,57 milhões de famílias no primeiro ano para 14,00 milhões no décimo ano do programa. O repasse monetário depende dos cofres públicos cerca de R\$27 bilhões por ano, o que representa apenas 0,5% do Produto Interno Bruto – PIB nacional (SILVA, 2014.)

Durante os anos de 2003 a 2010, o governo brasileiro optou por seguir duas diretrizes: a retomada do crescimento econômico, seguindo os interesses do capital financeiro nacional e internacional, e a implementação de programas e iniciativas voltadas a população mais pobre. Baseado nisso, o autor Márcio Pochmann (2011) afirma que o Brasil mudou seu padrão de mobilidade social em relação a outros países nos 13 últimos anos. Isto ocorreu mediante ao grau de mudança social que aconteceu na população brasileira, que tende a refletir em transformações mais amplas tanto na economia (renda, ocupação, dentre outros) e como nas políticas públicas (educação, garantia de renda e outros).

Esta mudança social que o autor aponta ocorreu a partir da recuperação do ritmo de crescimento econômico no Brasil desde 2004, no qual a realidade brasileira é estimulada por investimentos e pela ampliação do mercado interno de consumo, sustentado pela elevação de renda das famílias. Esta ampliação da renda familiar se deu principalmente naquelas famílias que compõe a base da pirâmide social, e ocorre estimulada por dois motivos principais: uma política de aumento do valor do salário mínimo e uma política de transferência de renda aos diversos segmentos vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência, desempregados e pobres) por meio da Previdência e Assistência Social (POCHMANN, 2011).

Dada a importância que foi para o país da implantação de programas de transferência de renda, foram desenvolvidos diversos estudos buscando analisar o impacto principalmente do Programa Bolsa Família na realidade das famílias brasileiras. Um deles foi do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010), sobre pobreza, desigualdade de renda e políticas públicas no mundo e no Brasil nos anos recentes. O estudo aponta como

causas da diminuição consistente da pobreza e da desigualdade, uma combinação de fatores, sendo a continuidade da estabilidade monetária, a maior expansão econômica e o reforço das políticas públicas, com destaque à elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular, reformulação e alargamento dos programas de transferência de renda aos extratos de menor rendimento.

Baseado no que foi acima exposto, percebemos que entre os anos de 1990 a 2010, o Brasil conseguiu crescer economicamente e aliado a isso, proporcionar melhor qualidade de vida à população. Apesar desse avanço, a problemática da pobreza não foi superada no país, apenas amenizada com programas como o programa Bolsa Família, que, mesmo mudando a realidade de milhões de famílias, não alterou os determinantes da pobreza estrutural do Brasil.

Entre os anos de 2003 e 2010 foram diversas as políticas sociais implantadas pelo governo federal em várias áreas, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Como destaque na assistência social, podemos mencionar a aprovação, por parte do Conselho Nacional de Assistência Social, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em outubro de 2004 que representa um novo desenho desta política, buscando a implementação do SUAS. Tem como objetivo a gestão integrada de ações descentralizadas e participativas da assistência social no Brasil, pressupondo a articulação entre serviços, programas, projetos e benefícios, bem como a ampliação de seu financiamento e o estabelecimento de padrões de qualidade e custeio da política (YAZBEK, 2012).

A PNAS e o SUAS vem ainda ampliar o leque de usuários alcançados pela política, abordando agora cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, ou seja, famílias e indivíduos que estejam vivendo a fragilidade ou perda dos vínculos sociais e familiares, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho, diferentes formas de violência, dentre outras (PNAS, 2004).

No ano seguinte, 2005, foi lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social-NOB/SUAS, sendo esta atualizada pela resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2010. A NOB/SUAS vem direcionar os três entes federativos e as instâncias de articulação, pactuando e deliberando, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil. Ela traz as orientações necessárias para ser adotado um regime geral na promoção do SUAS.

Dando continuidade a mesma linha de atuação, o atual governo federal, regido pela Presidenta Dilma Rousseff, busca erradicar a extrema pobreza do Brasil prosseguindo

com alguns programas sociais já existentes e lançando outros novos. Entre estas iniciativas governamentais, destacamos o Plano Brasil sem Miséria que foi lançado em maio de 2011 direcionado ao combate à pobreza de forma multidimensional.

No ano de 2010, o censo do IBGE (2010) apontou o número de 16,27 milhões de pessoas que viviam em situação de extrema pobreza, representando cerca de 8,5% da população do Brasil. Dentro deste número, 70,8% dessas pessoas são negras, 50,5% delas estão na faixa etária entre 0 e 19 anos, e 53,3% moram em áreas urbanas.

Este retrato da população brasileira justificou a implantação do Plano Brasil Sem Miséria. O Plano está dividido em três eixos de atuação, sendo eles: a) garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; b) inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres; e c) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias. Esta atuação em diferentes eixos demonstra o olhar do governo sobre a pobreza de forma complexa e multidimensional, não focando apenas no quesito econômico para enfrentá-la. O objetivo geral do Plano é promover inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza (YAZBEK, 2012).

Assim, o Plano Brasil sem Miséria possui interface em diversas áreas como foi acima mencionado. No quesito geração de renda, o Programa Bolsa Família ampliou em junho de 2014 a renda per capita considerada para ser beneficiado do programa, aumentando os benefícios básicos para R\$77,00. Apesar disso, ainda existiam famílias que mesmo recendo o PBF ainda estavam em situação de extrema pobreza, e também, aquelas que não estavam visíveis aos olhos do poder público. Para tentar erradicar essa situação, o Plano tem como estratégia a Busca Ativa dessas famílias, para inseri-las no Cadastro Único, em seguida, no Bolsa Família e em outros programas sociais.

A partir dos dados oficiais, uma das faces mais cruéis da miséria em nosso país era sua maior incidência entre crianças e adolescentes de até 15 anos. Para atender a parcela mais vulnerável desse grupo, as crianças de zero a seis anos, o Brasil Sem Miséria lançou a Ação Brasil Carinhoso. Ela foi concebida numa perspectiva de atenção integral que envolve aspectos do desenvolvimento infantil ligados à renda, educação e saúde.

No ano de 2013, o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento- PNUD Brasil lançou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, destacando que o Brasil teve

um alto desempenho de desenvolvimento. Isso ocorreu porque, nas duas últimas décadas, as políticas públicas tiveram como foco as pessoas, principalmente aquelas em situação de pobreza. Segundo este Índice (2013, p.7),

[...] os programas de transferência de renda condicionadas, os investimentos no sistema educacional e a universalização dos serviços de saúde são algumas das escolhas políticas que fizeram do Brasil um modelo de desenvolvimento com impactos positivos na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Escolhas que evidenciam a compreensão dos brasileiros de que crescimento econômico não resulta automaticamente em desenvolvimento de sua sociedade.

São notórias as mudanças que ocorreram no Brasil nas duas últimas décadas no tocante as políticas públicas de combate à pobreza, seus impactos e consequências. Porém, faz-se necessário observar que de fato estas iniciativas governamentais não mudaram a desigualdade social que assola o país e que de fato produz e reproduz a pobreza.

Rocha (2000 apud IVO, 2008), afirma que existem dois tipos de países nos quais persiste a pobreza absoluta: aqueles cuja riqueza nacional é insuficiente para garantir o mínimo indispensável a cada um dos cidadãos, e aqueles cujo produto nacional é suficientemente alto para garantir esse mínimo, e, portanto, a pobreza torna-se resultado de uma má distribuição de renda. O Brasil é exemplo deste segundo caso, pois tem uma das taxas de desigualdade social mais elevada do mundo, “o que determina, estruturalmente, que os índices de pobreza absoluta são incompatíveis com o crescimento econômico e com o desenvolvimento geral dessa sociedade” (IVO, 2008, p. 178).

Percebe-se que as políticas sociais brasileiras implantadas nos últimos anos remontam a características neoliberais, seguindo na direção compensatória e seletiva, centrada em situações-limite em termos de sobrevivência e sua focalização aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado de trabalho. Assim, as políticas sociais estão dualizadas paradoxalmente, ao passo que, por um lado contam com as garantias constitucionais para pressionar o Estado pela garantia dos direitos, mas por outros, estão submetidas aos interesses do capital internacional, com seu caráter regressivo e conservador, que ameaça o direito e a cidadania (YAZBEK, 2012).

As iniciativas governamentais implantadas até hoje não foram suficientes para erradicar a pobreza no Brasil. As famílias que são beneficiárias dos programas de transferência de renda, cuja ação foi a que propiciou maior impacto social no país, muitas

delas, usam os benefícios não apenas como complemento de renda, e sim, como única fonte de sustento já que estão impossibilitadas dessa real superação de sua situação.

Dentro dessas famílias identificamos um segmento ainda mais vulnerável, que são as crianças, adolescentes/jovens, de 0 a 17 anos, que constituem 48,8% do público beneficiário do PBF (CAMPPELO e NERIS, 2013). Uma geração de indivíduos que além da dificuldade em sobreviver através da renda, ainda vivem a problemática de acesso serviços públicos de qualidade, que os preparem para o mercado de trabalho, e lhes dê as ferramentas devidas para a concorrência desleal da sociedade capitalista.

O dado acima mostra como a população jovem do Brasil vive à mercê do risco da fome e da pobreza, tendo em vista que a desigualdade social impera no país, gerando a não garantia de direitos sociais básicos. Os jovens por muitas vezes vivenciam situações de insegurança alimentar e nutricional por não serem autônomos em si, dependendo de seus responsáveis para ter acesso a alimentos saudáveis e em quantidades suficientes. E mesmo quando estes já são responsáveis por si, podem desconhecer como podem superar a situação de insegurança alimentar e nutricional em que vivem.

Nesse sentido, é imperioso o estudo da categoria juventude nessa pesquisa a fim de conhecermos mais deste constructo social tão presente em nossa sociedade, e ao mesmo tempo, tão invisível pelo poder público até bem pouco tempo. No próximo subitem iremos nos deter em conhecer mais sobre a categoria juventudes, aprofundando nas características das juventudes brasileiras e como este segmento tem se destacado nas políticas públicas do nosso país, em especial as de combate à fome, com o uso dos restaurantes populares, temática foco dessa pesquisa.

## 4 DESVELANDO VOZES: BIOGRAFIAS JUVENIS

O presente estudo objetiva compreender as contribuições e limitações do programa Restaurante Popular no combate à fome dos jovens pobres de Maracanaú, além de suas percepções sobre a problemática da fome e da pobreza durante sua vida. Para isso, a utilização do caminho metodológico da história de vida torna-se imprescindível e bastante oportuno para a realização da escuta dos jovens entrevistados.

A juventude brasileira durante anos esteve à margem dos debates das políticas públicas, inclusive aquelas direcionadas a ela. Como o jovem teve sua imagem ligada à rebeldia, à insurreição, e à imaturidade, por muitas vezes não se foi dado espaço para que eles manifestassem suas percepções sobre determinados assuntos.

Hoje, o conceito de juventude mudou, e junto a isso, observamos a necessidade que há dentro das políticas públicas de escutar este jovem, que é usuário dela, participante e propositor de diretrizes. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional abrange um público jovem que se utiliza dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Mas, quem são esses jovens? Quem são seus familiares? Como vivem? Quais suas percepções e expectativas quanto a este serviço?

Os jovens pobres que são beneficiados da isenção da taxa de acesso ao Restaurante Popular lhes é de direito mais que do que o acesso a uma alimentação saudável, é necessário dar-lhes voz para melhor compreender a história de vida de cada um e suas percepções sobre este equipamento de alimentação e nutrição.

Buscando os objetivos da pesquisa, foram escolhidas as narrativas de três jovens, duas mulheres e um homem. Os jovens já eram isentos no Restaurante há mais de um mês, e frequentam diariamente aquele local.

### 4.1 HISTÓRIAS DE VIDA

Para realização da pesquisa, optou-se por utiliza-se a metodologia de história de vida (SPINDOLA; SANTOS, 2003; SILVA *et. al.*, 2007), onde os jovens narraram e rememoram suas experiências vividas, suas expectativas de vida, como reflexões e análise de seu processo sócio histórico, inclusive de vivências permeadas pela fome e/ou pobreza.

A partir do entendimento de Spindola e Santos (2003), a história de vida é um tipo de estudo que objetiva aprender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio autor. Assim, a história de vida prioriza a informação dada pelo entrevistado, sendo caracterizada pela obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada, valorizando-se mais o processo que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes.

Utilizar o método da história de vida foi fundamental para a obtenção dos resultados esperados na pesquisa, já que, através dele temos elementos importantes para compreender as percepções dos jovens entrevistados sobre os aspectos abordados. Isso ocorre porque a história de vida faz com que o entrevistado narre de forma descritiva e avaliadora, ao mesmo tempo, “pois, quando relatamos um fato, na verdade, estamos tendo oportunidade de refletir sobre aquele momento. Uma vez que o sujeito não relata simplesmente sua vida, ele reflete sobre ela enquanto conta” (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p.121).

Outra característica importante na história de vida é que, quando o sujeito relata sua narrativa, ele produz sentido tanto para ele como para o pesquisador, carregando singularidade na fala do sujeito. Para isso, este método traz a história e vida contada da maneira que é própria do sujeito, onde “tentamos compreender o universo do qual ele faz parte. Isto nos mostra a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais” (SILVA et. al, 2007, p. 31).

Nessa pesquisa, foi propício respeitar o discurso dos jovens em suas próprias palavras, buscando compreender as emoções e características expressadas. As entrevistas foram realizadas no Restaurante Popular, nos horários que melhor se adequassem à rotina dos jovens, e ainda, sob os aspectos éticos referentes a este tipo de estudo, sob autorização da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú. Também visando um procedimento ético durante a pesquisa, solicitamos que cada participante expressasse sua concordância em participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando o sigilo e a confidencialidade dos dados. Além disso, cada participante foi informado que sua participação na pesquisa era voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, e que não acarretaria em maiores privilégios dentro da rotina de usuário do Restaurante.

É válido reforçar que tivemos acesso às sínteses sociais dos participantes, documentos estes emitidos pelas unidades da assistência social que acompanham cada

família/indivíduo, seja CRAS ou Centro Pop, no qual, por meio dela, o técnico de nível superior compartilha um pouco sobre as situações sócio familiar dos usuários e descreve os devidos encaminhamentos, tanto para os benefícios eventuais, como para demais serviços, programas e projetos. Através da análise destes documentos, complementamos a pesquisa documental sobre os usuários isentos do Restaurante, inclusive sobre aqueles que participaram da pesquisa, nos possibilitando conhecer um pouco mais sobre a realidade em que estavam emergidos.

Vale salientar que as narrações das histórias de vida de cada jovem foram gravadas, transcritas, textualizadas e validadas. Individualmente reconstruídas para facilitar a compreensão daqueles que apreciassem esta pesquisa, além de serem utilizados nomes fictícios para preservar a identidade de cada participante. Posteriormente, foram agrupadas e analisadas categoricamente buscando-se congruências dentro da fala dos jovens.

#### **4.1.1 João**

João tem 27 anos e vive há 10 anos em situação de rua. Ele nasceu na cidade de Acaraú, interior do Ceará, e sua família era composta por seus pais e irmãos. O jovem menciona que tinha doze irmãos, porém apenas seis estão vivos. Desde a infância ele foi separado dos pais, mantendo pouco contato com os mesmos.

João contou que seus pais não tinham condições financeiras de cuidar dele e dos irmãos, e por conta disso, ele ficou na responsabilidade de outras pessoas durante toda sua infância, tendo contato esporádico com os pais. O jovem demonstra entender a situação vivida por seus pais de privação de renda e pobreza, como relata:

*Os outros me adotava. Quando eu era menino, minha mãe não tinha condição de me criar, ela sempre me dava pros outros me criar, ela só podia me ver de 15 em 15 dias. Ela passou muita necessidade, pra não ver a gente sofrer né?! Nós somos 12 irmãos, tem 6 vivos, sempre fomos criados pelos outros, todos espalhados. As casas que eu morava eram melhor que a minha, mas sempre tive vontade de conhecer minha mãe, vim conhecer eles com 5 anos.*

O jovem afirmou que começou a trabalhar muito cedo, aos 6 anos, carregando caminhão numa feira, e depois foi vender frutas no mesmo local. Por conta disso, iniciou nos estudos apenas aos 12 anos, por influência de seu padrasto que lhe matriculou na escola na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, na oportunidade aprendeu a ler

tardamente. Ele disse que durante um período ele estudava e trabalhava, e inclusive fez curso pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE de padeiro e exerceu esta profissão durante um tempo.

João relatou ainda que passou no vestibular para o curso de medicina veterinária na Universidade Estadual do Ceará, cursando dois semestres. Durante este momento da entrevista, tornou-se um pouco difícil compreender se este fato era verídico ou não, pois João disse que não fez prova de vestibular, e sim, entrou como “peixada”. Ao mesmo tempo ele relata que trabalhou durante algum tempo como auxiliar de veterinário num pet shop, local no qual ele aprendeu diversas tarefas, se confundindo com o mesmo relato sobre o período que teria cursado veterinária.

Tal relato é muito importante, pois, esta foi a elaboração que João fez sobre sua própria história, sobre seu maior sonho, o de ser veterinário. Mesmo que este objetivo não foi alcançado, e sim, acompanhado por uma trajetória de exclusões sucessivas, João sentiu necessidade de contar esta vivência no universo universitário durante seu relato, o que significa como ele dá importância para esta fase de sua vida.

Este momento da vida de João é crucial, pois o mesmo relatou que neste período ele começou a se envolver com drogas. O jovem contou que tinha alguns amigos que o levava à festas, e numa delas, no dia do seu aniversário, lhe foi oferecido cocaína.

*Ai depois que... num vou mentir pra você não, eu passei três anos usando pó, cocaína, ai minha vó descobriu que eu cheirava pó. Ai eu tinha muitos amigos da balada, que também cheirava pó, e no dia do meu aniversário de 19 anos, eles me ofereceram pra cheirar. E ai eu me viciiei, tudo dinheiro que eu pegava era pra comprar cocaína, de R\$50,00, R\$100,00. Não sentia fome, a maconha é que dá fome. Se você fumar pedra e cheirar pó, não dá fome, por isso emagrece muito, porque se você fumar pedra você não quer parar, porque vai roubar, se prostituir, pra fazer o que não presta pra conseguir a droga. Todas as drogas, o nome já tá dizendo: droga! Já não presta.*

João contou que foi um período muito complicado, pois deixou de estudar e saiu de casa por conta das drogas, pois tem um tio que é policial e não aceitava que ele fosse usuário e continuasse morando na casa da avó. Atualmente, o jovem se declara como adicto, porém de forma controlada, segundo ele.

*Eu já fumei droga, sou um adicto, eu uso pedra, mas eu não fumo todo dia, só fumo em curtidão. Eu trabalho a semana todinha, só fumo de 15 em 15 dias, ou de mês em mês. Primeiro eu faço a minha obrigação, depois a devoção. Tenho 10 anos de rua, nunca mexi em nada que é dos outros, sempre trabalhei, já consegui R\$2.000 e*

*troquei por uma grama de pó, uma grama de pedra, mas agora tô há 4 meses sem usar pedra, graças a Deus. Eu uso cachaça, mas tô reduzindo, tô conseguindo me erguer. Uma coisa que eu gastava R\$600 por semana no “Oitão preto” com pedra, hoje se eu gastar R\$20,00 é muito.*

João menciona durante a sua fala que comprava droga na favela de nominada “Oitão Preto”, que está localizada no bairro Moura Brasil, próximo ao centro de Fortaleza. O jovem contou que morou algum tempo em outros municípios além do seu de origem, como Fortaleza e Maranguape e, atualmente, mora em Maracanaú. Sobre sua atual situação em Maracanaú, ele conta que mora ali há 10 meses e que passou esse tempo morando na rua, porém, recentemente, uma senhora o convidou para morar com ela. Esta senhora se chama Rita, também faz da rua seu espaço de vivências e trabalho, ido para casa apenas à noite para dormir. João disse que Rita estava doente, e o convidou para cuidar dela, e assim vem acontecendo desde então, que esta relação se tornou uma parceria.

João relatou sua rotina diária a partir das refeições que realiza, ou não, naquele dia. Ele disse que quando acorda, toma somente café e vai para o Centro Pop<sup>37</sup> tomar o café da manhã, que serve alimentos variados como vitamina de frutas, suco, frutas, café com bolacha, sanduíche, dentre outros itens. Após isso ele participa das oficinas ofertadas ali, toma banho, lava suas roupas e guarda seus pertences. O jovem relata que frequenta o Centro Pop por que gosta, dizendo que as atividades ofertadas fazem ele distrair a mente, além de conseguir a isenção das refeições realizadas no Restaurante Popular. Ele explica que é preciso participar de pelo menos três atividades por mês ofertadas no Centro Pop para ser concedido o benefício da isenção para aquelas pessoas em situação de rua.

Após estas atividades no período da manhã, o jovem se direciona ao Restaurante Popular, almoça e fica aguardando chegar às 14h para retornar ao Centro Pop para lanche à tarde. Segundo ele, o lanche da tarde é feito dos mesmos itens daquilo que foi servido pela manhã, porém às vezes não sobram estes alimentos e então não é fornecido o lanche à tarde. Quando isto ocorre, João disse que trabalha como flanelinha, e assim, junta o dinheiro e

---

<sup>37</sup> O Centro Pop – Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua. Deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua. Essa unidade também funciona como ponto de apoio para pessoas que moram e/ou sobrevivem nas ruas, devendo promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação. .

compra algum lanche nas barracas próximas ao Hospital Municipal.

*Eu prefiro lanchar no Centro Pop porque pelo menos sobra dinheiro pro outro dia, porque o salgado com o suco nas barracas da praça é R\$3,50. Assim, eu acho o lanche da barraca mais gostoso, mas o do Centro Pop é mais em conta. E outra lá no Centro Pop a gente não enche o bucho, porque tem a quantidade certa pra cada um, senão falta pros outros.*

Chegando o período da noite, a refeição de João e de outras pessoas que vivem em situação de rua é incerta. Cada dia tem sua rotina, porém não há garantia de provisão de alimentação, tendo que conseguir o alimento da próxima refeição, assim que aquela termina. João contou que, alguns dias à noite, ele e outros moradores de rua recebem de um grupo religioso a doação de uma sopa, e nos dias que isso não ocorre, eles tem que pedir alimentos na vizinhança para preparar o jantar. O mesmo menciona como exemplo os dias de final de semana em que o Restaurante Popular está fechado:

*Por exemplo, sábado e domingo, não tem restaurante né? Ai a gente chega nas casas e diz: “Senhora, desculpa está incomodando, tem como você ajudar com um quilo de arroz porque a gente mora na rua e o nosso Restaurante que a gente come de graça tá fechado hoje, ai não tem onde a gente comer...”.*

Segundo o jovem, o jantar normalmente é feito na praça em frente ao Banco do Brasil, local onde os moradores de rua, que vivem pela redondeza do centro da cidade, aglomeram-se. Cada um traz um item para preparação da refeição: uns trazem panelas, outros conseguem os insumos, outros conseguem dinheiro para comprar a bebida alcoólica. Aquela refeição é dividida para todos que cooperam, e ainda para aqueles que não trouxeram nada, como afirma João:

*Às vezes comem dez, às vezes comem oito, depende da quantidade dos irmãozinhos de rua que tiver ai. Se a gente fizer um pouquinho de arroz, todos comem, é como uma equipe. Se um comer, todos comem, se um não comer, ninguém come. [...]Ai nos carros e nas motos, às vezes a gente ganha R\$30,00, R\$40,00. Mas quem usa droga, quem é dependente químico, já usa pra isso, nada pra comida, só pra droga. Quem não usa, compra comida e come, mas dá pros outros também. Partilha tudo. Isso se você quiser, a consciência é sua, é sempre isso, porque vai que você não tem e ele tem?! Como ninguém sabe o dia de amanhã, um dia você pode tá lá em cima, mas no outro você pode tá lá em baixo.*

Após este período, João retorna à sua casa, e assiste televisão até a hora de ir dormir. Segundo ele, como está em situação de rua há 10 anos, ele não se acostuma mais em ficar dentro de uma casa, querendo logo que o dia amanheça para voltar às ruas novamente. Contou que até para dormir na rede é ruim, pois, por muitas vezes, se sentiu mais confortável dormindo no chão.

Sobre a rotina do final de semana, João conta como faz para conseguir o alimento, tendo em vista que o Centro Pop e o Restaurante Popular estão fechados neste período. Ele explica que a senhora que mora com ele traz as panelas e demais utensílios de sua casa para a praça, local onde ela é flanelinha. Já ele, se oferece na função de fazer a comida, e os outros vão tentar conseguir os alimentos. Alguns itens como arroz, farinha, feijão, eles ganham da vizinhança em torno, e os demais itens, como legumes, verduras e a porção protéica (mortadela, frango, salsicha, linguiça, etc.) eles compram no mercado ou nos supermercados ali próximo. Disse que muitos economizam ao longo da semana, para ter dinheiro para se alimentar no final de semana.

Após a refeição, alguns ficam ingerindo bebida alcoólica, e quem quiser faz o lanche da tarde nas barracas que ficam ali próximo. À noite, eles recebem a doação de sopa de um grupo religioso, no qual eles fazem esta refeição e ainda guardam para o dia seguinte. No domingo, muitos buscam a Lagoa de Maracanaú para usufruir dela como fonte de alimentação e lazer.

*No domingo, a gente vai ter o lazer na lagoa. A gente vai mangueando uns trocadinhos, aí a gente compra uma corda de peixe de R\$5,00. Manguea o óleo, aí já tem gente pescando lá. A gente faz amizade, leva a cachaça e aí, eles tomam uma dose e dão peixe pra gente. A gente faz aquela base quente, aí a gente vai almoçar e toma banho. Com só o peixe, a farinha e a cachaça.*

João contou que muitas vezes não consegue se alimentar adequadamente no almoço e no jantar, que várias vezes apenas almoça, porque não possui dinheiro para comprar a próxima refeição. Ele disse que, quando está almoçando no Restaurante Popular, busca repetir a refeição várias vezes, para se satisfazer bem e não sentir fome tão cedo.

*Nem sempre eu tenho dinheiro para comprar as coisas para a janta. Eu por exemplo, quando estou almoçando no Restaurante, repito quatro vezes, como bem muito, porque aí eu não sinto fome na janta. Eu como a primeira vez como isento, e as outras eu pago. Eu prefiro pagar para repetir o almoço que enche mais, do que guarda pra janta. Se eu encher a barriga, é garantia que eu não vou sentir fome mais tarde. Aí passo a tarde arranjando dinheiro, cinquenta centavos, e fico só tomando café e fumando, aí vai passando a fome.*

Ao mencionar sobre os momentos que sente fome momentânea, João afirma que no período em que ele trabalhava no mercado formal, nada disso ocorria. Ele nos contou com pesar na fala, aparentando estar com vergonha ao contar sobre seu passado e relacioná-lo ao seu presente.

*Antes eu era padeiro. Quando eu trabalhava era muito bom, eu tinha tudo, tinha minha comida de hora em hora, não precisava ficar pedindo nas casas, que eu*

*tenho muita vergonha, não vou mentir. Eu tinha meu dinheiro sossegado, na hora que eu quisesse comer, eu comia, almoçava 12h, lanchava 15h, jantava 19h, lanchava 21h. [...]Quem mora na rua, a comida é pouca, se a gente trabalha e consegue muito, a gente come muito, se consegue pouco, como pouco. Quando eu arrumo dinheiro, eu como bem muito, quando eu não arrumo dinheiro, como pouco. Eu não guardo pra amanhã, sempre penso, como se diz: “só o dia de hoje, viva um dia de cada vez, sem saber o dia de amanhã, só o hoje”. Eu não tenho preocupação com o vou comer amanhã, ou mais tarde, como se diz: “Deus proverá”! Você come ali, mais tarde se você sentir fome, você manguea R\$0.50 a um e a outro e come de novo.*

Sobre esses momentos de restrição alimentar, o jovem relatou que nada se compara ao período em que viveu no município de Maranguape, no qual ele afirma experienciar várias situações de fome.

*A fome é você olhar pros quatro cantos da parede e não ter nada pra comer. Eu já comi barro, já enchi a barriga de farinha e açúcar. Quando eu morava em Maranguape, eu comi do lixo. O pessoal botava o resto de comida no lixo, eu ia e catava. Já comi o pão que o diabo amassou na minha vida. Já vivi muitas coisas boas, e agora estou vivendo o outro lado da moeda. Eu nunca imaginei viver isso. [...]Ai quando eu tava morando no Maranguape, eu dizia: “Ei senhora, me arranja um pouquinho de comida, pra eu comer”? Eu estava dois dias sem comer, só bebendo água, ninguém me dava nada. Lá eu morava só na Rodoviária, dormia lá no Gonzaguinha. Eu dizia: “Ei senhora, me dá um pouquinho de comida”? Ela só dizia: “Tem não, tem não”. Eu via ela botando no lixo e não me dava. Ai quando ela virava as costas à noite, né, eu ia lá no lixo, tirava os bregueços de cima, ajeitava os melhorzim e comia, e ia dormir. No outro dia, pra tomar café? Nada. Ai ia juntar latinha, fazer os mandar dos outros pra conseguir tomar café de manhã. Por exemplo, diziam: “Vá buscar água que eu te dou café”.*

Antes de João passar a morar em Maracanaú, o mesmo morou em Maranguape durante dois meses. Ele relata como o período mais complicado que passou, principalmente por conta da dificuldade em alimentar-se. Disse que o local que mais tem oferta de alimentos para as pessoas em situação de rua é em Fortaleza, já que existem diversos órgãos e entidades não governamentais que direcionam seu trabalho para este público.

O jovem contou que no município de Fortaleza, ele buscou moradia na Praça do Ferreira, no centro da cidade porque lá todo dia tinha a oferta de comida. Mencionou que durante o dia, as pessoas iam ao Refeitório São Vicente de Paulo, entidade não governamental localizada no bairro Benfica e coordenado pela Irmã Inês, nome pelo qual a entidade é conhecida entre seus frequentadores. Neste local, João lavava a roupa, tomava café da manhã e almoço, que é servido às 10h. Após isso, algumas pessoas em situação de rua se deslocavam para a praça no Parque das Crianças, e, por volta das 15h, iam ao encontro de uma pessoa chamada Juliana, na qual João mencionou que trabalha em um restaurante, e que ao final do

almoço a mesma juntava as sobras de comida, colocava em um saco e dava às pessoas em situação de rua. Depois disso, João e os demais iam à Praça do Ferreira, local no qual muitas pessoas se direcionam para doar quentinha, sopão, roupas e água gelada.

De Fortaleza João foi para Maranguape, onde passou dois meses residindo ali. Ele disse que lá não tem Restaurante Popular, e acabou conhecendo o Restaurante de Maracanaú por um amigo que lhe indicou:

*Ai tinha um colega meu, vinha daqui pra lá, que disse: “Macho, lá no Maracanaú tem um Restaurante que a gente come de graça, que num instante se come, lá é melhor que aqui, aqui num presta não”. Eu disse: “Onde é o Maracanaú”? Ele disse pra que ir na BR que chegava lá, ou então pra pegar um ônibus e chega lá. Faz traseira e vai. Mas eu nunca gostei de fazer traseira, porque as vezes o trocador não para, e aí? Eu sempre gostei de trabalhar e ter um trocadinho no bolso, pra quando você quiser pegar um ônibus, poder pagar o ônibus, é mais melhor assim, ninguém fala de você. [...] Ai ele mandou eu vim, e eu encontrei um colega meu, quando eu tava saindo de uma casa de recuperação, ele perguntou pra onde que ia, eu disse que ia pra Maracanaú. Ai a gente veio, ai disse lá como era os esquemas do Centro Pop. [...]*

*Todo dia eu vinha, ia pro Centro Pop, pegava a isenção, comia e voltava pra Maranguape, pela estrada da Tangureira. Saía de lá 6h da manhã, chegava às 8h. Merendava no Centro Pop, e vinha pra cá. Almoçava, e ai andando, chegava às 15h em Maranguape. Quando chega lá, já tava com fome. Não adiantava vim todo dia, ai eu achei melhor vim pra ficar em Maracanaú.*

Desta forma, João acabou se mudando para Maracanaú, onde mora há 10 meses. Disse que se sente bem na convivência com os demais companheiros e destaca o trabalho do Centro Pop e do Restaurante Popular como de suma importância para as pessoas em situação de rua. Por diversas vezes, ele mencionou a falta que estes serviços fazem no período em que ficam fechados, já que, por muitas vezes, os serviços ofertados são a única forma das pessoas obterem sua à dignidade humana resgatada através de um banho ou de uma refeição servida adequadamente.

João declarou gostar do serviço do Restaurante Popular, dizendo ser essencial para seu dia a dia, pois é a garantia de uma refeição saudável a um preço acessível. Mencionou que gosta da variação do cardápio, pois assim ele tem acesso a vários tipos de alimentos e não enjoa da comida.

*Ai quando eu vim pro Restaurante, eu disse: “Vixe a comida daqui é boa, viu”? Eu gosto da comida daqui, só não gosto quando é aquela papa de peixe, porque não enche o bucho. Também por que botam mais pra uns do que pra outros, ai é chato, mas a qualidade da comida é boa, todo dia é um cardápio diferente, eu não enjoa. Por mim era todo dia frango, ontem eu comi uma vez e foi suficiente, capricharam. Eu disse: “Ei tia, capricha aí que eu tô iracemado! Como tinha pouca gente, ela caprichou”. [...] O restaurante faz diferença pra mim, porque, pro almoço é muito bom, muita gente reclama, ah, o restaurante é isso, é aquilo, mas pra mim, eu dou graças a Deus por esse restaurante aí, pros moradores de rua aqui, como ia comer? Tem que dá graças a Deus o restaurante tá aberto. A gente ia ter que ir tudo dia lá*

*pra Parangaba comer. Como eu já vi, tem gente que vem do João XXIII pra cá, dizem que é a comida do Restaurante daqui de Maracanaú mais gostosa. Aqui é bom por que aqui já alivia a fome da gente.*

João menciona a importância de ter um Restaurante Popular, em Maracanaú, para atender a população local e ainda aquelas pessoas oriundas de outros municípios, como Fortaleza e Pacatuba. Falou ainda do Restaurante Popular Mesa do Povo em Fortaleza, que fica no bairro Parangaba, o qual promove, através da política de segurança alimentar e nutricional, a garantia do direito humano à alimentação adequada.

O relato de João, assim como dos demais jovens entrevistados, nos faz perceber que o imediatismo da necessidade da obtenção de alimentos para se manter vivo, o impossibilita o desenvolvimento de objetivos de vida que fomentem mudança na condição de pobreza impossibilitando a melhoria da vida. Suprir a fome passa a ser seu objetivo diário, sendo uma preocupação constante, mesmo que imediatista, mas que dificulta alçar outros planos de vida.

Sobre o cardápio do Restaurante Popular, este é elaborado diariamente por nutricionista, e em cada dia a refeição que é servida é avaliada pelos usuários votando numa urna com fichas coloridas verde, amarela e vermelha, que significa bom, regular, e ruim, respectivamente. Esta avaliação de cardápio diária é copilada e no final de cada semana avaliado aquele cardápio que teve maior ou menor aceitação dentro do público frequentador.

Sobre o benefício da isenção da taxa de acesso, João fala que é muito importante para ele, pois não é sempre que o mesmo dispõe do valor necessário para pagar a refeição. Apesar disso, o jovem não soube informar qual o real motivo de ele e as demais pessoas em situação de rua recebem a isenção, apenas sempre faz ligação entre a participação das atividades do Centro Pop ao fato de comer sem pagar. Desta forma, fica claro a necessidade de maior divulgação para os usuários de temas como direito humano à alimentação adequada, segurança alimentar e nutricional, integração entre a Política de Assistência Social e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. O jovem contou que o único equipamento público da Rede San<sup>38</sup> que conhece é o Restaurante Popular.

Apesar dessas deficiências, João contou que a refeição que faz no Restaurante faz toda diferença ao longo de seu dia, tanto pra ele como para outras pessoas. Ele mencionou o fato de ter uma alta demanda pelo serviço, e em determinados dias, algumas pessoas voltam para casa sem conseguir almoçar ali.

---

<sup>38</sup> Para mais informações sobre Rede San, consultar o tópico 2 deste estudo.

*Às vezes não tem pra todo mundo, certo que é muita gente, como terça feira que foi o aniversário do Restaurante. Eu cheguei 12:30h achando que não tinha muita gente pra comer, mas tava lotado, ai não consegui mais entrar, porque a comida já tinha acabado. Ai eu não esperei pra ver se ia dá. Ai não comi, não almocei, fiquei com fome. A minha sorte foi que uma senhoria tinha pegado um pedaço do bolo do aniversário, e me deu, ai eu compre café e almocei bolo com café. E fiquei o dia com fome. A noite eu consegui R\$30,00 nas motos, ai comprei um frango, cozinhei e jantei.*

Durante a fala de João por diversas vezes ele menciona ensinamentos que recebera dos pais. O jovem relatou que não conviveu por muito tempo com seus genitores, mas ele demonstra ter recebido muitos conselhos que ele está levando para o resto de sua vida. Apesar disso, João disse que não tem vontade de retornar ao convívio da família, pois, para ele, não é um ambiente auspicioso para a vida que ele leva.

*Meus pais sempre me ensinaram isso: “João, se você quiser uma coisa, trabalhe, pra nunca mexer nada de ninguém, num roube”. Meu pai sempre me ensinou isso, o que é certo é certo, e eu tô levando isso até agora, por isso que eu tô vivo. Em 10 anos de rua, eu tô vivo, por isso, porque eu sei saber chegar e eu sei sair. Eu só entro num jogo se eu puder ganhar, se eu não puder ganhar, eu num entro não. É melhor pedir perdão do que permissão, porque meu pai sempre me disse assim: “Se você usar 3 palavras mágicas você entra em qualquer canto: com licença, obrigada e desculpa, usando isso, você entra em qualquer canto”. Ele dizia assim: “Quando tiver duas pessoas conversando, nunca passe no meio de duas pessoas, peça com licença, e espere elas terminarem de conversar, pra depois falar. Se pisar no pé de alguém ou esbarrar em alguém, peça desculpa, pra não gerar uma briga”. Você usando isso, você pode entrar em qualquer lugar. [...]Eu não tenho contato com meus pais, minha família há 10 anos, moram no Acaraú. Hoje minha família são os irmãos da rua, porque às vezes os pessoal de fora lhe trata melhor do que os da própria casa. É por isso que você trata eles como irmãos, como uma família. Não sinto falta deles, porque eu nunca fui criado com meus pais, sempre fui criado com os outro, só via meus pais de 15 em 15 dias. Com 6 comecei a trabalhar na feira.*

João aparenta ser um jovem que amadureceu muito novo, já que ainda na infância teve que trabalhar para sustentar-se. Hoje ele vive em situação de rua e drogadição, fatores que dificultam a superação desta fase da vida que está passando. João relatou que sonha apenas em sair das ruas e reconstruir sua história de vida retomando o que ele chama de “vida boa”, se referindo a ter um emprego, estudar, ter sua família por perto, mas ainda vê um grande abismo entre seu sonho e a realidade posta.

#### **4.1.2 Joana**

Joana tem 27 anos e atualmente reside com o esposo e três filhos, que tem 12, 7 e 4 anos. A jovem nasceu em Maracanaú, passou parte de sua infância em Redenção, interior do Ceará, e hoje voltou a residir no município da pesquisa. Ela demonstrou ao longo da

entrevista ser uma pessoa simpática, rindo bastante das situações contadas, porém este riso por muitas vezes pareceu expressar uma forma de camuflar o sentimento de vergonha e nervosismo. Apesar de sua idade, Joana hoje é uma dona de casa cheia de responsabilidades junto a sua família e parentes.

Ela nos contou que teve uma infância difícil, que morava com os pais e quatro irmãos, porém, as brigas entre seus pais eram constantes, ocorrendo sempre separações entre o casal. Desta forma, quando eles se separavam, sua mãe ia morar em Redenção e levava consigo os filhos, mesmo que, depois de um tempo, retornassem ao convívio do pai em Maracanaú. Joana relata que este período foi muito difícil, pois quando ocorriam estas separações, a família ficava sem garantia de sustento, já que o pai era o provedor.

Para adentrar no relato desse período da sua infância, Joana inicia mencionando este fator como causa do seu atraso escolar:

*Estudei até a 4ª série... sou analfabetazinha (risos)! Ler até eu sei, mas escrever... Parei de estudar porque eu engravidei com 14 anos. Comecei a estudar quando eu era criança, mas o pai e a mãe viviam se mudando demais, brigavam, aí se separavam, aí a mãe ficava lá em Redenção e aqui, ficava lá e cá aí a gente passava um ano aqui, depois ia pra lá, aí perdia o ano (letivo). Já vim estudar mesmo depois de velha, com quase 12 anos, aí me juntei, com 12 anos, aí meu pai morreu...*

Durante sua fala, Joana expressou certo descontento com este período de sua vida, sempre mencionando de forma superficial os fatos, e logo em seguida voltava a falar de sua realidade atual. Ao falar de sua infância, a jovem se retraía e baixava a cabeça, ficando a fisionomia triste.

Joana mencionou que estes períodos em que viveu com a mãe e os irmãos em Redenção foram bastante difíceis, e que inclusive, ela e sua família passaram fome.

*Já passei necessidade quando eu era criança. Era da gente acordar e não ter nada pra comer, quando a gente morava com minha mãe. Aí tinha um vizinho que fazia tapioca, e menino é espião, né (risos)? A gente ia espiar, ainda mais com fome, aí ele me dava uma tapioca e eu corria pra casa pra dividir com meus irmãos. [...] Todo dia a gente tinha que ir pra vó, chegava lá com fome, tão desconfiada, morrendo de fome. Aí a vó perguntava: já comeram hoje? A gente ficava calado. Aí almoçava e ia pra escola. A mãe sai de manhã atrás de comida, e gente ficava só, ela só voltava à noite, trazia o que as irmãs, as amigas dela tinha dado. Como a gente ficava em casa, se ela não voltasse logo, a gente tinha que ir atrás do que comer lá vó. Não ia passar o dia de fome! Isso eu tinha uns 10 anos.*

Segundo o relato da jovem, percebemos que a mesma desde cedo vivenciou situações de insegurança alimentar e nutricional, inclusive a fome, pois não tinha acesso uma

alimentação em quantidade e qualidade suficiente para seu desenvolvimento. Além disso, a incerteza de ter o que comer, também perpassava por sua família, pois a sua mãe tinha que buscar a ajuda de terceiros para alimentar os filhos.

Joana também relatou que após este período, ela passou a trabalhar como empregada doméstica, dividindo sua rotina entre o trabalho e os estudos. Mencionou que seu pai ficou doente e foi diagnosticado com câncer, passando a ficar internado no hospital. A jovem e sua irmã é que se revezavam para cuidar do pai, inclusive sendo acompanhante dele no período da internação.

*Mas antes do meu pai morrer, eu trabalhava de dia, e de noite eu ficava com ele no hospital, lá no Hospital do Coração. Eu não tinha a cara de nova, ai eu ia, eu e minha irmã num pediam nem documento, eu tinha que ir, né? Porque não tinha dinheiro pra pagar uma pessoa, era R\$60,00. Tinha que ficar com ele. Ai depois que ele faleceu, aliviou mais essa tensão de ficar pra lá e pra cá, sabe? Ele morreu de câncer.*

A jovem contou que, após o falecimento de seu pai, passou a morar na casa da avó paterna, em Maracanaú. Disse que este período entre a infância e início da adolescência foi bastante complicado porque sua família não promovia a função protetiva que ela e seus irmãos necessitavam, tendo ela, inclusive, que assumir responsabilidades inerentes ao mundo adulto, como trabalhar para se manter.

*Olha mulher, a pessoa que não tem família é muito ruim, porque a minha mãe era perturbada, assim, ela brigava com o pai ai ia embora. Somos cinco filhos, ai ficamos desbundada, meu pai morreu também, a gente não tinha onde morar, eu tinha 12 anos, ai que fiquei com minha vó, ai comecei a trabalhar foi cedo, porque não tinha como a gente se sustentar porque o pai não tinha nenhum benefício, ele já tinha morrido, e ainda estavam atrás de lutar pelo benefício dele. Ai no primeiro mês que saiu o benefício, a vó ficou com ele, no outro mês já era pra mãe porque ela era a mulher dele, ne?! Mas ela ajudava a gente, sabe? Eu trabalhando (pausa em silêncio)... em casa de família, e estudava de noite.*

Joana relatou que passou pouco tempo morando na casa da avó paterna, após o falecimento de seu pai, que logo passou a conviver maritalmente com seu esposo. Ela fala que ter que trabalhar ainda na adolescência não foi um dos maiores problemas, e sim, não ter quem cuidasse dela neste período da vida. Além de sentir falta de ter um ambiente familiar harmonioso, Joana menciona que se entristecia por não ter onde morar, tendo que ir morar com a avó.

Esta convivência na casa da avó ainda não foi pacífica na vida da garota. Ela conta que sua avó tinha dois filhos que a maltratavam, tornando a convivência naquele

ambiente algo conflituoso. Relata ainda que neste período, começou a se relacionar com seu atual marido, que o mesmo é seu primo, e já conviviam por conta da proximidade da família.

*O pior não foi eu começar a trabalhar cedo, foi eu não ter onde morar, não ter ninguém que cuidasse, né? Porque quando você não tem ninguém assim (silêncio)... eu morava mais minha vó, que tinha dois filhos. Um ficava soltando piada e o outro já queria me bater, um dia deu um tapa na minha cara, eu não podia escutar um som, ver televisão que ele chegava e fechava. Então, tudo aquilo pra mim ela uma humilhação, entendeu? Ai não tinha com quem eu pudesse morar, né, ai foi o jeito, o meu marido, chegou e disse que ia me botar dentro de uma casa, e tive que ir. Pra mim foi melhor, do que ficar apanhando dos outros, não ia ficar sendo humilhada.*

Joana mencionou várias vezes em sua fala que lamentava a forma como a sua família primária se organizava, deixando o cuidado com os filhos de lado, prejudicando o desenvolvimento dos mesmos. Ela não atribuiu às situações que vivenciou, de restrições, ao fato de sua família ser pobre, e sim, às constantes separações dos pais, e por consequente, à ausência destes na vida dos filhos, geraram um amadurecimento precoce em Joana e seus irmãos. Segundo ela, situações como a gravidez na adolescência, o abandono dos estudos e a convivência marital ainda jovem não teriam ocorrido se seus pais fossem mais presentes.

*Ai...tive que trabalhar cedo...porque assim, sei lá, quando a gente tem a mãe da gente, a família da gente estruturada, a casinha da gente, o pai, né, por mais humilde que fosse, mas tivesse ali junto, eu acho que eu num tinha me juntado cedo e tido esses meninos não. Ele era meu primo. Tive o primeiro filho com 15, outro com 19 e outro com 23 anos.*

Apesar de a jovem ter tido seus filhos muito nova, ela afirma que a maternidade chegou como a realização de um sonho. Disse que no início da sua vida de mãe e esposa, eles não passavam por dificuldades financeiras, pois seu esposo trabalhava inserido no mercado formal, tendo todos os direitos trabalhistas garantidos. Disse que as questões financeiras começaram a trazer preocupação após o nascimento do terceiro filho, já que são muitas pessoas na casa para serem sustentadas por uma pequena renda.

Joana disse ainda que há pouco tempo seu marido foi demitido e atualmente está trabalhando informalmente, numa confecção de roupas. Ela explica que a renda mensal da família atualmente é de R\$600,00, oriundos do pagamento recebido por seu marido, que não recebe o valor integral de um salário mínimo porque seu padrão cedeu a casa em que moram, não cobrando o aluguel, porém, faz este desconto deste valor no salário do trabalhador.

A família de Joana é beneficiária do Programa Bolsa Família, e recebe um benefício no valor de R\$182,00. A jovem lamenta que até o ano passado, ela também

trabalhava como auxiliar de cozinha, porém foi demitida e até hoje não conseguiu emprego. Contou que hoje conta com a ajuda de familiares para complementar a renda da casa que é grande parte dela direcionada para a alimentação da família.

*Tudo era melhor quando eu trabalhava também, porque, como eu disse, só um trabalhando, são três menino, pra manter três meninos de leite, alimentação, vestimenta. Assim, porque eu tinha meu dinheiro guardado, não precisava pedir o cartão da minha tia. E às vezes o cartão dela é pouco o limite, aí não dá mais pra passar. Ai tenho que pedir dinheiro emprestado, pra comprar fruta, porque lá em casa eu gosto mais de fruta. Ontem mesmo eu comprei um quilo de uva e eles comeram todinho, porque são doido por fruta, banana. E eu... eu gosto de me alimentar bem.*

A jovem relatou que apenas a renda de seu marido não dá para sustentar todas as despesas da casa, como contas de água e luz, alimentação, vestimenta, material escolar, dentre outras. Ela mencionou que recebe ajuda do patrão do esposo para sanar algumas contas, e ainda, que usa o cartão de crédito de sua tia para comprar a alimentação quando o salário daquele mês acaba.

*Mas o que ele ganha não tá dando suficiente pra sustentar a gente, porque por exemplo, eu pego o dele (salário) e enterro com o meu (benefício do Bolsa Família) pra poder dá pra comprar o da quinzena. Ai eu faço R\$150,00 de compras na quinzena (risos)... é pouco né?! E ai minha tia tem um cartão, às vezes eu faço o resto das compras no cartão dela, e eu já uso o Bolsa Família pra pagar o cartão. Ai eu posso fazer mais compras depois... porque só isso não dá naquele mês. [...]E também eu comprei uma televisão (risos), a prestação é R\$150,00, mas também eu tava precisando que o ladrão levou minha televisão, eu tava precisando, tinha que comprar. Ai todo mês eu tenho que pagar. [...]Roupa, mulher, eu nunca mais comprei, às vezes compro de ano em ano. Só compro chinela quando quebra, porque o menino do meio tem mais facilidade de ganhar as coisas, roupa e chinela, o grande e o pequeno eu tenho que comprar as chinelas quando quebra. [...]E a água e a luz também pago... só a luz é R\$100,00. O salário é pra tudo, porque as vezes sempre fica um papel dentro, paga um mês, deixa outro. Às vezes o patrão dele ajuda, sabe? Mas eu não gosto de tá pedindo não.*

Observamos que o benefício do Programa Bolsa Família de fato tem sido um complemento à renda da família de Joana, que se utiliza desse dinheiro para comprar alimentação na última quinzena de cada mês. Ela também relatou que a alimentação dos filhos é tida como prioridade nas despesas, que ela e o esposo sempre buscam não deixar faltar o alimento dos filhos, mesmo que para isso eles tenham que se endividar.

Sobre a rotina alimentar da família, a jovem falou que eles tomam café da manhã, normalmente composto por cuscuz, ou pão, ou bruaca e café puro. Ela disse que gosta muito de pão, mas nem sempre tem dinheiro para comprar e então ingere estes outros alimentos. As crianças comem o mesmo que os adultos, menos o filho do meio, cuja situação, a mãe explica:

*“E o meu filho do meio, não toma café, só leite. Os outros tomam. Só quer tomar leite, digo que ele é rico, porque só quer tomar leite!”*

Ela e as crianças almoçam no Restaurante Popular, principalmente nos dois últimos meses, período em que o botijão de gás de sua casa esvaziou e não tiveram condições de comprar um novo. Disse que já conhece o Restaurante há muito tempo, mas não almoçava sempre ali porque as crianças estudavam em escolas diferentes, e como ela tinha que pega-los em locais distintos, acabava perdendo o horário em que as refeições são servidas. Porém, ultimamente, principalmente por conta da situação financeira difícil, Joana e os três filhos estão diariamente se utilizando o serviço do Restaurante Popular.

Mesmo frequentando diariamente este serviço, Joana declarou que por muitas vezes não tinha naquele dia o dinheiro para se alimentar no Restaurante. Os filhos mais novos dela não pagam a refeição, pois tem abaixo de 8 anos de idade, sendo apenas ela e o filho mais velho que pagavam para fazer as refeições ali. Porém a insuficiência financeira da família era tamanha, que a mesma, por várias vezes, deixou de almoçar no Restaurante por não ter a quantia diária de R\$2,00.

*Todo dia eu tinha que vim com os meninos, eu tinha que pagar R\$2,00, mas tinha dia que eu não vinha porque não tinha os R\$2,00, daí eu tinha que fazer o almoço em casa. Mas na minha casa não tinha tudo que tem aqui, às vezes só tinha o arroz e linguiça, ou salsicha. Ai a menina me indicou que eu fosse no CRAS pegar o papel que não pagava. Ai eu fui no CRAS e peguei a isenção esse mês.*

Quando Joana se refere a ir “no CRAS pegar o papel que não pagava”, a mesma fala do benefício de isenção da taxa de acesso ao Restaurante Popular. Para estes usuários é confeccionado um cartão de acesso que os diferenciam dos demais usuários pagantes, para melhor organização do fluxo de entrada no horário do almoço.

A jovem mencionou que, durante estes meses que vem sendo beneficiada com a isenção, ela já percebe uma economia feita em sua renda familiar, já que agora seu gasto com a alimentação se resume aos lanches e às refeições no final de semana. Ela afirma que, ao almoçar no Restaurante, fica satisfeita até a noite, fazendo apenas um lanche no final do dia. Já os seus filhos têm por hábito lanchar à tarde e à noite, e a mesma fala do esforço que é suprir esta necessidade das crianças:

*Dá 15h eles tão tudo com fome, eu não. E ficam atrás da merenda: “Mãe, o que vai ser a merenda? Menino, vai ser bolacha com alguma coisa”. Só às vezes que é leite, porque o leite tá muito caro. Mas a merenda deles sempre tem, ou ruim ou não, tem*

*que ter. Porque assim, o pai deles, quando não dá pra pagar uma conta, ele pede emprestado e eu entrego e compro. A gente não deixa faltar o alimento deles, Deus me livre! Se eu não pagar a luz nessa quinzena, mas na outra eu pago, às vezes minha sogra me ajuda, digo que tá faltando o leite do menino, aí ela manda uma lata. Mas é só a ela que eu peço, porque, a minha irmã precisa mais que eu, mas às vezes ela vai lá em casa e leva biscoito pra eles, aí... é assim que a gente vive, desse jeito.*

Joana mencionou que é ela quem escolhe os itens que compõem as refeições da família. Ela afirma que, quando vai ao mercantil fazer as compras de alimentos, acaba comprando aqueles itens mais baratos, mesmo que não sejam de tanta qualidade, para que caibam no orçamento familiar. Como exemplo, ela cita que durante as compras prefere a carne de segunda com músculo e gordura à carne de primeira, ou que, se desloca até outros bairros da cidade para comprar um frango mais barato, ou ainda, que compra salsicha e ovo no lugar de carne. Ela menciona o benefício proveniente do Programa Bolsa Família como uma renda não só complementar, mas necessária ao sustento de seus filhos, já que é usado tanto para alimentação como para outras despesas.

*O Bolsa Família dá pra ajudar muito ne, porque aquele dinheiro todo eu não uso só pra comida. Eu compro chinelo, lápis, borracha, caderno, sempre tem que tá comprando. Acabo usando pra outras coisas também, eu conto com ele, se ele faltar, só Deus*

A jovem durante sua fala mencionou várias vezes sobre as dificuldades financeiras de suprir as necessidades de sua família. Como foi mencionado anteriormente, Joana, apesar de tão jovem, teve responsabilidade da vida adulta ainda na adolescência, deixando para trás alguns sonhos e projetos.

Joana declarou que atualmente seu maior sonho é voltar a trabalhar, especificamente na função em que vinha exercendo de auxiliar e cozinha. Também disse que tem vontade de voltar a estudar, mas que tem encontrado dificuldade de efetivar sua matrícula por conta de alguns documentos exigidos para isso. Aparentemente, a jovem se vê distante de seu sonho de cunho profissional, sonho este que nasceu ainda quando era uma menina/mulher.

*Eu tenho vontade de voltar estudar, já fui na escola três vezes atrás de reativar minha matrícula, mas não consigo. Pra mim aprender mais, eu ia ter mais acesso a emprego. Eu sinto falta, eu tenho dificuldade de escrever bem, um exemplo, se fosse pra eu escrever numa entrevista, eu não ia conseguir. Eu sonho com emprego... todo dia eu oro a Deus, eu fui fazer uma entrevista mês passado, mas ainda não me chamaram. Se aparecesse em serviços gerais, por exemplo... Ah mas meu sonho, era ser enfermeira! De tanto tempo que eu fiquei no hospital com o pai, aí eu via as enfermeiras e achava bonito, achava legal. Aí o meu sonho é esse, mas meu sonho...*

*só Deus.*

Percebe-se que Joana projeta seus sonhos, assim como os demais jovens entrevistados, a partir de suas vivências, ou seja, estes sonhos estão imbricados com fatos ocorridos ao longo de suas vidas. Mesmo tendo sonhos que podem impulsionar novos projetos de vida para Joana, atualmente a mesma encontra-se impossibilitada de buscar estes objetivos, pois as condições reais de desemprego, baixa escolaridade, conjugado à vida de dona de casa e mãe faz com que esta jovem se distancie cada vez mais de seus sonhos. A busca pela obtenção das necessidades imediatas fala mais alto do que o sonho de novos rumos para sua vida.

#### **4.1.3 Maria**

Maria é uma jovem usuária do Restaurante Popular que tem 29 anos de idade, e atualmente reside com seus quatro filhos, sua companheira e seu irmão. Ela nasceu em João Pessoa, na Paraíba, e está morando em Maracanaú há dois anos. Maria demonstrou ser uma jovem forte e determinada, porém muito fechada e introspectiva, que foi contando sua história de vida a partir das indagações feitas sem uma narrativa corrida.

Antes de Maria residir em Maracanaú, ela morava com sua mãe, a princípio, e depois com seu primeiro marido em João Pessoa. Ela relatou que sua infância foi boa no convívio com sua mãe e irmãos, que sua mãe sempre trabalhou e conseguia sustentar os filhos de forma a nunca faltar nada. Sobre seu pai, ela disse apenas que nunca teve contato com ele, que toda sua vida foi rodeada da mãe e irmãos.

A jovem relatou que estudou apenas até a 8ª série, por falta de interesse pela escola. Contou-nos que quando conheceu seu marido, ela já tinha parado os estudos. Ela passou conviver em união estável com ele ainda adolescente, e teve o desejo de concluir os estudos, porém, seu ex-marido envolvido pelo sentimento de ciúme não queria que ela o assim fizesse. Maria disse que concluiu o ensino fundamental pela modalidade EJA, mesmo indo contra a vontade de seu ex-marido que sempre gerava situações conflituosas.

Maria teve seu primeiro filho ainda na adolescência, com 17 anos, período no qual ela afirma ter sido bem complicado, pois ela era ainda muito nova para assumir o papel de mãe, dona de casa e esposa.

*É uma situação muito difícil, porque meu primeiro filho foi com 17 anos, era uma menina ainda aprendendo ser mãe, ser dona de casa, com um homem extremamente ignorante. Ai veio o segundo filho, o terceiro, já foi adquirindo um pouco mais de experiência, perdendo mais o medo, né, muita coisa eu recuava porque eu tinha medo. Fui vendo o sofrimento dos meus filhos, me deu força também pra perder o medo, correr atrás do melhor pra eles. E me tornei uma mãe, mulher, dona de casa.*

Maria relatou que viveu anos ao lado do pai de seus filhos permeados de brigas, ameaças, ciúmes e agressões. Disse que o ambiente familiar era bastante hostil para ela e para seus filhos, que foram crescendo amedrontados por este clima conflituoso. Além disso, o pai das crianças não supria as necessidades dos filhos, e mesmo contra a vontade dele, Maria tinha que trabalhar para mantê-los.

*Lá tinha a estrutura de uma casa, tinha mobília tudo direitinho, só que ele não cumpria com a sua responsabilidade. Era um homem um pouco, um pouco não, extremamente agressivo, tanto comigo como com meus filhos, então a paz mental e física dos meus filhos pra mim era melhor do que qualquer outro tipo de coisa. Não compensava, a casa mobilhada, água e luz paga, porque era a mãe dele que pagava, alimento, porque uma hora ou outra eu fazia uma faxina, mesmo contra a vontade dele, arrumando emprego, mas eu não podia deixar os meus filhos passarem fome, então eu fazia. Era eu correr atrás pra dá o melhor por meus filhos e uma confusão que eu gerava em casa.*

A jovem falou sobre um episódio de violência doméstica e familiar que a fez largar tudo o que tinha e vir morar em Maracanaú. Disse que seu ex-marido, movido por ciúmes, a colocou para fora de casa durante a madrugada, deixando-a desabrigada até o dia seguinte.

*Lá na Paraíba eu cheguei a entrar na Maria da Penha contra meu marido, pra eu buscar meus troços em casa eu tive que ir com o oficial. Só as minhas coisas, porque eu mesmo, ele me botou pra fora de casa de madrugada. Tinha chego do trabalho 1h e pouco da manhã, por conta de ciúme doentio dele, me botou de casa pra fora de casa, e eu fui. Só que no outro dia eu dei parte dele, pra buscar meus troços e pegar meus filhos, que ele sabia que a única coisa que me atingia e me atinge até hoje são meus filhos, abaixo do poder de Deus é claro. Então ele segurou meus filhos pra me manter dentro de casa. Eu disse: “Não, meus filhos não. Você não gosta de nenhum, você é pai, mas você não gosta de nenhum”. Ai fui, tirei algumas roupas minhas, e meus filhos e aluguei um canto pra morar.*

Neste período, a jovem relatou que conheceu a sua atual companheira pela internet que já morava em Maracanaú, e decidiu vim embora para este município só com algumas roupas e seus filhos.

*Então eu preferi arriscar, vim pra cá sem conhecer ninguém, a não ser ela, com pouquíssimas roupas, entrar numa casa sem nada, a não ser as paredes, só com as roupas e me reconstruir aos poucos junto com ela, e estamos ai graças a Deus.*

*[..]Lá eu tava casada com ele, assim, eu morava com ele, mas não tinha mais a relação de casal. Até que eu conheci a minha atual companheira, resolvi vim pra cá com meus filhos. Deixei tudo lá, casa com mobília e tudo, trouxe só algumas roupas. [...]No começo a gente ficou em casa de amigos, passei uns 15 dias, depois a gente foi pra casa alugada, até hoje. Eu tenho fé em Deus que minha casa vai sair, que eu tô inscrita no Minha Casa, Minha Vida, se Deus quiser vai sair.*

Maria contou que nos primeiros meses que estava residindo em Maracanaú, ela e seus filhos passaram por muita dificuldade financeira, pois ela e sua companheira estavam desempregadas, e a renda da família advinha apenas do benefício do Programa Bolsa Família e da pensão alimentícia das crianças.

*Hoje em dia tem pra todo mundo, logo no início que eu vinha almoçar aqui, não tinha. Eu às vezes deixava de comer pra dá pros meus filhos, ou comia um pouco menos ou até deixava de comer pra dá pra eles. Isso foi uns por uns bons meses, seis, sete meses, por que a minha renda não dava, porque eu recebo R\$ 217,00 do Bolsa Família e R\$250,00 da pensão, e eu pago R\$300 de aluguel, ai tem água, tem luz, na época o Vitor usava fralda, hoje é que eu tô tirando mais, ele só usa na creche que é exigido. Ai era fralda todos os dias, acabava sobrando muito pouco pra alimentação, pras outras coisas.*

A jovem passou a frequentar o Restaurante Popular deste o início na condição de isenta e isto permanece até hoje, tendo em vista que as condições financeiras de sua família não mudaram muito.

*Já faz mais de um ano que eu almoço no Restaurante. Foi uma conhecida da minha esposa que falou que o Restaurante fornecia quentinha, só que falaram que era em outro bairro, só que ficava muito longe. Ai eu fui no CRAS, que eu transferei meu Bolsa Família da Paraíba pra cá, ai fui no CRAS me informar, e eles informaram que o daqui não fornecia quentinha, mas dava o almoço. Ai eu expliquei toda a situação que estava na época, parada, sem uma condição financeira boa, ai fizeram uma carteirinha lá no CRAS mesmo, pra eu ser isenta e não pagar, tanto eu como meus filhos.*

De fato, quando ela e seus filhos começaram fazer suas refeições ali, a aparência das crianças era de um quadro de desnutrição, inclusive sendo observado pelas nutricionistas e indicando um acompanhamento na unidade de saúde família. Maria atribui ao Restaurante a possibilidade de oferta de uma alimentação balanceada para seus filhos.

*Alimentação daqui tá servindo muito, porque a aqui a comida é balanceada pelo nutricionista. E aqui, meus filhos tem uma comida que não tinha antes, com verduras, com as proteínas sendo colocada no prato cada uma sendo colocada pra complementar a outra... uma fruta, o suco da fruta, um feijão, coisas que eles não tinham com tanta frequência, e agora eles tem aqui. Principalmente pro meu caçula, ele, devido as dificuldades que eu passava, então qualquer oportunidade que eu tinha eu sempre empurrava comida nele, então ele ficou com uma dilatação no estômago. Por mais que ele coma pouquinho, ele sempre fica com a barriga muito grande. Ele sempre tava um pouco abaixo do peso, por mais que ele se*

*alimentasse normalmente, não era uma comida nutritiva, então ele sempre estava abaixo do peso. Mesmo que ele comece muito, não era uma alimentação nutritiva. Quando eu não tinha o dinheiro do mingau e do leite, eu dava comida de panela, então ele deixou a idade de comer mingau, ele tava comendo comida de panela. Os outros também passaram por isso, mas não foi tanto.*

Sobre a rotina de alimentação dela e de sua família, Maria relatou que pela manhã, todos tomam café da manhã, composto de cuscuz, quando não tem pão, ou biscoito, e café puro. Quando está com dinheiro, ela compra frutas para as crianças, principalmente para o caçula. As crianças vão à escola e lá recebem a merenda escolar:

*As crianças tomam café e vão pra escola, os três maiores... meu mais velho estuda integral, a minha de 12 anos, estuda meio período, a de 5 estuda integral e o Vitor, que é o caçula, estuda na creche, integral. Eles fazem as refeições na escola, só a minha menina de 12 anos que eu vou buscar na escola pra vim pra cá. Os outros já tem as refeições garantidas na escola, pelo menos no período da escola. Todo dia eu venho almoçar aqui.*

Após o almoço, Maria disse que às vezes eles fazem um lanche à tarde, por conta da sua filha de 12 anos que está em casa. Senão, ela pega as outras crianças na escola e, quando chega em casa, já está próximo ao horário do jantar. Nesta refeição normalmente é servido cuscuz, macarrão, ou arroz com frango, dependendo o que tiver no dia. Para os finais de semana, Maria vai economizando durante a semana, e busca comprar alimentos que possam ser usados nas refeições do sábado e domingo, tendo em vista que as crianças passam o dia em casa e o Restaurante Popular não está aberto.

*No final de semana, eu já me programo, eu tento me programar, se eu vou ter algum dinheiro pra receber durante a semana, eu já pego esse dinheiro e compro a carne pro final de semana, porque o grosso eu sempre tenho, quase nunca falta. Quando falta sempre aparece um anjo de Deus que me ajuda. Ai eu já compro a carne para o final de semana, um frango que tá mais barato, um fígado que é mais barato que a carne, porque a carne tá os olhos da cara, e eu já deixo lá guardada para o final de semana.*

Atualmente, ela e sua companheira estão trabalhando como costureiras, porém de forma avulsa, sem vínculo empregatício. Ao longo do mês, os clientes às procuram e contratam seu serviço, porém não tem renda fixa que garantam o sustento da família. A pequena renda que ela recebe desse trabalho é utilizada no complemento da alimentação durante o mês, na compra de iogurte, frutas, carne, etc.

*A gente ainda não tem uma renda fixa, porque a gente não tem um cliente fixo que faça pedido toda semana, a gente ainda não tem. Renda fixa mesmo só o Bolsa Família e a pensão dos meus filhos. No começo do mês, que a gente tem feito as compras, a alimentação é mais farta. Se eles tiverem o dia todo em casa, eles*

*comem de 3 em 3h, é uma fruta, tem um iogurte, tem uma merendinha... no começo do mês que tem é farto, mas quando vai acabando o mês, vai ficando só o grosso.*

Percebemos que o benefício do Programa Bolsa Família é parte importante da renda familiar de Maria, não sendo apenas um complemento, e sim, sendo metade da renda total da família. Este benefício na família de Maria torna-se essencial no sustento dos seus, como a mesma afirma:

*O Bolsa Família no meu caso poderia ser mais, porque tem gente que não precisa e recebe mais que eu. Ele não supre 100% a alimentação, porque eu pago o aluguel com ele, o resto que entra é que eu complemento a alimentação. [...] Os meus filhos estão crescendo e acabam aumentando as despesas, o meu mais velho já tá entrando na adolescência, e já quer um celular, roupa e calçado, mas eu não tenho condições de dá.*

A garantia de renda da família de Maria é crucial no processo de sobrevivência e desenvolvimentos de seus membros, tendo em vista que desde a escolha do que comer, até atender as necessidades do consumo, como a compra de um celular perpassa a questão da renda. A jovem relata que, por conta dessa dificuldade financeira, o benefício da isenção se torna muito importante para sua família.

*Pra mim faz muita diferença mesmo, ser isenta aqui, por tem dia que eu não tenho R\$1,00. Porque é um real meu, da minha companheira, dos meus dois filhos maiores, por que os dois menores ainda não pagam, só acima de 7 anos... então, todo dia R\$4,00 eu não tenho. Se fosse fazer esse almoço em casa também não daria, pra fazer uma alimentação adequada com fruta, com legumes, uma carne boa, bem temperada, eu ia gastar muito mais, dinheiro que eu não tinha, ne, todo dia pra isso?! Então o restaurante pra mim foi muito viável.*

Maria disse que a fase que está vivendo, mesmo com as dificuldades financeiras, está sendo mais tranquila do que quando morava em João Pessoa. Ela mencionou várias vezes que a condição financeira mais favorável eu tinha não comprava a estabilidade emocional dela e de seus filhos, frente aos constantes conflitos familiares que vivia. A jovem se colocou como alguém que está reescrevendo sua história e que hoje vivencia novas expectativas e sonhos.

A aquisição de sua casa, a garantia de uma renda fixa por meio de um emprego são situações que Maria menciona como a realização de um sonho. Mesmo assim, ela disse que gostaria de voltar a estudar, se dedicando diariamente a isso, para que possa ter acesso a realizações profissionais. Percebemos que a história de violência doméstica que Maria viveu está presente e viva em sua memória e influencia em seus sonhos:

*Profissionalmente eu tenho dois sonhos, um de estudar medicina, e outro de ser policial. O sonho de medicina, seria para estudar medicina neonatal porque eu sou louca por criança, e o policial seria mais pela segurança ne, pra tirar muitos homens de má índole da rua, que maltrata mulher, que maltrata criança.[...]Eu espero que meu futuro seja melhor, que eu arrume um trabalho ou consiga um cliente fixo nas minhas costuras pra que eu possa me estabilizar financeiramente.*

Assim como os demais jovens que narraram suas histórias de vida, Maria demonstra ter fatores em sua vida que converge à história narrada pelos outros dois jovens, aspectos pertinentes inclusive a uma determinada parcela dos jovens pobres brasileiros. Existem também aspectos que se diferem a cada história narrada, sendo relevante a sua análise durante a pesquisa realizada. A seguir abordaremos alguns destes aspectos que se confluem e se distanciam na vida dos jovens entrevistados.

#### 4.2 CONGRUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS NARRATIVAS JUVENIS

Esta pesquisa buscou ouvir os jovens que vivem ou viveram situações de pobreza e, em consequência, passavam por privações de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para eles e seus familiares. Ouvir estes jovens foi imperioso para conhecer a realidade indescritível através da voz dos excluídos, e assim, trazer à luz fatos desvelados por suas narrativas.

Percebemos que cada indivíduo é único em si, e suas experiências de vida ao passar por situações adversas tornam suas percepções diferenciadas entre si sobre as mesmas circunstâncias da vida. Foi respeitando a individualidade e as singularidades de cada um que analisamos os discursos, buscando encontrar semelhanças e divergências, dentro do universo juvenil que os envolve.

Para analisarmos os dados coletados na pesquisa, nos utilizaremos do procedimento fundamentado em Bardin (2004), que é a análise do conteúdo, a partir da categorização, buscando evidenciar os temas mais destacados nas narrativas. Segundo esta autora, a análise do conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 2004, p.42).

A partir da análise de conteúdo realizada, foi possível identificar os principais temas retirados dos dados apresentados na pesquisa foram estruturados de maneira organizada

buscando uma análise mais consistente, sempre considerando o todo, possibilitando conclusões baseadas na subjetividade de cada jovem (BARDIN, 2004).

Para melhor organização e análise do conteúdo, os dados obtidos foram agrupados em 4 fases. Na primeira, juntamos todas as respostas iguais; na segunda, agrupamos as respostas que, mesmo não sendo iguais, eram semelhantes; na terceira fase, dividimos as respostas em dois grandes grupos: 1. Perfil sócio histórico e econômico dos jovens, e 2. Experiências de vida; na quarta fase, as respostas foram categorizadas a partir da frequência com que apareciam.

Desta forma, ao final da análise do conteúdo, surgiram oito categorias, sendo cinco do perfil sócio histórico e econômico dos entrevistados – Idade; Escolarização; Trabalho; Composição sócio histórica familiar; Condições Financeiras - e três acerca da experiência de vida – Violação de direitos quando criança; Experiência de fome e pobreza; Significado do Restaurante e o benefício de isenção.

Nos deteremos inicialmente na análise das subcategorias que se revelaram a partir do perfil sócio histórico dos jovens participantes da pesquisa.

#### **4.2.1 Perfil sócio histórico**

A análise de conteúdo produzido mediante os dados coletados possibilitou classificar cinco categorias que descrevem o perfil sócio histórico dos jovens: 1. Idade; 2. Escolarização; 3. Trabalho; 4. Composição sócio histórica familiar; 5. Condições Financeiras. Estas subcategorias serão analisadas a seguir:

##### **1. Idade**

Os jovens entrevistados tem uma média etária de 27 anos, todos já bem próximos a chegar à fase adulta da vida. A autora Debert (2010), questiona a existência, na fase da pós-modernidade, de uma definição estática sobre a juventude. Argumenta que os ciclos da vida, tão fortemente pregados na modernidade, estavam baseados no poder de consumo, de gerações consumidoras, tendo dos ritos de passagem como mudanças para as demais fases da vida, seja a infância, adolescência, juventude, mundo adulto ou velhice. A escritora fala que há uma mudança neste conceito na pós-modernidade, já que,

o curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser

interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade, e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver fases de crise (DEBERT, 2010, p. 16).

Esta teoria se confirma quando analisamos a vida dos entrevistados. Eles apresentaram histórias de vida nas quais desde cedo desenvolveram atividades próprias do mundo adulto, como o trabalho, a geração de filhos, o casamento, a responsabilidade por sua vida e por outros, a maturidade, dentre outros. Os jovens relataram ter vivido ainda na infância e adolescência situações de trabalho infantil, experiência de assumir a responsabilidade por seu próprio sustento e alimentação, além da gravidez precoce e a formação de uma família ainda na adolescência. Percebemos, que estas vivências, que até pouco tempo eram vistas como ritos de passagem para a fase adulta, hoje se configuram como fatos corriqueiros dentro da juventude pobre brasileira, que, por questões objetivas, não conseguem viver cada fase de sua vida de forma plena.

No contexto das histórias contadas, dois fatores foram descritos pelos jovens como motivadores para sua saída do seio familiar: conflito familiar e casamento. Apesar disso, analisamos que outros fatores contribuíram para este acontecimento.

O jovem João mencionou que desde da infância morava em casas de famílias diversas, tendo pouco contato com os pais, mas que durante a adolescência chegou a residir por um período na casa da avó, sendo sua família ampliada. Segundo ele, após o início do uso de drogas, o mesmo passou a ter conflitos com seus familiares que não aceitavam esta prática, motivando o jovem a sair de casa e buscar as ruas como abrigo.

Maria e Joana tiveram histórias de vida semelhantes na adolescência: ambas engravidaram com a idade média de 16 anos, e já conviviam maritalmente com seus respectivos cônjuges. Apesar da semelhança, os motivos que as levaram a sair da casa dos responsáveis familiar e formar uma nova família são diferentes: Maria saiu da casa da avó para casar-se por conta de conflitos familiares com seus tios, vendo no casamento uma possível solução de viver sem este problema, e Joana deixou à casa de sua mãe porque dizia está apaixonada e queria formar sua própria família.

Segundo Camarano et. al. (2004), em análise feita dos dados produzidos pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos 1982 a 2002, a motivação de transição dos jovens para a fase adulta, são diversas, porém, no tocante ao público feminino, a maioria dessas jovens saiu da casa de seus pais em advento do casamento

e da gestação, tornando-se chefes de família, com ou sem a presença de seus cônjuges. Segundo a pesquisa, estas jovens que passaram a serem chefes de família já haviam deixado de estudar e ingressaram no mundo do trabalho.

Dentro do universo desta pesquisa, duas dos três jovens relataram ter vivenciado gravidez precoce durante o período da adolescência, entre 15 e 17 anos. As jovens mencionaram que esta gravidez foi fruto de um relacionamento amoroso estável, no qual as mesmas qualificam como casamento, porém, nenhuma delas juntamente com seus companheiros oficializaram esta união através do casamento civil.

Este episódio da gravidez continuou se repetindo na vida das jovens, sendo que Maria tem três filhos, e Joana tem quatro filhos, todos nascidos quando elas tinham ainda tenra idade. Segundo Cerqueira-Santos et. al. (2010), a gravidez na adolescência é um fenômeno que vem aumentando no Brasil, e ocorre por diversos motivos e causalidades dentro do universo que envolve esta fase da vida. Além de ser um processo de violação de direito, como nos deteremos a frente, a gravidez traz grandes riscos tanto para a vida do adolescente como para a criança que foi gerada.

Cerqueira-Santos et. al. (2010) afirma que dentre a diversidade de fatores que influenciam para ocorrer a gravidez na adolescência, se destacam os fatores socioeconômicos. Apesar de o fenômeno atingir e estar crescente em todas as classes sociais, ainda há uma forte relação entre a pobreza, baixa escolaridade e baixa idade para a gravidez, sendo a maternidade precoce um produto de várias de fatores de risco, como o histórico de desenvolvimento de seus pais, nível socioeconômico, redes de apoio, recursos psicológicos, idade dos progenitores e características comportamentais e temperamentais do próprio adolescente.

A partir desta análise, percebemos que o fator idade envolve diversas situações que revelam a vida dos jovens brasileiros pobres ainda distante do ideal para seu desenvolvimento saudável de forma integral, biopsicossocial, econômico e intelectual. Durante a narrativa dos entrevistados, fica claro em seus discursos que os mesmos atribuem situações difíceis vivenciadas hoje a fatores de risco que viveram na infância e adolescência. Uma das jovens inclusive refletiu dizendo que, se não tivesse vivido situações de abandono, pobreza, falta de moradia na infância, a mesma não teria tido a mesma vida que tem hoje, de baixa escolaridade, desemprego, filhos e casamento precoce.

## 2. Escolarização

Exceto João, os outros participantes da pesquisa apresentaram baixa escolaridade, constatada a partir da afirmativa de abandono dos estudos ainda em séries primárias. Todos disseram gostar de ir à escola e citaram motivos como conflitos familiares, desinteresse, gravidez na adolescência, trabalho infantil que influenciaram no abandono dos estudos.

Em suas falas, os jovens não demonstraram ver os estudos como principal alternativa para o crescimento profissional, buscando a inserção no mercado de trabalho como atividade primária, deixando os estudos em segundo plano. Ao conhecer as histórias de vida de cada jovem, é notório que as questões familiares influenciaram diretamente na permanência deles na escola desde a primeira infância. Eles relataram situações de abandono dos pais e conflitos familiares que fizeram com que eles não tivessem estabilidade emocional e estrutural para permanecerem na escola.

As autoras Polônia e Dessen (2005), destacam a importância da família para o bom desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes, sendo a família a instituição de socialização e aprendizagem do ser humano. A família como primeiro espaço de conhecimento da criança, torna-se um ambiente primordial para o desenvolvimento escolar. Assim, “os recursos psicológicos, sociais, econômicos e culturais dos pais são aspectos essenciais para a promoção do desenvolvimento humano” (POLÔNIA; DESSEN, 2005, p. 304).

Dentro desta perspectiva, os jovens participantes desta pesquisa vivenciaram diversas situações adversas com sua família primária, que o abandono escolar ou a escolarização tardia foi apenas uma das consequências sofridas até os dias de hoje. Assim, quando a necessidade da sobrevivência se sobressai, a escola passa ser um espaço pouco atrativo dentro de uma rotina de trabalho infantil, de conflitos familiares e/ou gravidez precoce, gerando um desinteresse por parte dos jovens. Sobre a importância da integração entre família e escola, as autoras mencionam:

Enquanto a escola estimula e desenvolve uma perspectiva mais universal e ampliada do conhecimento científico, a família transmite valores e crenças e, como consequência, os processos de aprendizagem e desenvolvimento se estabelecem de uma maneira coordenada (POLÔNIA; DESSEN, 2005, p. 305).

Um dos jovens contou que largou os estudos após seu envolvimento com o mundo das drogas, pois o mesmo tornou-se adicto e para manter o vício, saiu de casa e passou

a residir nas ruas, rompendo com seus vínculos familiares. Outra jovem, Maria, mencionou que ainda adolescente já havia perdido o interesse em ir à escola, e neste mesmo período passou a conviver maritalmente com aquele que seria o pai de seus filhos. Este homem despertou uma postura dominadora que a impedia de retornar aos estudos, obrigando-a viver para a casa e os filhos.

Em suas narrativas, os três jovens mencionaram querer retornar à escola, seja para concluir, seja para um maior aprimoramento dos conhecimentos que já tem. As mulheres que tem filhos relataram que, constantemente, buscam influenciar seus filhos para que permaneçam e se dediquem aos estudos, pois acreditam que é a única maneira de conseguirem ser bem sucedidos na vida profissional.

Apesar deste entendimento apresentado pelos jovens, as questões objetivas da vida ainda cessam a priorização dos estudos em detrimento ao trabalho, pois, os jovens acabam se ocupando em funções trabalhistas ainda que informais e precárias, mas que garantam uma renda mínima de sobrevivência tendo em vista as necessidades diárias deles e de suas famílias.

### **3. Trabalho**

A evasão escolar e as necessidades iminentes e objetivas da vida fazem como que o trabalho tem um grande destaque no discurso dos jovens. Dos entrevistados, todos afirmaram que já exerceram atividades laborais tanto inseridos no mercado de trabalho formal como no informal, porém, atualmente encontram-se todos desempregados.

Sobre suas profissões, João afirmou ser padeiro e auxiliar de pet shop, Joana, auxiliar de cozinha e Maria, costureira modelista. Os três narraram em suas histórias de vida que trabalham desde a infância e adolescência, seja como carregador de caminhão na feira, seja como empregada doméstica. Neste período, eles relataram que trabalhavam para ajudar a manter as despesas de suas famílias, que vivem situações de extrema pobreza, sendo obrigadas a isso para sobreviver.

Como relatado, atualmente estes jovens encontram-se desempregados, e fazem “bicos”, ou seja, trabalhos temporários para sobreviver. João guarda carros nas ruas e Maria costura para confecções de roupas, porém a renda destas atividades não é fixa nem garantida, sendo um meio de sobrevivência incerto. A situação de Maria é mais complicada por que a mesma é arrimo de família, tendo quatro filhos, um irmão e uma companheira para sustentar. Joana está desempregada e apenas seu marido está trabalhando.

Os autores Laranjeira, Teixeira e Bourdon (2007), analisam a educação e a inserção socioprofissional como campo de atuação de políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza brasileira, e esta responsabilidade tem transitado do campo sócio político para o campo sócio individual, no qual os indivíduos devem tornar-se competitivos e empregáveis. Além disso, os autores apontam o agravamento da ausência do Estado dentro do sistema capitalista neoliberal, no qual predomina a precarização de empregos, a diminuição dos postos de trabalho, cenário este que a juventude brasileira, ainda em grande número empobrecida, tem encontrado em seu cotidiano.

O mercado de trabalho vem restringindo seus postos de trabalho, tendo o desemprego atingido inclusive pessoas qualificadas, que dirá aquelas que não tiveram acesso a uma escolarização de qualidade e na idade certa. No universo juvenil esta problemática não é diferente, principalmente àquela população que reside em áreas com pouca ou inexistente oferta de ensino público, gratuito e de qualidade, evidenciando o abandono e a repetência escolar. Isso repercute diretamente na inserção desses jovens no mercado de trabalho, no qual seu ingresso é dificultoso e demorado, além de lhe está reservado aquelas vagas de menor remuneração.

O percurso escolar da maioria desses jovens encontra-se continuamente submetido à experiência do “eterno retorno” à escola, ou simplesmente à exclusão do sistema público de educação. Junte-se a isso o ingresso precoce no mercado de trabalho, o mercado informal, a baixa remuneração e a discriminação étnica, alguns dos obstáculos para a inserção socioprofissional desses jovens (LARANJEIRA; TEIXEIRA; BOURDON, 2007, p. 97).

Embasando esta teoria, a narrativa dos jovens participantes desta pesquisa evidenciaram sua crença de que, se tivessem uma melhor escolarização e formação profissional, provavelmente teria maiores chances e oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, ocupando cargos elevados e com bons salários.

#### **4. Composição sócio histórica familiar**

O tema família permeou por diversas vezes a narrativa da história de vida dos adolescentes, seja a família primária e ampliada, composta por seus pais, irmãos, tios e avós, seja a família atual, composta por cônjuge, filhos, amigos.

Todos os jovens entrevistados relataram a ausência da figura de um dos pais, pai ou mãe, ou de ambos durante a sua infância, seja por um curto período ou por nunca ter a

oportunidade de conviver com estes. Dois jovens citaram a figura da avó como referência de maternidade e cuidado, inclusive em alguns momentos, assumindo o papel de seus genitores.

Esta ausência ainda na infância reflete até hoje na vida dos jovens, que relataram não ter mais contato com os pais. João reside nas ruas há 10 anos, e desde então não tem contato com nenhum membro de sua família; Joana contou-nos que seu pai faleceu quando ela era adolescente e que não tem contato com sua mãe, que sua maior aproximação é com sua irmã, tia e sogra; Maria declarou que seu irmão mora consigo, e sua mãe mora em outro estado, na Bahia, e que ela nunca conheceu o pai.

As autoras Gomes e Pereira (2005), buscaram apresentar alguns aspectos que diferenciam a definição de família contata no imaginário popular, e a família que de fato existe na sociedade contemporânea. Assim, elas afirmam que “no imaginário social, a família seria um grupo de indivíduos ligados por laços de sangue e que habitam a mesma casa. Pode-se considerar a família um grupo social composto de indivíduos que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa trama de emoções” (GOMES; PEREIRA, 2005, p.358).

A partir desta definição, entenderemos as narrativas, como a de João, afirmando que atualmente, “sua família são seus irmãozinhos de rua”, ou como a de Maria, que mantém uma relação homoafetiva e juntamente com seus filhos formam uma família. Percebe-se que a família de laços consanguíneos muitas vezes é substituída por membros que se enlaçam afetivamente, buscando se fortalecer entre si, e desempenhar a função protetiva de uma família para com seus membros.

Também é notório ao analisarmos as falas dos jovens entrevistados, que suas famílias, principalmente durante o seu período de infância e adolescência não conseguiram cumprir a função protetiva de seus membros, justificada por diversos aspectos. Para entendermos melhor esta função protetiva que é atribuída à família, usaremos do aporte teórico de alguns autores.

Mioto, Campos e Lima (2006), argumentam que atualmente no cenário brasileiro, a família vive duas questões: ela tem ganhando a centralidade no discurso das políticas públicas, como ela é convidada a entrar em cena quando o Estado procura reduzir drasticamente seu compromisso com a proteção social como tem sido visto nas últimas décadas. Assim, a família passa a ser vista como espaço de cuidado e de redistribuição interna

de renda, demonstrando como ela tem importante papel político e econômico, além da capacidade de reprodução de subjetividades.

Porém, inseridas numa realidade de desigualdade social, onde muitas famílias têm enormes dificuldades de cumprir as tarefas básicas de socialização e amparo de seus membros, e a ausência do Estado, por meio de políticas públicas ineficientes, faz com que os membros deste núcleo, principalmente os mais frágeis, como crianças, adolescentes, gestantes e idosos, vivam situações de risco e vulnerabilidade social. Segundo Gomes e Pereira (2005, p. 360),

A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, vítimas da injustiça social, se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência.

Conseguimos perceber estes aspectos que contribuem para o enfraquecimento da função protetiva da família na narrativa da história de vida dos participantes da pesquisa, nas quais expõem diversas situações vivenciadas como a pobreza, a miséria, os conflitos familiares, a exposição às ruas, trabalho infantil, dentre outras.

João relatou que, desde a primeira infância, passou a residir em outras casas que não a de sua família primária por que seus pais tinham insuficiência de renda para sustentar e prover as necessidades de seus filhos. Segundo ele, este fator fez com que ele só conhecesse os pais aos 6 anos, período em que o jovem também começou a trabalhar para garantir sua sobrevivência. A fragilidade dos vínculos familiares já se apresentava desde este momento, interpelados pela precariedade econômica financeira desta família. Este movimento na vida de João também provocou, segundo ele, sua inserção na escola já tardiamente, e ainda por influência de seu padrasto.

Na história de vida das jovens, ver-se que a ausência da figura paterna ocorreu na vida das duas: na vida de Joana, porque seu pai faleceu quando ela era adolescente, e Maria, que nunca conviveu com seu genitor. Esta ausência da figura paterna na vida das jovens foi aparentemente substituída por seus companheiros, fruto de relacionamentos amorosos em regime conjugal ainda na adolescência, que são representados nos relatos, muitas vezes, como figura de provisão e proteção, e não como companheiro amoroso.

Joana narra que, por não ter uma “família estruturada” (S.I.C), sem a proteção e cuidado que ela precisava ainda quanto adolescente, ela optou por casar-se em busca de ter segurança de uma moradia, onde não passaria necessidades e viveria sem sofrer violência por parte de outros parentes. A jovem também engravidou logo cedo, e atualmente tem três filhos e vive situações de privações financeiras semelhantes àquelas que viveram em sua família primária, não conseguindo superar o ciclo da pobreza em que esteve emersa.

Ambas também relataram que a gravidez precoce ainda na adolescência revela um sonho que tinham de viver a maternidade, ainda que não possuíssem as condições ideais, ou seja, condições biológicas, psicológicas, financeiras e sociais. As jovens demonstram ter grande afeto e cuidado com seus filhos, mesmo que não tenham vivido isso com suas mães.

Apesar as dificuldades vivenciadas durante sua história de vida, as jovens que são chefes de família demonstraram que buscam não reproduzir as situações negativas que viveram na infância e adolescência. Ambas mencionaram que, apesar das dificuldades financeiras, elas procuram manter um ambiente harmônico em casa, estando presente na vida dos filhos.

É notório que os três jovens atribuem maior valor a sua atual formação familiar, do que aquelas em que viveram anteriormente, pois ficou configurado que a família, mesmo sendo espaço primário de convivência, sociabilidade e proteção, também se demonstra como espaço de conflitos e disputa, gerando situações de embate e desgaste entre seus membros.

## **5. Condições financeiras**

As configurações familiares se diferem nos três casos relatados, e conseqüentemente, as condições financeiras também: João vive em situação de rua, considerando os membros de sua família aqueles que partilham desse mesmo espaço de convívio e sobrevivência, sendo responsável por seu próprio sustento através de trabalhos informais; Joana reside com o marido e três filhos e atualmente está desempregada, sendo seu marido o provedor da família; Maria reside com a companheira, o irmão e quatro filhos, sendo que todos estão desempregados e tiram seu sustento da pensão alimentícia recebida pelas crianças e por trabalhos informais realizados pelos adultos.

Resgatando e reforçando o que foi mencionado no subitem acima, todos os jovens entrevistados relataram vivência de situação de vulnerabilidade social desde a infância, até hoje, tendo momentos mais críticos que outros. Dois dos três jovens contaram que seus pais recorreram à ajuda de terceiros, como parentes e amigos, para a obtenção do sustento dos

filhos. A criação destes foi permeada por figuras como avós e amigos da família que auxiliaram no provimento das necessidades básicas dos jovens quando crianças, por exemplo, oferecendo alimentação e moradia.

Outro fato que se repete na vida dos jovens é a vivência de trabalho infantil, tanto quando criança como quando adolescente. Esta situação foi impulsionada, segundo eles, porque precisavam ajudar no sustento da família e de seus membros, já que os responsáveis familiares, também envolvidos da situação de pobreza, desemprego, desqualificação profissional, não proviam a renda familiar necessária.

Além do trabalho infantil, os jovens relataram que viveram mudanças dentro do núcleo familiar por conta da insuficiência de renda, pois tiveram que sair da casa de seus pais e passaram a residir com outros parentes ou com amigos da família. Desta forma, percebemos que a insuficiência ou a não existência de renda pode provocar desarranjos familiares e violação de direitos, tendo em vista que a necessidade de sobrevivência se sobressai às demais necessidades e direitos humanos.

Assim, o não suprimento de necessidades essenciais pode gerar o sentimento de fragilidade, de impotência, de frustração, embrutecendo as relações e fragilizando os vínculos familiares e comunitários.

O ser humano é complexo e contraditório, ambivalente em seus sentimentos e condutas, capaz de construir e de destruir. Em condições sociais de escassez, de privação e de falta de perspectivas, as possibilidades de amar, de construir e de respeitar o outro ficam bastante ameaçadas. Na medida em que a vida à qual está submetido não o trata enquanto homem, suas respostas tendem à rudeza da sua mera defesa da sobrevivência (VICENTE, 1994, apud, GOMES; PEREIRA, 2005, p. 360).

Gomes e Pereira (2005), falam que esta situação de esgarçamento dos vínculos familiares resulta da miserabilidade a que as famílias estão sujeitas podem impulsionar os rearranjos familiares e/ou rompimento de vínculos. Com esta fragilidade das relações, além das condições de baixa escolaridade e desqualificação profissional, agravadas pelo desemprego estrutural e precarização das relações de trabalho próprias da sociedade capitalista neoliberal, ocorre uma potencialização para a não superação da situação de pobreza de uma geração para outra dentro da mesma família.

Os relatos narrados de que os jovens viveram situações de extrema pobreza, inclusive relatando que passaram fome, se amenizam quando se referem a situação que vivem

hoje. Disseram que ainda estão em situação de extrema pobreza, mas que já viveram momentos da vida que estavam à beira (senão dentro) da miséria.

As duas jovens e suas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e em seus relatos, ambas destacaram a importância deste valor monetário para a constituição da renda familiar. Nesses casos específicos, podemos afirmar que o PBF é mais que um complemento de renda, mas às vezes se tornam a única renda da casa, e as famílias passam a contar com aquele benefício para custear algumas despesas com necessidades primárias como alimentação, moradia, gastos com saúde, vestimenta, lazer, etc.

#### **4.2.2 Experiência de vida**

Diante da análise de conteúdo realizada, observamos a realidade da vida dos jovens no qual encontram-se similitudes em experiências que tiveram ao longo de sua trajetória de vida. A partir disso, desvelaram-se três subcategorias, que foram: 1. Violação de direitos quando crianças; 2. Experiência de fome e pobreza ao longo da vida; 3. Significado do Restaurante Popular e o benefício de isenção. Nos aprofundaremos em cada uma delas a seguir.

##### **1. Violação de direitos quando criança**

A fim de reforçar o objetivo desta pesquisa, a escuta qualificada da narrativa desses jovens se tornou essencial para desvelar a história de vida deles, de conhecer como se percebem dentro desse processo de situação de pobreza e fome. Neste subitem elencamos algumas experiências de vida comuns aos três jovens, situações que se repetem dentro do cotidiano juvenil.

Ouvir estes jovens, usuários do Restaurante Popular, foi de suma importância, pois por muitas vezes eles tiveram suas vozes caladas e foram esquecidos, mesmo sendo integrantes ativos do seu próprio contexto histórico. A partir do desvelamento das histórias de vida, percebe-se o sujeito não mais de forma individual, isolada e atemporal, mas como ser participante no mundo, ligado a uma realidade sociocultural em que está inserido (FIALHO, 2015).

Dentro do universo de vivências dos participantes da pesquisa é notória a percepção de situações de violação de direitos, desde a infância até os dias atuais. Foram

relatadas vivências de trabalho infantil, evasão escolar, não acesso à alimentação, violência doméstica e familiar, além de situações de vulnerabilidade social e risco como fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários, gravidez na adolescência, falta de moradia, negligência por partes dos pais e do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1993), traz em seu texto de lei que é garantido durante o período da infância e juventude os mesmos direitos referentes à dignidade da pessoa humana, ou seja, direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, e ainda com prioridade no atendimento e sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurá-los.

Este estatuto também configura a proibição do trabalho para pessoas abaixo de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, o que não ocorria no caso dos jovens desta pesquisa, que tiveram que se inserir ainda criança no mundo do trabalho se submetendo às condições insalubres para seu desenvolvimento e a baixos salários, buscando a sobrevivência e manutenção da vida.

Percebemos que, mesmo com a legislação e o aparelhamento do Estado através de políticas públicas direcionadas à infância e juventude, ainda assim ocorrem diversas violações de direitos a estes sujeitos que já são fragilizados por sua condição de desenvolvimento e dependência de terceiros para construir suas histórias de forma saudáveis e livre de situações degradantes. Por diversas vezes, o Estado não consegue chegar até estes indivíduos, ou quando chega, não garante de forma plena sua proteção. Ou seja, as políticas públicas materializadas por meios de serviços e unidades públicas como a escola, a unidade de saúde, o CRAS, os espaços públicos de lazer e convivência, dentre outros abrange de forma precarizada e de forma não atrativa o seu público, neste caso, formado por crianças, adolescentes e jovens, e acabam não aderindo ao serviço e ficam descobertos destas garantias.

Além disso, a família também tem sua responsabilidade posta frente aos membros mais novos, na garantia e defesa de seus direitos. Ademais, famílias inseridas num sistema socioeconômico, cultural e ideológicos desiguais de acesso a direitos e bens e serviços não conseguem desenvolver sua função protetiva para com seus membros, pois a necessidade da manutenção da vida muitas vezes é priorizada frente a outras necessidades.

Como afirmam Mito, Campos e Lima (2006), a família, para proteger seus membros, tem antes que ser objeto de múltiplas proteções, pois o próprio Estado não as

garante. Ao exigir da família um papel protetor de seus membros, o Estado se exime de seu papel e passando esta responsabilidade para outras instituições – família, sociedade, igreja – e quando a família não cumpre esta função, ele a culpabiliza e estigmatiza negativamente. Crianças e adolescentes muitas vezes tem seus direitos violados porque estão inseridos dentro de um núcleo familiar que também está desprotegido, e é atingido por situações adversas em seu cotidiano.

## **2. Experiência de fome e de pobreza**

Também foi mencionado na narrativa dos jovens que todos eles passaram por situações de fome e pobreza, seja na infância, adolescência, ou mais recentemente. Os jovens relataram que, durante seu convívio com a família primária, alguns por restrições alimentarem e de outros itens, como vestuário, lazer, material escolar. Estes jovens tiveram esta situação agravada ou atenuada já depois que saíram da casa dos pais, e nenhum afirmou ter conseguido superar a situação de pobreza que viveram.

É notório que o ciclo da pobreza se perpetua entre as gerações, pois os filhos, por toda a negação de direitos que já foi mencionada, passam a não ter escolhas diante dos caminhos que a vida lhes impõe. Com baixa escolarização, quase nenhuma qualificação profissional, restam a estes jovens funções de baixa remuneração ou o próprio desemprego, que não suprem a necessidade deles e de suas famílias. Hoje, estes jovens que foram pesquisados apresentam aspectos muito semelhantes aos de seus pais, no que tange à carência de necessidades básicas, tais como: alimentação, moradia, saúde lazer, vestuário. E o que eles oferecem aos seus filhos é o mínimo para sobrevivência.

Um dos jovens vive em situação de rua, vivência peculiar e agravada, pois além de toda negação de direitos que lhes é posta, a sociedade ainda vê esta população de forma estigmatizada, preconceituosa e marginalizadora. João foi o único jovem que mencionou ter um grau mais elevado de estudos, ensino superior incompleto, e também o único que faz uso indevido de substâncias psicoativas. Isto traz a reflexão que não são apenas as condições de profissionalização que garantam que o jovem está inserido no mercado de trabalho, e, por conseguinte, tenha uma renda suficiente que o distancie da pobreza. Fatores subjetivos como os vínculos familiares rompidos, a dependência química, a estigmatização, a luta pela sobrevivência diária, faz com que o jovem não consiga superar o momento em que vive, e faça a opção de continuar vivendo nas ruas.

Entende-se também que, apesar de estarem inseridos numa sociedade extremamente desigual e injusta, os jovens também têm sua própria subjetividade de escolhas, sendo permeadas por sonhos, por idealizações, que também contribuem para a construção de sua história de vida.

Outro dado levantando na pesquisa é de que todos os jovens afirmaram ter passado fome em algum momento de sua vida. A partir da concepção de Monteiro (2003) e Castro (2003), pode-se afirmar que eles tanto viveram situações de fome aguda, revelada na urgência de se alimentar, como um grande apetite, como também a fome crônica, que se configura a partir de uma alimentação diária insuficiente em quantidade e em nutrientes para sua manutenção diária. Estas situações não foram pontuais, e se perpetuaram durante um momento da vida de cada um, seja ainda quando criança, seja recentemente; seja sozinho ou na companhia de pais, irmãos e filhos.

Este dado é revelador de como a pobreza dentro da insuficiência de renda pode vir a provocar a fome, confirmando a teoria de Castro (2003) de que as causas da fome não advêm da insuficiência de alimentos, e sim, das desigualdades sociais, restringindo o acesso de alimentos a poucos. Acrescido dos estudos de Valente (2003), a fome também não pode ser diminuída apenas aspectos econômicos, mas deve-se também mencionar a questão nutricional, que é refletida no processo de desnutrição.

Sobre a narrativa de vivência de situação de fome, destaca-se a história de João, que contou com detalhes o que sentia ao passar fome, tendo que buscar comida no lixo ou comer barro por não ter acesso à alimentação. Esta narrativa vai ao encontro dos escritos de Josué de Castro sobre a fome:

Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente e num sentido tão nocivo quanto a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição. Excitados pela imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconcertantes (CASTRO, 2003, p. 79).

Os jovens relataram que estes momentos em que passaram fome foi um dos mais difíceis de suas vidas, que atualmente isso não ocorre mais, pois eles possuem acesso a alimentos com maior facilidade. Apesar disso, eles ainda vivenciam situações de insegurança alimentar e nutricional e de pobreza, posto que, no momento da pesquisa, apresentavam situações financeiras tão adversas que não tinham como pagar para almoçar no Restaurante

Popular. Estas pessoas também demonstram em sua fala que ainda persiste uma incerteza de ter a garantia de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficientes para eles e suas famílias. Isto reflete o que Burity (2010), qualifica como insegurança alimentar relativa e absoluta, quando há o comprometimento da qualidade da alimentação e da restrição na disponibilidade de alimentos, respectivamente.

É salutar destacar que as duas jovens entrevistadas são chefes de família, o que traz uma maior dificuldade por envolver em seu cotidiano a tarefa de sustentar seus filhos. Esta tarefa é dividida com os pais das crianças e outros parentes, que contribuem para a manutenção das despesas de toda a família. Apesar disso, elas declararam ter dificuldades de manter as necessidades das crianças, de alimentação, vestuário, material escolar, material de higiene e lazer.

Como complemento de renda, as jovens recebem o benefício do Programa Bolsa Família, o que se torna, diante do desemprego e da insuficiência de renda, não mais um complemento e sim, um auxílio demasiadamente importante na manutenção da casa. Ou seja, as jovens contam com este benefício inclusive para arcar com despesas fixas da família, como aluguel e alimentação. Destacamos que os valores dos benefícios dessas famílias não ultrapassam o valor de R\$220,00, e ainda assim são essenciais para o sustento da casa.

As jovens também mencionam que seus filhos também sentem as consequências das privações financeiras, refletindo diretamente em sua alimentação. Disseram que as crianças nunca passaram fome, por ausência de alimentos, pois elas preferiam deixar de comer para alimentar aos filhos, porém, suas refeições são restritas às condições financeiras da família. Atualmente, todas as crianças estão matriculadas e frequentando a escola, algumas inclusive, em tempo integral, e também são acompanhadas pela unidade básica de saúde.

As frequências das crianças nas escolas e o acompanhamento da unidade de saúde representam as condicionalidades exigidas no Programa Bolsa Família, o que reflete numa maior garantia de acesso dessas crianças aos seus direitos. Além disso, podemos entender que, ao frequentar regularmente à escola, elas estão tendo acesso ali também a refeições saudáveis através da merenda escolar, que é subsidiada pelo PNAE, programa este que cumpre as orientações da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo as entrevistadas, as refeições realizadas na escola fazem toda diferença no cotidiano familiar, pois garante o acesso a determinados alimentos que talvez

seus filhos não tivessem em casa, já que a família passa por restrições financeiras. Elas também atribuem a estas refeições feitas fora de casa, como a merenda escolar e o almoço no Restaurante Popular, como uma economia feita no orçamento mensal da família, pois assim, elas podem empregar esta economia em outras despesas.

### **3. Significado do Restaurante Popular e o benefício de isenção**

Entender o significado do equipamento público de alimentação e nutrição Restaurante Popular na vida desses jovens, e ainda mais, do benefício de isenção da taxa de acesso a este local se faz imperioso nesta pesquisa. Cada jovem apresentou sua opinião de forma internalizada e diferenciada ao longo das narrativas, pois atribuem valores diferentes ao mesmo Programa em determinados momentos de sua vida.

Os jovens entrevistados, como foi antes abordado, estavam na condição de isentos, benefício eventual concedido a partir da análise dos técnicos da Política de Assistência Social, que concedem àqueles que por algum motivo não tem condições de pagar a taxa de acesso de R\$1,00 para alimentar-se no Restaurante. Esta análise é feita com base em dados objetivos, como as condições de renda, a composição familiar, e condições subjetivas, como conflitos familiares, abandono, negligência, etc.

Estes usuários são acompanhados pelas unidades da Assistência Social, porém, a equipe técnica do Restaurante Popular tem contato quase que diário com eles por fazerem suas refeições ali, o que gerou uma maior proximidade e um clima amistoso e propício para a realização da pesquisa.

Experiências vividas durante suas vidas trazem uma bagagem de significados atribuídos ao Restaurante Popular, à equipe que ali trabalha, à refeição servida, ao ambiente daquele local. Também atribuem diversos significados à isenção que são beneficiários, tendo valor diferente para cada um.

Para João, o Restaurante Popular é importante dentro do seu dia a dia, sendo a garantia de ter, pelo menos uma vez ao dia, uma refeição realizada de forma digna. João está em situação de rua há 10 anos, e reside em Maracanaú em média há 10 meses, morando anteriormente em Maranguape. Ele afirma que no período em que morou em Maranguape, ele não tinha refeições garantidas, se alimentando das sobras de comida que as outras pessoas davam. Inclusive, ele mudou-se para Maracanaú atraído pela oferta da rede segurança alimentar e nutricional do município, incluindo o Restaurante Popular.

Segundo João, o Restaurante é uma boa opção para as pessoas em situação de rua que moram em Maracanaú, pois, se não existissem, eles teriam que se deslocar até Fortaleza para realizar suas refeições no Restaurante Popular dali. Falou que gosta da comida que é servida, pois existe uma variação do cardápio, e assim os usuários não enjoam. Além disso, ele acredita que a refeição servida ali traz uma sensação de saciedade por mais tempo, fazendo com que ele só sinta fome à noite, o que, segundo ele é bom porque o faz economizar na compra das outras refeições ao longo do dia.

Ao mesmo tempo em que o jovem elogia o serviço prestado no Restaurante, ele também faz ponderações. Acredita que poderiam aumentar a quantidade de comida servida, pois, segundo ele, os funcionários servem de forma diferenciada a cada um dos usuários, colocando mais comida para uns do que para outros. O jovem também acredita que deveria aumentar o número de refeições servidas por dia, para que nenhuma pessoa que procurasse o Restaurante Popular para se alimentar, voltasse sem êxito. Ele menciona ainda sobre o cardápio das refeições, que determinados pratos não saciam a fome dele, como o creme de peixe ou creme de frango. Gostaria que fossem sempre guarnições de proteína (carnes, peixes e aves) em pedaços grandes.

Sobre o benefício da isenção, João considera como uma “bênção divina”, pois faz com que ele economize dinheiro com a refeição. Além disso, o jovem disse que, como tem o benefício da isenção, ele se almoça mais de uma vez, mesmo que seja isento uma vez e as demais, ele pague. Isso faz com que ele fique mais saciado, e não precise comprar lanche à tarde. Segundo ele, com R\$2,00 e mais a isenção, ele almoça três vezes e não sente fome rápido, e, além disso, ele não conseguiria comer por este valor de forma satisfatória em outro local.

A jovem Joana relatou que para ela, fazer as refeições no Restaurante Popular é uma forma de economizar, já que recentemente o seu gás de cozinha acabou e a mesma não tinha dinheiro para encher o botijão novamente. Assim, ela passou a almoçar ali com os três filhos, mas apenas ela e o filho mais velho tarifavam a entrada, já que os outros dois eram menores de 8 anos. Segundo ela, apesar da economia que fazia, chegou um momento em que ela não tinha dinheiro também para almoçar ali todos os dias, e foi neste período que indicaram para ela ir ao CRAS e solicitar a isenção da tarifa de acesso.

Joana relatou que gosta de almoçar no Restaurante, pois se sente saciada com a quantidade de comida que é servida, porém acredita que apenas a refeição do almoço não

satisfaz a necessidade dos usuários que ali frequentam. Além disso, disse que seus filhos gostam de almoçar ali, das festas que são realizadas e da convivência que tem com outras crianças usuárias.

A terceira participante da pesquisa, a jovem Maria, atribuiu ao Restaurante uma grande importância dentro do cotidiano dela e sua família. Disse que, quando passou a morar em Maracanaú, uma amiga da família indicou este equipamento público para realizar suas refeições ali. Assim, ela procurou o seu CRAS de referência e explicou a situação de vulnerabilidade social em que estava vivendo, e então, a equipe técnica encaminhou ela e sua família para alimentar-se no Restaurante com o benefício de isenção. Desta forma, Maria e sua família são isentos há mais de 6 meses, tendo em vista a condição financeira e social deste núcleo.

Maria contou que o fato dela ser isenta da taxa de acesso faz muita diferença no orçamento família, pois tem dia que não tem o valor que seria necessário para comprar a refeição no Restaurante. A jovem tem sete membros em sua família, sendo quatro crianças, dificultando ainda mais a provisão das necessidades de todos da casa, principalmente no que tange à alimentação. Ela e sua família viveram situações de extrema pobreza assim que chegaram à Maracanaú, no qual ela deixava de comer para dar a seus filhos. Desde então, eles passaram a ter acesso à Restaurante Popular, que vem garantindo ao menos uma refeição saudável e em quantidade suficiente por dia.

A jovem relatou que se alimentando no Restaurante, ela e sua família, principalmente seus filhos, há acesso a alimentos que em casa não teriam com facilidade, como fruta, suco, legumes, verduras, feijão, carne, frango e peixe. Ela afirma que percebe a diferença nos filhos depois que começaram a comer ali, pois ganharam peso e se desenvolveram de forma mais rápida.

Ela também traz ponderações no que tange à quantidade de comida servida, já que ela ouviu outros usuários reclamando. Sugere o aumento da quantidade de comida per capita a ser servida, desde que não falte para outros usuários.

Existem pontos comuns nos apontamentos feitos pelos jovens sobre o Restaurante Popular, questões como o atendimento prestado, envolvendo a quantidade de alimento servido e sobre o período de funcionamento deste. Os jovens falaram que alguns funcionários servem a refeição de forma diferenciada para os usuários, ou seja, determinadas pessoas atendem ao apelo dos usuários e colocam mais comida no prato, e outros não.

É salutar reforçar que a produção das refeições servidas no Restaurante Popular é supervisionada por uma nutricionista, que faz o balanceamento e proporcionalidade das porções servidas. Também é elaborado um cardápio diário, que varia de acordo com a disponibilidade de produtos recebidos pelos fornecedores e pela necessidade alimentar diária de um trabalhador.

Para isso, o cardápio do Restaurante Popular está baseado nas orientações oferecidas pelo PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador criado pela lei nº 6321 de 14 de abril de 1976, e regulamentado pelo decreto nº5, de 14 de janeiro de 1991. O PAT visa promover uma alimentação saudável ao trabalhador para que desenvolva suas atividades laborais por meio de melhorares condições nutricionais, com repercussões positivas na qualidade de vida, redução de acidentes de trabalho e aumento da produtividade. Assim, a orientação do programa é de que um trabalhador braçal deva ter refeições maiores entre 600 a 800 kcal, e nas refeições menores, de 300 a 400 kcal.

As refeições servidas no Restaurante Popular possuem em média 800 kcal, em 600g de comida que são distribuídas entre: dois tipos de carboidratos (arroz, feijão, e/ou macarrão), um tipo de salada, uma guarnição (farofa, pirão, batata doce, macaxeira) e uma proteína (carne bonina, frango, peixe, ou vísceras). Esta quantidade de alimentos deve ser saciar as necessidades nutricionais de uma das principais refeições de um trabalhador.

A partir do relato dos jovens, percebemos que alguns se demonstram um pouco desapontados com a quantidade da refeição servida, não por não saciar a fome momentânea, mas, provavelmente, por não saciar a fome crônica que ainda permanece em seu cotidiano. Percebemos dentro os relatos que estes jovens constantemente só se alimentam de forma nutricionalmente adequadas no Restaurante Popular, e nas demais refeições, eles acabam tendo deficiência nutricional na ausência de alguns alimentos, como frutas e verduras.

Monteiro (2003), explica que a fome crônica ocorre quando o indivíduo se alimenta diariamente, porém esta alimentação não propicia a ele a energia suficiente para a manutenção de seu organismo e de suas atividades diárias. Por este motivo, o indivíduo tem a necessidade quase que involuntária de se alimentar de forma abundante naquela refeição em que lhe é ofertado um número maior de nutrientes.

Além da parte nutricional, a saciedade psicológica também é algo a ser considerado no processo de alimentação desses jovens. Como eles relataram, por muitas vezes eles não tem garantia do acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficiente na próxima

refeição, então o indivíduo tende a se alimentar de forma exacerbada buscando por uma saciedade psicológica.

Sobre o período de funcionamento do Restaurante Popular, os jovens expressaram o indicativo de ampliação do horário e das refeições servidas. Atualmente esta unidade funciona de segunda a sexta feira, de 11às 13h, servindo o almoço, e a sugestão é estender o serviço para os finais de semana e feriado, bem como servindo o café da manhã e o jantar. Este indicativo parte também de outros usuários que procuram à gerência da unidade para expressar esta opinião, inclusive sendo de suma importância para alguns que não tem como prover as demais refeições ao longo do dia.

Esta sugestão já se encontra em proposta aprovada na I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em 2015, compondo o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maracanaú. Apesar disso, atualmente o Restaurante permanece com o mesmo período de funcionamento, garantindo apenas uma refeição por dia aos seus usuários. Cabe à gestão pública municipal garantir e ampliar o acesso desses usuários as demais refeições a um baixo custo, sem prejudicar a qualidade do serviço ofertado.

Diante da fala dos jovens entrevistados, analisando suas histórias de vida e seu cotidiano aqui narrado, podemos percebemos que o Programa Restaurante Popular torna-se uma política pública paliativa no combate à fome das pessoas que ali frequentam, tendo em vista que este garante apenas uma refeição saudável e em quantidade suficiente por dia. As necessidades alimentares diárias dos usuários não são supridas em plenitude com este programa, já que o combate à fome deve ser direcionado por políticas públicas em diversas áreas sociais e econômicas, como escolarização, emprego e renda, produção e venda de alimentos, educação alimentar e nutricional, dentre outros.

#### 4.3 INTERFACE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM OS RESULTADOS DA PESQUISA

Ao analisarmos a historiografia das políticas públicas no Brasil, podemos perceber que os jovens não eram o público alvo destas até a década de 1990, quando se passou a pensar na criança e no adolescente/jovem como indivíduo de direitos e deveres dentro do processo de cidadania. Nas décadas anteriores existiam ações políticas pontuais, que não consideravam o protagonismo juvenil, além de não ter planejamento e avaliações contínuas, nem financiamento estatal para isso (SPOZITO, 2007; FIALHO, 2015).

Segundo Abad (2002, apud SPOZZITO, 2007), as políticas públicas de juventude na América Latina iniciaram a partir de problemas juvenis de exclusão na sociedade, buscando inseri-los e facilitar o processo de transição para fase adulta. O autor menciona algumas iniciativas governamentais nas políticas públicas direcionadas aos jovens que continham essas características de pontualidade, não continuidade e enfoque no jovem delituoso: “a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000)” (SPOZZITO, 2007,p. 182).

No Brasil, esta realidade não é diferente, pois suas iniciativas públicas direcionadas à juventude focavam ora o jovem como um problema, ora como solução, se concretizando em políticas públicas limitadas e estáticas em si. Uma, dentre as muitas limitações na organização das políticas e programas, é a forma desarticulada com que são planejados e implementados, não apresentando uma visão geral e perdendo, assim, a dimensão de conjunto. Com muita frequência, os programas são setorizados em focos específicos, como educação, emprego, saúde, atividades culturais, atividades esportivas e recreativas, dentre outros (FREZZA, MARASCHIN, SANTOS, 2009).

As legislações brasileiras que mais se destacam na garantia de direitos de adolescentes e jovens são o ECA e o Estatuto da Juventude, no qual estabelece o Sistema Nacional de Juventude, na busca de unificar e dar comando único às políticas públicas direcionadas a este público. Apesar disso, a realidade da juventude brasileira muitas vezes anda distanciada das iniciativas públicas, que não consegue atingir a todos que fazem parte do universo juvenil. Destacamos a juventude brasileira pobre, que vive nas periferias e é negada a ela, diariamente, o acesso a bens e serviços que promovam sua dignidade e seu desenvolvimento como ser humano.

Dentro das histórias de vida narradas da pesquisa, encontramos jovens que vivenciaram diversas situações de violação de direitos, desde a infância até os dias atuais, principalmente a questões essenciais como alimentação, moradia, educação, saúde, lazer. Hoje eles são usuários da política pública de segurança alimentar e nutricional desenvolvida em Maracanaú, que busca garantir através de suas diversas ações o direito humano à alimentação adequada, com enfoque na população que tem perfil para os programas sociais do governo.

Assim, a Política de SAN de Maracanaú, através do Programa de Restaurante Popular busca a garantia do combate à fome através da oferta de refeições saudáveis a um preço acessível para os moradores de diversas faixas etárias, inclusive os jovens. Destacamos que este Programa faz parte de uma estratégia maior de combate à miséria, que é a Estratégia Fome Zero, que, aliado às ações de geração de emprego e renda, previdência social, estímulo à agricultura familiar, alfabetização de adultos, programa bolsa família, dentre outros, busca erradicar a fome no Brasil (YAZBEK, 2004).

A partir da iniciativa governamental da garantia de alimentação saudável através dos Restaurantes Populares, e diante desta pesquisa realizada, percebemos que os jovens narraram à importância desse equipamento em seu cotidiano. Através das refeições realizadas ali, os jovens e seus familiares tem acesso às refeições saudáveis com respeito e dignidade, além de promover impacto positivo no orçamento familiar e promoção de uma vida mais saudável. Aliado a isso, a maioria dos jovens pesquisados e suas famílias eram beneficiários do Programa Bolsa Família, no qual eles atribuíram grande importância da possibilidade de acesso a uma renda mínima que auxilia na manutenção das necessidades básicas do núcleo familiar, inclusive com a alimentação.

Apesar do destaque que o Restaurante Popular e o Programa Bolsa Família tomam nesta pesquisa, ao analisarmos os dados coletados, percebemos que estes programas por si só não resolvem a problemática da fome e da pobreza da juventude maracanaense, tendo em vista que, mesmo inseridas nos programas sociais do governo, ainda permanecem numa situação de desigualdade social extrema, sem acesso a direitos básicos, buscando diariamente manterem-se vivos na luta pela sobrevivência.

Estes programas governamentais de fato trouxeram alívio e amenizaram as questões de fome e pobreza destas famílias, porém a proposta do Programa Estratégia Fome Zero, no qual contém esses e outros programas sociais, que é de erradicar a fome e a pobreza no país não foram efetivamente alcançados. Percebemos que, mesmo estes indivíduos estando inseridos nos programas sociais da Estratégia Fome Zero, estes não conseguem superar as questões que envolvem a fome e pobreza, pois são ações atenuantes e pontuais diante do quadro agravado de desigualdade social que a população brasileira e maracanaense vivem. O Restaurante Popular acaba por atender apenas uma situação imediata de seus usuários, que é a fome, e ainda de forma limitada por servir apenas o almoço como refeição e em determinados

dias na semana. Assim, torna-se uma política eminentemente paliativa no combate à fome, por existir diversas questões por trás desta problemática.

O Brasil já avançou muito diante de um cenário de extrema miséria em que grande parte de sua população vivia até poucas décadas atrás, porém, ainda há muito a se fazer para garantir uma vida livre da escassez de provimento de necessidades essenciais à população pobre brasileira. As políticas públicas acabam sendo um reflexo dos governos brasileiros, que devem está comprometidos com as classes trabalhadoras, garantindo direitos através de políticas públicas mais justas, igualitárias e geradoras de emancipação social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as percepções dos jovens usuários do Restaurante Popular sobre a importância da alimentação que é fornecida para o combate à fome. Para isso, fez-se necessário conhecer quem são estes jovens que frequentam o Restaurante Popular, e os motivos que os levaram a este serviço e como a alimentação fornecida colabora no combate à fome, por meio de suas histórias de vida.

A fim de alcançar o objetivo proposto para essa pesquisa, optou-se por trilhar um caminho metodológico de base qualitativa, realizando a pesquisa de campo no Restaurante Popular de Maracanaú. Para conhecer este campo de pesquisa, foi necessária uma abordagem mais minuciosa sobre o Programa de Restaurantes Populares, seus objetivos e direcionamentos, e como este vem se efetivando em Maracanaú. Como o viés era compreender o serviço de alimentação oferecido pelo referido programa à luz das percepções juvenis, foi traçado um perfil sócio econômicos dos usuários que ali frequentam, a partir de uma amostragem, a fim de conhecermos melhor quem são estes usuários, principalmente aqueles que foram os sujeitos deste estudo: jovens extremamente pobres que tem o benefício de isenção da taxa de acesso do Restaurante Popular.

Após as narrativas colhidas, foi feita a análise dos dados, através da técnica de análise de conteúdo, no qual se busca viabilizar uma análise mais consistente, por meio da categorização, que evidenciou alguns temas mais significativos nas falas dos jovens. Emergiram 8 categorias: 5 retratavam aspectos do perfil sócio histórico e econômico dos entrevistados -escolarização; trabalho; composição sócio histórica familiar; condições financeiras; e 3 retratavam aspectos subjetivos acerca da experiência de vida -violação de direitos quando criança; experiência de fome e pobreza; significado do restaurante e o benefício de isenção.

Os principais resultados obtidos permitiram compreender as histórias de vidas dos jovens que viviam com restrições de renda e de acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente. Constatou-se que desde a infância e adolescência eles possuíam seus direitos violados através de vivências de trabalho infantil, abandono ou negligência familiar, gravidez precoce, violência doméstica, abandono ou inserção da vida escolar, falta de moradia, e, principalmente, a fome.

Destacou-se que estes jovens reproduzem o ciclo da pobreza em que suas famílias primárias estavam inseridas, não conseguindo superar esta situação, e vivendo na busca imediata de suprir suas necessidades básicas. O imediatismo impossibilita o desenvolvimento de objetivos de vida que fomentem mudança na condição de pobreza impossibilitando a melhoria da vida e o desenvolvimento de mecanismos de superação da dependência do serviço alimentar. Em algum momento da vida, todos os jovens entrevistados relataram ter passado fome, entendida como ausência de alimentos, e, atualmente, permanecem em situação de insegurança alimentar e nutricional, por não terem a certeza da provisão de alimentos em seu cotidiano. Vale ressaltar que todos os jovens no momento da pesquisa estavam desempregados, e a maioria eram beneficiários do Programa Bolsa Família, o que ameniza a precariedade da situação financeira de suas famílias.

Destaca-se a confirmação do argumento inicial de que o Restaurante Popular é muito importante no dia a dia dos jovens entrevistados, pois garante minimamente uma refeição saudável por dia para eles e seus familiares. Apesar disso, este programa ainda se apresenta de forma pontual e não resolutiva no combate à fome de seus usuários, pois seu serviço é limitado, tanto na quantidade de refeições servidas, como nos horários e dias de atendimento. Assim, é necessária uma maior articulação e efetividade entre as políticas públicas que envolvam ações de segurança alimentar e nutricional e geração de emprego e renda, acrescida a programas que fomentem capacitação profissional ou outros subsídios com vistas a gerar superação da situação de carência alimentar.

O estudo é limitado a um número pequeno de usuários, o que não permite generalizações, mas as narrativas permitem compreender melhor a realidade da fome e pobreza no município de Maracanaú subsidiando novas pesquisas e ações que se dediquem a proporcionar, aos usuários do restaurante popular, reais condições de mudança de vida e superação da dependência desse serviço.

As realidades apresentadas nas histórias de vida narradas são bastante dinâmicas, envolvendo semelhanças e divergências entre os jovens, o que pode suscitar novos campos de pesquisa abordando diferentes perspectiva. Apesar do avanço da Política de SAN na promoção e garantia do direito humano à alimentação, muito ainda há para se avançar para garantir uma vida livre da fome, principalmente, ao público jovem pobre, que vivencia situações de exclusão social por não ter seus direitos garantidos desde a infância, gerando a baixa escolaridade, a precária ou inexistente profissionalização, gravidez precoce, uso abusivo

de drogas, fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares, desemprego ou subemprego, falta de moradia, não acesso a bens e serviços públicos, dentre outros.

As juventudes ainda não ocupam muitos espaços institucionais, sendo atores sociais de políticas públicas diversas, em defesa de seus direitos, mas existe ainda um distanciamento entre estas juventudes e a política de SAN, por desconhecimento da temática, por falta de estímulo e interesse, e por esta política trabalhar com a oferta do suprimento de algo imediato, que é a alimentação. Cabe aos órgãos públicos intensificar a divulgação desta política que é relativamente nova no cenário brasileiro, e qualificar esse serviço tão necessário no cotidiano da população extremamente pobre. Além disso, criar espaços de participação social, para além daqueles já institucionalizados - como os conselhos e as conferências - que atinjam à comunidade como um todo, não excluindo os maiores beneficiados das políticas públicas que é a população mais pobre. Faz-se, pois, necessário a criação de políticas sociais e econômicas que promovam a igualdade, a inclusão e o diálogo horizontal entre a sociedade, trazendo ao protagonismo o público jovem, em especial, àquele excluído do acesso aos direitos básicos.

Buscando ouvir aqueles que por muitas vezes são excluídos, este estudo instiga indagações e provocações fomentando novos estudos científicos, ainda mais aprofundados acerca da temática. Contribui, também, para a ampliação da produção de conhecimento acerca da política pública de SAN, para qual pouco se encontra produções acadêmicas ou pesquisas em outros espaços. É mister provocar novas perspectivas de pesquisas a serem desenvolvidas e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas que trabalham com as temáticas de juventudes, fome e pobreza, a fim de colaborar na construção de caminhos para a efetivação e ampliação dos direitos dos excluídos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Helena Wendel Abramo, Pedro Paulo Martoni Branco (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- ALBUQUERQUE, M.de F. M. de. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. In: **Revista de Nutrição**.Campinas. v.22, n.6,p.895-903, nov./dez., 2009.
- ARAÚJO, M. do S. S. de. **Fome de pão e de beleza: pobreza, filantropia e direitos sociais**. São Luiz: Eudfma, 2009.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.
- ARREGUI, C. C.; WANDERLEY, M.B. A vulnerabilidade social é atributo da pobreza? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. v. 1, n.97, p.143 –165, jan./mar. 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70 LDA, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2008.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília –DF. **Diário Oficial da União**. Seção 1. p.1.08.dez.1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm) > . Acesso em: 10 set.2016.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF. 12 jan.2004. Seção 1. p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 15 set.2016.
- \_\_\_\_\_. **Manual Programa Restaurante Popular**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social :PNAS/2004**. Brasília: [s.n], 2005.
- \_\_\_\_\_. Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN. **Diário Oficial da União**. Brasília –DF.18 set.2006. Seção 1. p.1. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)> . Acesso em 10 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Departamento do Cadastro Único. **Perfil das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família – 2006**. Brasília: [s.n], 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.273 de 23 de novembro de 2007. Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 26 nov.2007. Seção 1. p.15.

\_\_\_\_\_. **Segurança alimentar e nutricional: trajetória e relatos da construção de uma política nacional**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2008.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o artº 6 da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF. 05 fev. 2010. Seção 1. p.1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF. 26 ago.2010.Seção 1. p.6.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: [s.n], 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF. 07 jul. 2011. Seção1.p.1.

\_\_\_\_\_. Lei nº12.852, de 5 de Agosto de 2013. Estatuto da Juventude. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF. 6 ago. 2013. Seção1,p.2.

\_\_\_\_\_. **Relatório social de informações**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2015. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

BARREIRO, R.G.; MALFITANO, A. P. S. Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para as juventudes nos anos 2000. **Última Década**. Rio de Janeiro. v.1.n.40. p.133-157. 12 jul. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v22n40/art07.pdf> >. Acesso em: 10 ago.2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURGUIGNON, J. A. (Org.). **Pesquisa social reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

BURITY, V. et.al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: Abrandh, 2010.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** – Brasília: Ipea, 2013.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. E; PASINATO, M. T.; KANSO, S. As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década**. Valparaíso. v.1, n.21, p. 11-50, out. 2004.

CASTEL. R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis : Vozes, 1998.

CASTRO, A. M. de. **Fome**: um tema proibido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1980.

CLEMENTINO, J. V. **As políticas de juventude na agenda pública brasileira**: desafios e perspectivas. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

DEBERT, G. G. A Dissolução da Vida Adulta e a Juventude como Valor. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. v.16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>> Acesso em: 18 maio 2016.

DIÓGENES, G. **Cartografia da cultura e violência**: gangs, galera e o movimento hip hop. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2008.

DUTRA, M. M. de M. **Fome de Cidadania e o direito à alimentação**: a percepção dos usuários do Restaurante Popular Mesa do Povo em Fortaleza- CE. 127f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FIALHO, L. M. F.; VALDÉS, M. T. M. **Qualidade de vida na infância**: visão de alunos da rede pública e privada de ensino. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil**: breve contextualização histórica. Fortaleza: EDUECE, 2014.

\_\_\_\_\_. **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

FERNANDES, B. M. **Josué de Castro**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. dos. JUVENTUDE COMO PROBLEMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. In: **Rev. Psicologia & Sociedade**. São Paulo. v.3, n.21, p.313-323, out.,2009.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Fortaleza. v.10, n.2, p. 357-363, out.,2005.

HAVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Brasília: Comunicação da Presidência, n. 38, jan. 2010.

\_\_\_\_\_.Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: Ipea, 2014.

IVO, A.B.L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: CEH/UFBA, 2008.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú. **Diagnóstico Social do Município de Maracanaú: mapeamento preliminar das vulnerabilidades e riscos pessoais**. Maracanaú: [s.n], 2005.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº11, de 17 de maio de 2012**. Dispõe sobre a previsão de benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social do Município de Maracanaú. Conselho Municipal de Assistência Social de Maracanaú, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú. **Relatório de gestão**, Maracanaú, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú. **Relatório de gestão**, Maracanaú, 2015.

MESTRINER, M. L. **O Estado, entre a filantropia e a assistência social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.12, n. 110, p. 270-287, abr./jun., 2012.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo.v.17, n.48, p7-20, out.,2003.

MOTA, A. E. (organizadora). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; LIMA, T. C. S. de L. Quem Cobre As Insuficiências Das Políticas Públicas?: Contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. In: **Revista Políticas Públicas**. São Luís. v. 10, n.1, p. 165–183, jan./ jun., 2006.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NUNES, E. A. N. **O significado do Restaurante Popular de Maracanaú como equipamento público de alimentação e nutrição para suas usuárias**. 184 p. Dissertação (Mestrado profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, 1948. Disponível em: <[www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm](http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm)> Acesso em: 23 out.2014.

OSTERNE, M. do S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar de dominação masculina**. Fortaleza: EdUECE, 2001.

PEREIRA, C. P.; SIQUEIRA, M. C. A. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque do caso brasileiro. In: **Ser Social**. Brasília. v.4, n.18, p. 229–252, jan/jun. 2006.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHEIRO, A. R. de O. Reflexões sobre o processo histórico/ político de construção da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas v.15, n.2, p.1-15, jan.2008.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. In: **SER Social**. Brasília. v.13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

POLONIA, A. da C.; DESSEN, M. A. Em Busca De Uma Compreensão Das Relações Entre Família E Escola. In: **Psicologia Escolar e Educacional**, Brasília, v.9, n. 2, p. 303-312, out. 2005.

REDE SAN (org). **Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional:** RedeSAN - FAURGS - UFRGS – MDS. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SCHOEMAKER, D. J. THEORIES OF DELINQUENCY. An **Examination of explanations of delinquency Behavior**. New York: Oxford University Press, 1996.

SCHWARTZ, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade:** uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium , 2004.

SILVA, A.P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M; BARROS, V. A. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. In: **Revista Mosaico**. Belo Horizonte. v. 1, n.1, p. 25-35, 2007.

SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Fome zero: política pública e cidadania. In: **Segurança Alimentar:** um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, L. de A. **As múltiplas faces da pobreza: uma análise sobre as formas de manifestação e enfrentamento da pobreza no município de Maracanaú-Ceará**. 141f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Pública e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, M. O. da S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: **Revista Katalysis**. Florianópolis. v. 13, n.2, p. 155-163 jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_.; LIMA, V. F. S. A. (coord.). **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SIQUEIRA, M. P. S. Pobreza no Brasil colonial: representação e expressão de desigualdade social brasileira. In: **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo. v. 4, n. 34, p.32-38, jan. 2009.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social:** diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). In: **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo. v.37, n.2, p. 126-199, out. 2003.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: [s.n],2007.

TAKAGI, M. A implantação do projeto Fome Zero em 2003. In: **Fome Zero:** a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

TELLES, V. S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil. In: **Direitos Sociais: Afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

VALENTE, F. S. (org). **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, F. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**. São Paulo. v.12, n.1, p 51-60, jan/jun. 2003.

YASBEK, M. C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo. v.18, n.2, p.104-112, out.2004.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. v.4, n. 110, p.288-322, abr./jun. 2012.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_, informo que sou voluntário(a) no fornecimento de informações à mestranda Josabete Bezerra Cacao, estudante do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que está realizando a pesquisa denominada: “Desvelando as vozes da fome e da pobreza: as juventudes no Restaurante Popular”, que tem por objetivo compreender as percepções dos jovens pobres usuários do Restaurante Popular sobre a importância da alimentação fornecida neste ambiente no combate à fome. Vale ressaltar que a pesquisa poderá trazer uma contribuição importante para a compreensão sobre fome e pobreza, e a mesma ocorrerá através de entrevista que será realizada nas salas de atendimento, assegurando privacidade ao entrevistado.

Estou ciente de que terei os direitos abaixo assegurados:

- Estou sabendo que as minhas informações serão gravadas.
- As informações ditas por mim durante a entrevista serão utilizadas somente para objetivos da pesquisa.
- As informações ficarão em segredo e eu não serei identificada.
- Tenho a liberdade de abandonar a qualquer momento a pesquisa.
- Em nenhum momento serei prejudicado ou beneficiado no atendimento no referido Restaurante por prestar essas informações.
- A pesquisadora está à disposição para qualquer esclarecimento a qualquer momento durante o andamento da pesquisa, bem como serão atendidas as emergências que surgirem como o estudo.
- Informo que entendi o que me foi explicado pela pesquisadora, e concordo em participar da pesquisa.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_